

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

EDUARDO DE MEDEIROS PERETTI

**CIÊNCIA OU FALÁCIA? MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA
CIENTÍFICA SOBRE A CATEGORIA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL**

FLORIANÓPOLIS
2024

EDUARDO DE MEDEIROS PERETTI

**CIÊNCIA OU FALÁCIA? MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA
CIENTÍFICA SOBRE A CATEGORIA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como Requisito Parcial para Obtenção do Título de Mestre em Educação – Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente

Orientador: Prof. Dr. Lidnei Ventura.
Coorientadora: Prof.^a Dra. Sonia Maria Martins de Melo

**FLORIANÓPOLIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Peretti, Eduardo de Medeiros
Ciência ou Falácia? : mapeamento da produção
acadêmica científica sobre a categoria "Ideologia de Gênero"
no Brasil / Eduardo de Medeiros Peretti. -- 2024.
133 p.

Orientador: Lidnei Ventura
Coorientadora: Sonia Maria Martins de Melo
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2024.

1. Ideologia de Gênero. 2. Materialismo
Histórico-Dialético.
3. Metapesquisa. 4. Conservadorismo. 5. Produção de
Conhecimento. I. Ventura, Lidnei. II. Melo, Sonia Maria
Martins de. III. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

EDUARDO DE MEDEIROS PERETTI

CIÊNCIA OU FALÁCIA? MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA CIENTÍFICA SOBRE A CATEGORIA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como Requisito Parcial para Obtenção do Título de Mestre em Educação – Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente.

Banca Examinadora

Orientador

Professor Dr. Lidnei Ventura
Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC

Coorientadora

Professora Dra. Sonia Maria Martins de Melo
Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC

Membros

Professora Dra. Yalin Brizola Yared
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI

Professora Dra. Roselaine Ripa
Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC

Suplente interno - Professora Dra. Larissa Benites
Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC

Suplente externo - Professora Dra. Juliane Di Paula Queiroz Odínino
Faculdade Municipal de Palhoça

Florianópolis, 24 de julho de 2024

Dedico este trabalho a minha mãe,
Fabiana Durante de Medeiros. Por todo o
amor. Por todos os sacrifícios realizados
em nome de meu bem-estar e minha
educação.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Sonia Maria Martins de Melo, por acreditar em mim e incentivar tanto meu desenvolvimento intelectual quanto pessoal. Sua orientação me ajudou a superar limites que eu jamais imaginei serem possíveis de alcançar. Sou profundamente grato por todos os momentos que compartilhamos na sala 322 da FAED, por todos os cafés e bolachas. Acima de tudo, agradeço por ser a base intelectual que me permitiu crescer e desenvolver a confiança necessária para vislumbrar meu caminho futuro.

À Professora Doutora Yalin Brizola Yared, por ter transformado profundamente minha vida. Obrigado por me fazer enxergar além do meu senso comum, por me apresentar à área da Educação Sexual Emancipatória e ao Grupo de Pesquisa EDUSEX – Formação de Educadores e Educação Sexual CNPq/UDESC. Sua orientação me ofereceu um sonho e uma esperança: o sonho de ser um professor assim como você é e a esperança de mudar o mundo ao fazê-lo. Finalmente, agradeço por ter me reprovado na disciplina de Práticas no Ensino de Biologia em 2017 – talvez o maior momento de aprendizado de toda a minha formação acadêmica.

Ao Professor Dr. Lidnei Ventura, por aceitar me orientar na reta final do desenvolvimento desta dissertação. Pela forma acolhedora e carinhosa de orientar, por trazer discussões filosóficas profundas para minhas discussões, por me levar a leituras que engrandeceram imensamente minha formação acadêmica. Por fim, agradeço também por reacender em mim a vontade de buscar um Doutorado em breve.

Às Professoras Dra. Roselaine Ripa, Dra. Larissa Benites, Dra. Juliane Di Paula Queiroz Odino e, novamente, a Dra. Yalin Brizola Yared por atender ao convite da Banca de Defesa, na certeza de valiosas contribuições.

Ao Professor Dr. Ricardo Desidério pelas brilhantes contribuições em minha banca de qualificação.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação FAED/UDESC pela calorosa acolhida, pelos excelentes momentos de convivência e aprendizados, principalmente durante os encontros semanais nas disciplinas obrigatórias e optativas.

Aos meus colegas de grupo e de ansiedade acadêmica: Aline Maria Machado; Moira Riroca da Silva e Silva; Karina Rosa e Leandro Antunes por todos os momentos em que rimos e choramos juntos, que compartilhamos ideias, sonhos e memórias.

Às brilhantes pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Pesquisa EDUSEX – Formação de Educadores e Educação Sexual CNPq/UDESC. Por terem construído, em um árduo e importante trabalho, a base teórica na qual me apoiei para desenvolver esta dissertação. Por terem feito deste grupo tão querido uma referência nacional e internacional no campo da Educação e Educação Sexual.

À ex-secretária do PPGE Scharlene Clasen por ter sido tão solícita e prestativa, por ter vivido comigo o processo de coletar documentação e assinaturas para que eu pudesse ser contemplado com a bolsa de estudo CAPES/DS.

Aos meus amigos e amigas que fiz em meu tempo vivendo em Florianópolis. Rhayssa Senna e Paula Endres, minhas vizinhas, obrigado por dividirem comigo tantos momentos e por terem me agraciado com uma amizade tão sincera e profunda no pouco tempo em que convivemos.

Às minhas amigas Clara Tramontin, Lara Antunes e ao amigo Gabriel Sebben Tadiello, por sempre me apoiarem, por serem exemplos acadêmicos e pessoais. Sou grato por todos os momentos que compartilhamos, seja em Coité do Nóia, Tubarão ou em Florianópolis.

Aos Caras Bacanas: Cesar Augusto Pessoa e Silva; Henrique Uliano Comeli; Henrique Hoffmann Rigoni; e Theo Steban Reynaldo Tibúrcio, pela amizade constante, pela música que fazemos, pelo apoio eterno. Com vocês cresci e me criei, sem vocês eu não seria metade da pessoa que sou.

A Guilherme Rodrigues Motta, por ter me apresentado ao mundo de “Vampiro: a máscara”, por compartilhar comigo suas ideias, compreender minhas loucuras, por estar sempre disposto a ouvir minhas opiniões e considerá-las. Por todos os momentos de amizade e veganismo radical.

Aos meus camaradas militantes da Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista de Tubarão, por me apresentarem uma visão de mundo aguerrida latino-americana, por serem a referência para a utopia pela qual devemos lutar.

A Gustavo Freitas, um grande psicólogo e amigo, por se dispor a sempre ouvir minhas confissões e desabafos. Por sempre me convidar aos seus grupos de estudos sobre psicanálise. Por todas as risadas.

À família Medeiros e família Durante, por sempre me apoiarem e torcerem por mim, por organizarem os encontros familiares, por me fazerem sentir amado e respeitado como indivíduo e como membro da família.

Ao meu pai Marcelo Gastoni Peretti por ter passado para mim a curiosidade de um cientista, por ter me apresentado as ciências naturais mesmo sem perceber que o havia feito. Obrigado por sempre tentar.

À Lisandra Souza por ser a mãe amorosa e cuidadora de meu irmão Augusto Souza Peretti, que crescerá para ser um rapaz iluminado e sensível.

À minha mãe Fabiana Durante de Medeiros, por ser essa incansável batalhadora, por ter me dado tudo que tenho neste mundo, por ter me dado a chance de explorar todos os caminhos que quis trilhar. Esta dissertação não existiria se não fosse por você.

À minha companheira Raquel Passarela Formentin, pela paciência, compreensão e, acima de tudo, companheirismo. Você esteve comigo nesta jornada do início ao fim, ouviu minhas alegrias e tristezas, presenciou minhas vitórias e derrotas. Te amo e estarei contigo sempre.

Para que(m) serve teu conhecimento?
Desconhecido – pixação no muro do
córrego do Itacorubi, junto aos
Tapicurus.

RESUMO

Diante da ascensão de movimentos conservadores - no Brasil e no mundo - nas últimas décadas, que utilizam a "ideologia de gênero" como argumento ideológico central na discussão da sexualidade humana, a presente dissertação teve como objetivo investigar o que – e como – tem sido produzido conhecimento acerca da categoria "ideologia de gênero" nas pesquisas realizadas pelos Programas de Pós-Graduação no Brasil, indexadas na Base de Teses e Dissertações da CAPES. A pesquisa busca responder à seguinte pergunta: a "ideologia de gênero" é ciência ou falácia? Embasada no Materialismo Histórico-Dialético, a metodologia adotada parte do mapeamento de produções acadêmicas, utilizando como principal instrumento de coleta o Estado do Conhecimento, com aportes da Metapesquisa, conforme proposta por Mainardes (2021). Foram selecionadas e analisadas trinta dissertações de mestrado e quatro teses de doutorado de diversos Programas de Pós-Graduação que continham o termo "ideologia de gênero" em seus títulos. A análise dessas produções, realizada por meio do método dialético, visou não apenas compreender o fenômeno "ideologia de gênero", mas também explorar suas relações dialéticas com o contexto social e com a pesquisa acadêmica nacional sobre essa categoria. Foi utilizada a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2021) e Triviños (2019), em conjunto com elementos da Metapesquisa de Mainardes (2021), para identificar as principais temáticas e metodologias priorizadas pelos pesquisadores. Esses métodos revelam dados importantes para o aprimoramento das pesquisas em campos específicos do saber. Os resultados indicam que o estudo sobre "ideologia de gênero", no Brasil, é relativamente recente, com um aumento expressivo a partir de 2015, quando o termo ganhou destaque nos discursos políticos conservadores e na mídia nacional. As regiões Sudeste e Sul concentram a maior parte das produções sobre o tema, enquanto a região Norte apresenta a menor quantidade de pesquisas. As dissertações e teses foram majoritariamente produzidas em universidades públicas nacionais, estaduais e federais, evidenciando uma relativa diversidade de perspectivas teóricas, embora muitas produções não definam claramente a epistemologia adotada. Ao investigar a questão "ciência ou falácia?", a análise revelou o forte caráter contra-hegemônico da pesquisa nacional sobre a "ideologia de gênero". Os estudos são unânimes ao considerar o discurso conservador sobre "ideologia de gênero" como uma falácia argumentativa,

fundamentada em armadilhas teóricas destinadas a enganar o público, criar pânico morais e manipular a política em favor de interesses específicos. Em conclusão, a área da Educação se destaca como protagonista na pesquisa sobre o tema, com a educação pública na linha de frente no combate a esse tipo de movimento falacioso e anticientífico. No entanto, mais estudos são necessários para aprofundar a compreensão do fenômeno "ideologia de gênero" e seus impactos acadêmicos e sociais.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Materialismo Histórico-Dialético; Metapesquisa; Conservadorismo; Produção de Conhecimento.

ABSTRACT

In the face of the rise of conservative movements—in Brazil and worldwide—over the last decades, which use "gender ideology" as a central ideological argument in discussions of human sexuality, this dissertation aimed to investigate what and how knowledge has been produced about the category "gender ideology" in research conducted by Graduate Programs in Brazil, indexed in the CAPES Thesis and Dissertation Database. The research seeks to answer the following question: Is "gender ideology" science or fallacy? Grounded in Historical-Dialectical Materialism, the adopted methodology is based on the mapping of academic productions, using the State of Knowledge, with contributions from Metaresearch as proposed by Mainardes (2021), as the main data collection instrument. Thirty master's dissertations and four doctoral theses from various Graduate Programs containing the term "gender ideology" in their titles were selected and analyzed. The analysis of these productions, conducted through the dialectical method, aimed not only to understand the phenomenon of "gender ideology" but also to explore its dialectical relations with the social context and with national academic research on this category. Content Analysis, as proposed by Bardin (2021) and Triviños (2019), was used, together with elements of Mainardes' Metaresearch (2021), to identify the main themes and methodologies prioritized by the researchers. These methods reveal important data for improving research in specific fields of knowledge. The results indicate that the study of "gender ideology" in Brazil is relatively recent, with a significant increase since 2015, when the term gained prominence in conservative political discourses and national media. The Southeast and South regions concentrate most of the productions on the topic, while the North region presents the least amount of research. The dissertations and theses were predominantly produced in national, state, and federal public universities, evidencing a relative diversity of theoretical perspectives, although many productions do not clearly define the adopted epistemology. When investigating the question "science or fallacy?", the analysis revealed the strong counter-hegemonic nature of national research on "gender ideology." The studies unanimously consider the conservative discourse on "gender ideology" as an argumentative fallacy, based on theoretical traps intended to deceive the public, create moral panics, and manipulate politics in favor of specific interests. In conclusion, the field of Education stands out as a protagonist in the research on the topic, with public education at the forefront in

combating this type of fallacious and anti-scientific movement. However, further studies are needed to deepen the understanding of the phenomenon of "gender ideology" and its academic and social impacts.

Keywords: Gender Ideology; Historical-Dialectical Materialism; Metaresearch; Conservatism; Knowledge Production.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos selecionados na busca sistemática.....	45
Quadro 2 - Produções selecionadas a partir do mapeamento de Pacheco (2020)	49
Quadro 3 - Teses selecionadas na busca sistemática no catálogo da CAPES	50
Quadro 4 - Dissertações selecionadas na busca sistemática no catálogo da CAPES	50
Quadro 5 - Esquema para análise das produções selecionadas	52
Quadro 6 - Trabalhos que investigam Planos Municipais, Estaduais e/ou Nacional de Educação	54
Quadro 7 - Trabalhos que investigam outras políticas públicas	57
Quadro 8 – Trabalhos que investigam a “ideologia de gênero” no cotidiano escolar	59
Quadro 9 – Trabalhos que investigam as origens e definições da “ideologia de gênero”	62
Quadro 10 - Produções na área da Educação e Ensino.....	75
Quadro 11 - Métodos das produções que focaram nos Planos Municipais, Estaduais e Nacional em Educação.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contagem por data.....	63
Tabela 2 - Trabalhos por estado	67
Tabela 3 - Trabalhos por região geográfica	68
Tabela 4 - Trabalhos por universidade.....	70
Tabela 5 - Relação universidade x regiões brasileiras x produções	71
Tabela 6 – Área de estudo	72
Tabela 7 - Perspectivas epistemológicas	79
Tabela 8 - Perspectivas epistemológicas x área de estudo	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE – Aparelho Ideológico do Estado

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EDUSEX – Formação de Educadores e Educação Sexual

FAED – Faculdade de Educação

LabTEIAS – Laboratório Tecendo Saberes e Fazeres no Campo da Educação Sexual Emancipatória

MESP – Movimento Escola Sem Partido

MH-D – Materialismo Histórico-Dialético

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

_Toc176874887

1	REFLEXÕES SOBRE A CAMINHADA	18
2	JUSTIFICATIVA	26
2.1	CATEGORIAS E CÚMPLICES TEÓRICOS <i>A PRIORI</i>	30
2.1.1	Sexualidade	31
2.1.2	Educação Sexual Emancipatória	34
2.1.3	Produção de Conhecimento	37
3	MOVIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1	PRÉ-ANÁLISE	44
3.2	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	51
3.3	INTERPRETAÇÃO REFERENCIAL	53
4	RESULTADOS	54
4.1	PERFIL DAS DISSERTAÇÕES E TESES ENCONTRADAS	54
4.1.1	Títulos, objetivos e palavras-chave	54
4.1.2	Local e data	63
4.1.3	Universidades	70
4.1.4	Área do conhecimento	72
4.2	CONTEÚDO	78
4.2.1	Perspectiva epistemológica	78
4.2.2	Método	81
4.2.3	Reflexões sobre alguns resultados	84
4.2.4	Significado de “ideologia de gênero”	88
5	CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICE A – EXEMPLOS DE QUADROS DE ANÁLISE PREENCHIDOS	108
	APÊNDICE B – TÍTULOS, OBJETIVOS E PALAVRAS-CHAVE DAS TESES E DISSERTAÇÕES COLETADAS	114
	APÊNDICE C – MÉTODOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES COLETADAS	125

1 REFLEXÕES SOBRE A CAMINHADA

Neste primeiro capítulo da dissertação ponho sobre mim a tarefa de descrever minha trajetória, desde minha infância até a escrita deste texto, com o objetivo de apresentar o que me motivou a seguir pela vida acadêmica e a escolha da categoria pesquisada durante minha vivência no mestrado. Entendo-me como um ser humano, no mundo e com o mundo, inacabado e em permanente construção e desconstrução. As condições materiais e as relações sociais estabelecidas nas quais me encontrei durante minha vida, moldaram a maneira como sou e enxergo o mundo, maneira que expressarei nas seguintes páginas.

Nasci em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, há 26 anos, no dia 11 de março de 1998, mas antes mesmo de completar um ano de vida, meus pais se separaram e eu e minha mãe nos mudamos para a cidade de Tubarão em Santa Catarina. Não muito tempo depois surgiu uma oportunidade de trabalho para minha mãe, como professora universitária na Universidade do Sul de Santa Catarina, em 1999. Ela tem se mostrado uma brilhante educadora em todos seus anos de carreira universitária, demonstrando sua competência e comprometimento no ensino dos graduandos, ascendendo até eventualmente ocupar a coordenação de diversos cursos de graduação da UNISUL.

Minha mãe ocupar aquele espaço de professora universitária nos garantiu certos benefícios. Um deles foi uma bolsa de 75% para sua família, que permitiu que eu estudasse no Colégio Dehon e que meu pai – que agora estava novamente vivendo conosco – se matriculasse no curso de História da instituição.

O Colégio Dehon continua existindo na cidade e embora no passado tenha sido uma escola exclusivamente para meninos administrada por padres, quando fui matriculado, em 2001, isso já era uma história relativamente distante. Trata-se de uma instituição particular de renome na região, reconhecida por preparar seus estudantes para serem aprovados nos vestibulares, especialmente nos cursos de medicina. Estudei nessa escola desde os três anos de idade até os meus dezessete anos, quando me formei no terceiro ano do ensino médio, conhecido como "terceirão".

Quando muito pequeno, lembro-me de como meu pai costumava me levar para passear pela cidade. Nós caminhávamos ao longo das margens do Rio Tubarão, onde havia várias árvores. Visitávamos Laguna para ver os botos e os pescadores. Durante esses passeios, ele me apresentava o mundo de uma maneira fascinante. Tenho

memórias desses bons momentos em que ele apontava as lagartas nas folhas, os peixes no canal da Laguna e me contava sobre essas criaturas e a natureza ao nosso redor. Foi assim que nasceu meu encantamento pelo mundo, pela natureza e meu sonho de me tornar um cientista. Sou extremamente grato a meu pai por esses momentos.

Esse conhecimento compartilhado com ele trago comigo até hoje e talvez tenha sido a coisa que, após minha alfabetização, fez tornar-me um ávido leitor de quadrinhos e livros infantis. Meus favoritos eram os livros sobre dinossauros e, na época, até me aventurava a escrever algumas histórias que ainda estão guardadas e salvas em alguma gaveta por aí.

No final do Ensino Fundamental I, entre meus 8 e 10 anos, tive meus primeiros contatos com a sexualidade e a Educação Sexual intencional na escola. Lembro que minha mãe havia me dado um livro sobre puberdade, o qual li e reli diversas vezes, tentando entender os sentimentos que surgiam e os que ainda estavam por vir. Na escola, as professoras introduziam o tema, falando sobre os órgãos genitais e a estrutura fisiológica do ato sexual, numa linguagem apropriada para nossa idade. Lembro em detalhes da aula da professora Selma, que passava um filme animado sobre a reprodução humana. Era apenas a visão médico-biologista da sexualidade e reprodução, mas eu adorava essas aulas. Gostava de entender sobre meu corpo e o que ele poderia ser e fazer.

Com o tempo, essas aulas cessaram, pois nas palavras de minha professora, não havia mais conteúdo a ser abordado. Todavia, minha curiosidade não estava sanada e havia muito ainda que queria saber. Como muitos de minha geração, acabava recorrendo à *internet* como fonte de informação. Minha adolescência foi assim, com muito tempo na *internet*. Por mais que minha mãe se demonstrasse aberta a essas discussões, pesquisar minhas dúvidas no computador evitava qualquer sentimento de vergonha. Passei esses anos assim, vivi meus primeiros amores e decepções. Mas estava insatisfeito comigo mesmo e, todo o tempo que tinha livre, tentava passá-lo com meus amigos e amigas da banda marcial da escola.

Chegando ao Ensino Médio, fui um estudante mediano, já não lia tanto quanto antes e passava meus dias jogando videogames e participando de atividades extracurriculares da escola. Pensava que não gostava mais de estudar e, por muitas vezes, pensava mesmo em ser músico para nunca mais ter que ficar sentado mexendo em papel e caneta novamente.

Ao fim do Ensino Médio chegava a hora de decidir para onde iria. Após longas conversas com minha mãe, decidimos que seria melhor estudar num curso de graduação em Tubarão e aproveitar o desconto escolar que era estendido a mim por conta da posição de minha mãe na universidade. Meus antigos sonhos de ser cientista reapareceram, pensava novamente em explorar e pesquisar o mundo. Por conta disso, matriculei-me no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Escolhi a biologia por conta deste meu sonho e por ter observado de perto a trajetória acadêmica de minha mãe. Alguns anos antes de meu nascimento, ela se formou como Fisioterapeuta na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Já durante minha vida eu a assisti realizar seu Mestrado, especializações, uma segunda graduação no mesmo curso de biologia no qual eu estava me matriculando e, também, seu Doutorado. Essa última titulação estava em andamento e, quando entrei no curso de Biologia, pude realizar minha iniciação científica participando dos experimentos para a tese de minha mãe. Posteriormente defendi meu trabalho de conclusão de curso no mesmo semestre em que minha mãe defendeu sua tese de doutorado. Sou muito grato por ter tido a oportunidade de viver isso com ela. São memórias felizes que carregarei comigo até o fim de minha vida.

Relembro que durante minha graduação tinha o desejo de seguir a carreira de pesquisa em Neurociências. Sonhava em fazer mestrado e doutorado nessa área e almejava me tornar um neurocientista reconhecido. Naquela época, realmente me envolvi em diversas atividades, construindo um currículo interessante para um recém-formado. No entanto, ao longo desse percurso, certas influências cruzaram meu caminho e mudaram meu rumo.

Por estudar em um curso de Licenciatura, tive a oportunidade de participar de programas como o PIBID¹ e a Residência Pedagógica², que me permitiam estagiar em escolas públicas do município. Nestas escolas pude perceber a diferença entre o

¹ O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) faz parte da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e visa promover a iniciação à docência para aprimorar a formação de professores e a qualidade da educação básica pública no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>>. Acesso em 29 de mai. 2023.

² “O Programa de Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura”. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>>. Acesso em 29 de mai. 2023.

ensino público e o ensino privado, no qual me formara. Passei a enxergar coisas que para mim não faziam sentido e me causavam desconforto. Passei a desejar ajudar na busca de caminhos para melhorar a educação de meu país. Também foi durante meu tempo como estudante no PIBID que presenciei um assessor da Câmara de Vereadores de Tubarão interromper uma apresentação escolar de uma turma de 1º ano do Ensino Médio. A exibição era sobre diversidade humana e mostrava diversos cartazes com afirmações sobre identidade de gênero e orientação sexual, onde se retratava a sexualidade como uma dimensão da vida humana e a celebrava. O assessor em questão constrangeu os/as estudantes e hostilizou funcionários da escola (Reis, 2017). Enquanto fazia isso, ele se referia à legislação de Tubarão, algo que apenas depois entendi como sendo o artigo 9º do Plano Municipal de Educação da cidade, onde lê-se: “Não comporá a política municipal de ensino de Tubarão, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, espaços lúdicos, materiais de ensino que incluam a ideologia de gênero, o termo “gênero” ou orientação sexual ou sinônimos” (Prefeitura Municipal de Tubarão, 2015). Este foi meu primeiro contato com o uso do termo “ideologia de gênero” sendo empregado desta forma, sendo que este acontecimento causou uma forte impressão em mim, que perdura até hoje.

Em 2017, durante o meu segundo ano de faculdade, a professora Dr^a Yalin Brizola Yared³ entrou em meu caminho de formação. A referida docente estava ministrando a disciplina de Práticas no Ensino de Ciências e Biologia, e me apresentou uma maneira totalmente diferente de enxergar o mundo. Seus métodos me deixavam inquieto e desconfortável. Esse desconforto indicava uma transformação profunda em meus paradigmas internos, por conta disso percebi que a minha visão anterior do mundo não era neutra e que muitas das minhas crenças estavam equivocadas. Sabia que precisava mudar, mas essa mudança me causava uma grande inquietação. Após um semestre todo de resistência acabei por reprovar na disciplina, mas essa reprovação se tornou um ponto-chave em minha vida. No ano seguinte refiz a disciplina e fui muito bem, sendo que de meus estudos, inclusive surgiram novos projetos. Durante nossos encontros produzi com ela um jogo de cartas que evoluiu até se tornar uma proposta de avaliação alternativa para o ensino superior em cursos

³ Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto de Recursos Naturais da Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/5474053934142793>>. Acesso em 15 de mar. 2024.

da área da saúde. O relato desta experiência está publicado e pode ser encontrado na internet (Peretti; Yared; Bitencourt, 2021).

Neste percurso, entrei em contato com o paradigma do Materialismo Histórico Dialético, eixo dos grupos GPECrit (Educação em Ciências e Pensamento Crítico CNPq/UNISUL) e EDUSEX (Formação de Educadores e Educação Sexual CNPq/UDESC) ao trabalharem uma abordagem de Educação Sexual Emancipatória. Vivenciei a partir daqui uma abordagem dialética e humana sobre a educação e interpretação de mundo, aproximando-me deste paradigma e adotando-o como meu suporte de estudos. Acompanhando a professora, participei de palestras sobre Educação Sexual ministradas nas escolas públicas de Tubarão sob esta perspectiva emancipatória, quando me encantei pelas atividades e pela forma sensível e empática de perceber a sexualidade humana e seus movimentos, incluídos nessa visão dialética de ser e estar no mundo.

Quando me formei, em fevereiro de 2020, pensava em buscar um mestrado na área da educação, especialmente na questão de políticas públicas. Almejava estudar algo inerentemente político, desejo que surgiu em minhas experiências como presidente de centro acadêmico, por minha vivência próximo do diretório central dos estudantes da UNISUL e, acima de tudo, por minha participação dentro da Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista, a JSPDT, da qual permaneço um militante ativo.

Em março do ano de 2020, a pandemia da COVID-19 me faria mudar de planos. Passei quase dois anos inteiros em casa, dando aulas de inglês por videochamadas. Assim que, em 2022, quando já estávamos um pouco mais seguros para retornar às atividades presenciais, decidi trabalhar nas salas de aula da escola pública. Assim, admitido em contrato temporário – como ACT – responsabilizei-me por duas turmas, uma no Centro de Educação Profissional Diomício Freitas, o CEDUP de Tubarão, e outra na Escola de Ensino Básico Martinho Alves dos Santos. Minha experiência com minhas turmas foi engrandecedora, pois vivi com meus e minhas estudantes diversos momentos inesquecíveis para mim, mesmo no pouco tempo que passamos juntos. Reconheci nos e nas estudantes pessoas inteiras, com sede de conhecer o mundo. Eram cientistas a sua própria maneira. Não foram poucas as vezes que voltava emocionado para casa, pois me sentia muito feliz com essa experiência.

Novamente em contato com a universidade, comecei a estudar os temas de pseudociências, pensamentos anticientíficos e *fake news*. Esses encontros de estudo

nos quais conversávamos sobre produção acadêmica, unidos às minhas experiências como docente na escola pública, reanimaram em mim o desejo de buscar um mestrado para efetivamente tornar-me cientista e pesquisar o mundo da forma que sonhava. Agora não mais dentro da área das neurociências, mas de um tema que passara a me interessar ainda mais, a educação brasileira. Naquela mesma época o edital de seleção de novos alunos regulares do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi publicado, aproveitei a oportunidade e me inscrevi. Para o projeto, lembrei-me do que ocorreu durante minha vivência no PIBID em 2017 com o assessor e seu discurso sobre a pretensa “ideologia de gênero” e busquei associar o fato com o que se estava escrevendo e pesquisar sobre as pseudociências no contexto sociopolítico brasileiro, decidindo basear meu projeto em torno da categoria “ideologia de gênero”, muito próxima da temática da Educação Sexual. O uso do termo é antigo, datado inicialmente nos anos 1990, porém, seu uso tem crescido constantemente nos últimos 10 anos, especialmente associado a movimentos reacionários de extrema-direita.

Ao ingressar no PPGE UDESC no segundo semestre de 2022, pude aprofundar-me nos estudos do Materialismo Histórico-Dialético e da Educação Sexual Emancipatória, presente em todas as produções dos grupos de pesquisa GPECrit, de onde vim, ao grupo EDUSEX (UDESC), do qual passei a fazer parte orientado pela professora Dra. Sonia Maria Martins de Melo. No decorrer desses últimos dois anos de mestrado, mergulhei nas categorias que servem de **palavras-chave** desta dissertação: *Educação Sexual*, que desde pequeno sempre foi um assunto de meu interesse e que se desenvolveu durante minha graduação e experiência como docente; “ideologia de gênero”, termo que marcou minha trajetória de formação como professor e me causou diversas inquietações políticas pois, tendo crescido em uma das regiões mais conservadoras do Brasil pude presenciar a influência que este termo tem tido nas mais diversas dimensões negativas que traz para a vida; *Produção de conhecimento*, pois desde criança sonho e me vejo cientista; *Pós-graduação*, já que é onde mais se produz conhecimento no país, pois a ciência brasileira concentra-se fortemente nesta etapa da formação acadêmica dos sujeitos.

No último semestre de meu percurso no Mestrado, o Professor Doutor Lidnei Ventura assumiu a orientação deste trabalho e, por conseguinte, também me vinculei ao grupo NEXOS-Sul – Teoria Crítica e Educação, o que me permitiu aprofundar a rigorosidade teórica e filosófica do Materialismo Histórico-Dialético neste trabalho,

abrindo novos horizontes de análise para as discussões propostas. Nestes momentos finais desta etapa de minha vida, também fui chamado para ocupar o cargo de Professor de Ciências efetivo no município de Tubarão, na bela escola municipal João Hilário de Mello. Essa experiência, apesar de intensa, tem me ensinado muito sobre o que é ser docente e têm permitido que eu sinta a responsabilidade que terei como mestre em Educação.

Tendo vivido e me formado em uma das regiões onde o pensamento conservador é prevalente, hegemônico, e tendo vivido, em primeira mão como testemunha ocular, algumas das consequências que este tipo de discurso negativo sobre ideologia promovem em muitos dos nossos documentos legislativos e em nossas escolas, vejo grande importância em entendermos o discurso utilizado por estes movimentos, como por exemplo, o termo “ideologia de gênero”, frequentemente difundido em grande parte pelas mídias nacionais. Para que possamos fazer isso, porém, é necessário que conheçamos a realidade material e concreta deste tipo de fenômeno social, nos apoiando no pensamento científico para projetar passos futuros. Encontramos, então, o nosso problema: **o que – e como – se tem produzido sobre a categoria “ideologia de gênero” nas pesquisas realizadas pelos Programas de Pós-Graduação no Brasil?**

Estabelecemos como **tema de pesquisa** um mapeamento sobre a produção acadêmica desenvolvida nos programas de pós-graduação brasileiros indexada em bases de dados que possuam como categoria principal a chamada “ideologia de gênero”.

Isto posto, nossas **questões norteadoras** foram:

Como as produções acadêmicas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação do Brasil têm contribuído para o estudo dos discursos sobre “ideologia de gênero” e para sua consolidação como uma categoria e objeto de pesquisa?

Essas produções existem sob quais paradigmas teórico-metodológicos?

Quais aspectos específicos da categoria de estudo são abordados nestas produções?

E, finalmente, resultados derivados do conhecimento científico apontam a chamada “ideologia de gênero” como ciência ou falácia?

Para responder tais questões, surge o **objetivo geral**:

Realizar um mapeamento apoiado na proposta metodológica de metapesquisa sobre a categoria “ideologia de gênero” desde sua gênese como tema de pesquisa

nas dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação do Brasil que estejam indexadas em bases de dados e que contenham o termo “ideologia de gênero” em seu título.

Assim como os **objetivos específicos**, que são:

- Aprofundar estudos teóricos sobre o objeto de pesquisa “ideologia de gênero”;
- Levantar as principais características das abordagens sobre a categoria de estudo, expressas nas dissertações e teses produzidas em PPGs do Brasil;
- Analisar essas características numa perspectiva histórica e dialética da realidade, a fim de compreender não apenas o fenômeno da “ideologia de gênero”, mas também como se desenvolve a pesquisa nacional sobre essa categoria;
- Registrar a contribuição dos PPGs do Brasil na consolidação da categoria “ideologia de gênero” como objeto de estudo numa perspectiva de ciência ou falácia.

2 JUSTIFICATIVA

A presente dissertação investigou as produções acadêmicas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação do Brasil na Base de Teses e Dissertações da CAPES na sua contribuição para o estudo da categoria “ideologia de gênero”. Conduzindo-a desta maneira, buscamos auxiliar o desvelamento desta categoria como objeto de pesquisa como ciência ou falácia e, assim, subsidiar o debate político que gira em torno do termo, contribuindo para o aprofundamento deste campo de conhecimento.

A percepção do problema abordado nesta pesquisa surgiu de minha vivência como estudante, pesquisador e ser político no século XXI, um período marcado pela ascensão e fortalecimento de novos movimentos neoliberais e ultraconservadores nos cenários políticos municipais, estaduais, nacionais – especialmente em países de capitalismo dependente – e mundial, caracterizados por iniciativas que buscam restringir os avanços progressistas, sobretudo nos campos da educação, direitos humanos e políticas sociais (Silveira, 2019). Este fenômeno pode ser observado nas mais diversas dimensões de nossa vida em sociedade e que, para a área da educação brasileira, expressou-se, por exemplo, no chamado Movimento Escola Sem Partido (MESP), que se utiliza de um discurso de pretensa aprendizagem apolítica e neutra (Ação Educativa, 2016), mas que busca imprimir ideias ultraconservadoras à educação brasileira (Nunes, 2018). Neste compasso, busca refrear movimentos políticos progressistas acusando-os de doutrinar a juventude estudante. O projeto de lei federal Escola Sem Partido⁴ não foi aprovado, mas teve efeito na população, culminando no fortalecimento no senso comum da crença de que se pode conduzir uma educação “apolítica” e “neutra”, *sem partido*, que carrega consigo uma carga ideológica antisssexual. A partir da disseminação destes ideais, diversos profissionais da educação passaram a sofrer assédio e perseguição por conta dessa suposta “doutrinação ideológica” (Ação Educativa, 2016; Silva; Yared, 2019), que seria conduzida – especialmente – no âmbito da Educação Sexual.

⁴ Houve algumas tentativas para transformar o Escola Sem Partido em lei federal, uma em 2014 com o PL nº 7180/2014, de autoria do então deputado federal Erivelton Santana; em 2015, com o PL 867/2015, de autoria do então deputado federal e atual senador da república Izalci Lucas; e, em 2016, com a PLS nº 193/2016 de autoria do então senador Magno Malta.

Em contrapartida a esses movimentos, a Educação Sexual numa abordagem emancipatória é uma área já consolidada via produção de conhecimento científico (Melo; Yared; Pacheco; Brys, 2020; Pacheco, 2020) e, portanto, está exposta às discussões e disputas comuns na ciência. Este campo de pesquisa, devido ao contexto acima exposto, constantemente surge como pauta de discussão de disputas, numa perspectiva de conservadores distantes de um debate científico e crítico a seu respeito, expondo os profissionais atuantes na área à ataques e agressões por conta do conteúdo de suas produções. Nos últimos anos, esta postura agressiva tem buscado justificativa no termo chamado pejorativamente de “ideologia de gênero”, que muitas vezes surge atrelado a um discurso com a ideia de que os movimentos defensores da identidade e expressão de gênero na realidade propõem “[...] o esvaziamento dos conceitos de homem e mulher, masculino e feminino, ao veicular a ideia de que o sexo biológico e físico seria um dado irrelevante, do qual seria necessário libertar-se para construir uma ‘identidade de gênero’ livre e arbitrária” (Scherer, 2015). Nesta mesma linha, no mês de março de 2024, o Papa Francisco se pronunciou afirmando que a tal “ideologia de gênero” seria hoje o “perigo mais feio” que “anula as diferenças” entre homem e mulher (César, 2024). Essa argumentação conquista cada vez mais espaço em projetos de lei, matérias de jornal, redes sociais e outros veículos midiáticos. Inscreve-se aqui um debate agressivo entre dois pontos de vista, o de pessoas alinhadas com ideias progressistas de sexualidade e gênero contra o de pessoas conservadoras e reacionárias frente a este tema. A fins de esclarecimento, a definição de progressismo e conservadorismo adotadas remonta aos conceitos pedagógicos primeiro descritos por Snyders⁵ (1971 apud Ventura, 2019) e então apropriados por Libâneo (Ventura, 2019). Nesta definição, as Pedagogias Progressistas são aquelas que possuem um caráter crítico aos fatores sociopolíticos e econômicos próprios do liberalismo; são posicionamentos que não condizem com a ordem vigente, hegemônica, e apresentam um caráter subversivo (Libâneo, 1992). Neste texto, estou extrapolando este conceito para definir o lado que se opõe ao conservadorismo político, que – também pegando emprestado do conceito de Pedagogia Liberal de Snyders⁵ e Libâneo (1992) – serve para justificar a estrutura do modo de produção capitalista e é a manifestação própria deste tipo de sociedade. Para melhor entendermos a posição de cada um, torna-se necessário atravessarmos

⁵ SNYDERS, Georges. **Pedagogia progressista**. Coimbra, Almedina, 1974.

o senso comum em ambos os lados e mergulharmos na materialidade deste fenômeno para podermos ajudar na construção de subsídios para políticas educacionais e contribuir com as práticas pedagógicas nas escolas. Nesta direção é que se realizou a pesquisa que deu origem a esta dissertação.

Concomitante ao crescimento de grupos conservadores que se utilizam da narrativa pejorativa sobre “ideologia de gênero”, cresceram também ataques a escolas e seus funcionários, ataques que tinham como justificativa a pretensa “ideologia de gênero”. Uma rápida pesquisa na *internet* basta para encontrarmos diversas manchetes que constatarem estes fatos. De projetos de lei que proíbem a tal “ideologia de gênero” em escolas, visando cercear os assuntos científicos inclusive sobre sexualidade que os/as docentes devem abordar (G1, 2017; Lemos, 2023), a ameaças de policiais contra escolas apenas por estudantes estarem de unhas pintadas (Lopes, 2021), até tentativas de invasão do espaço escolar por figuras públicas (Félix, 2021). Relembro que eu mesmo, como já relatei, vivenciei um acontecimento como este quando, em 2017, um assessor da câmara de vereadores intimidou estudantes e professores da escola estadual onde eu era estagiário; para o assessor, o trabalho que estava sendo apresentado naquele dia seria ilegal de acordo com as leis municipais, trabalho este que falava sobre diversidade sexual e de gênero. Sobre as leis que ele citou, relembro que realmente consta no artigo 9º do Plano Municipal de Educação (PME) do referido município o seguinte: “artigo 9º: não comporá a política municipal de ensino de Tubarão, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, espaços lúdicos, materiais de ensino que incluam a “ideologia de gênero”, o termo ‘gênero’ ou orientação sexual ou sinônimos”. O uso do termo “ideologia de gênero”, utilizado no Plano Municipal de Educação de Tubarão (Lei nº 4268, de 24 de julho de 2015), é deliberadamente negacionista sobre o direito à informação científica sobre a sexualidade humana e a diversidade de suas manifestações, foi escrito por pessoas que acreditam nesta significância do termo e com o objetivo de bani-lo do currículo escolar em mente. Partimos então para o significado real do termo a partir das pistas materiais que nos são apresentadas.

Textos legislativos como este não são exclusivos do referido município, mas episódios como estes são comuns. Cidades como Sinop (MT), Sousa (PB), Campina Grande (PB) e diversos outros possuem em seu conteúdo legislativo textos que abordam a existência de uma suposta “ideologia de gênero” nesta perspectiva. Em agosto de 2022, o estado de Goiás proibiu o uso da categoria “ideologia de gênero”,

afirmando que a educação familiar deve ser anterior a “educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (Santana, 2022). No mesmo texto também podemos encontrar: “[...] a educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a “ideologia de gênero”, o termo 'gênero' ou 'orientação sexual'”, frases similares ao texto do PME previamente citado e, também, do texto do PL Escola Sem Partido.

Vimos até agora como o termo “ideologia de gênero” faz parte do discurso difundido por movimentos conservadores no país. Todavia, há uma ampla frente de resistência a este tipo de discurso, um lado progressista desta discussão, que possui uma visão divergente quanto ao seu uso e validade. Em geral, pode-se resumir que do ponto de vista destes estudiosos, o termo “ideologia de gênero” se apresenta como uma ferramenta para causar pânico moral (Miskolci; Campana, 2017), enviesar o debate público de uma maneira a agravar a polarização entre “o bem e o mal”. Neste campo político, os textos legislativos que utilizam o referido termo e o próprio MESP recebem a denominação de “leis da mordaza”, pois seriam projetos de silenciamento da atividade docente, de cerceamento do campo prático do trabalho escolar. Já que “[...] a caracterização do que é vetado e do que constitui ‘assédio ideológico’ é extremamente vaga e subjetiva, qualquer educador, a qualquer momento, poderia ser alvo de um processo” (Miguel, 2016, p. 614). Um exemplo claro desta maneira de se fazer política pode ser encontrada em 2023, quando o governador de Santa Catarina Jorginho dos Santos Mello assinou a Lei 18.637 de 8 de fevereiro de 2023, que institui a “Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e ao Adolescente”. No texto da lei, é difícil compreender a definição exata do que é chamado de “violência institucional”; seria uma suposta doutrinação ideológica por parte dos/as docentes? Todo o texto da lei parece acusatório contra a prática docente, incumbindo estudantes, familiares e administração escolar de uma obrigação de vigiar professores e professoras para que não se exceda um “limite ético e jurídico da atividade docente” (Santa Catarina, 2023). A lei também estipula que durante tal semana cartazes devem ser pendurados pela escola constando deveres dos professores, como: “I – o professor não se valerá da audiência cativa dos estudantes com o objetivo de persuadi-los a quaisquer correntes políticas, ideológicas ou partidárias; [...]” (Santa Catarina, 2023). Todavia, não é apenas o campo progressista que afirma que o MESP e avanços do termo “ideologia de gênero” buscam cercear o

que um/a professor/a pode ou deve falar em sala de aula. O próprio idealizador do MESP afirmou isso em 2015 ao dizer que o professor não pode ter liberdade de expressão (Araujo, 2015).

Em geral, os argumentos do campo progressista sobre o significado de “ideologia de gênero” apontam que este termo cria um pânico moral a partir da construção de um “espantalho”. Este

[...] espantalho da doutrinação dos alunos por professores “esquerdistas”, pretexto para a criminalização do pensamento crítico em sala de aula, serve para frustrar o objetivo pedagógico de produzir cidadãos e cidadãs capazes de reflexão independente, respeitosos das diferenças, acostumados ao debate e à dissensão, conscientes de seu papel, individual e coletivo, na reprodução e na transformação do mundo social (Miguel, 2016, p. 617).

Na tentativa de esclarecer o debate e encontrar as bases materiais da construção desta narrativa da “ideologia de gênero” emergente no cenário sociopolítico brasileiro, vejo que é de grande importância explorar o que nos mostra a produção acadêmica dos programas de pós-graduação no Brasil, a fim de estabelecer o que se entende pelo referido termo na comunidade acadêmica, sob quais paradigmas epistemológicos essas pesquisas são conduzidas e, também, quais horizontes apontam para a superação desta discussão sobre “ideologia de gênero”, seus efeitos no debate público brasileiro e seus reflexos nas instituições escolares, nesta direção fizemos a caminhada que hoje encerra uma parte da jornada, tendo como eixo as categorias e cúmplices teóricos que apresentamos a seguir.

2.1 CATEGORIAS E CÚMPLICES TEÓRICOS *A PRIORI*

Neste item, apresento as categorias prévias, identificadas por mim e adotadas como palavras-chave desta dissertação: Educação Sexual Emancipatória; Sexualidade; Produção de Conhecimento; Materialismo Histórico Dialético; Políticas Educacionais; e Ideologia de Gênero. Destarte, quero ressaltar que o Materialismo Histórico Dialético é a perspectiva epistemológica utilizada neste trabalho e, por conta disso, todas as categorias trabalhadas são percebidas sob as lentes dessa perspectiva, não sendo possível separar cada categoria de seu momento histórico e de suas contradições, este é o ponto de partida imprescindível para a compreensão da construção deste percurso formativo, que culmina na escrita deste trabalho

acadêmico. Tendo isso em mente, compreendamos então o que entendemos por Sexualidade.

2.1.1 Sexualidade

Entendemos a dimensão sexualidade como base da compreensão do que é Educação Sexual Emancipatória e ela é “própria do humano e não está fora do sujeito, de suas ações, pensamentos e comportamentos” (Yared; Melo; Vieira, 2020, p.05). Nós, como seres históricos em relação com o mundo, somos produtos das condições materiais em que estamos inseridos, inclusive de nossas relações sociais; por conta disso, nossa sexualidade – considerada como face indissociável da experiência humana –, por fazer parte de nós humanos, também “[...] se constitui numa elaboração histórica e cultural, que se explica e compreende no contexto e nas relações nas quais se produzem” (Santa Catarina, 1998, p.12). Esta última citação é parte da Proposta Curricular de Santa Catarina de 1998, documento de grande importância e que, mesmo hoje, 2024, apresenta conceitos muito atuais. O mesmo documento afirma que nós, seres humanos “somos seres em construção, inacabados, portanto educáveis”, ou seja, “produto de múltiplas relações sociais” e sempre em “movimento e em incessante transformação” (Santa Catarina, 1998, p.12)⁶.

Portanto, definimos a sexualidade como

[...] uma parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento pleno depende da satisfação de necessidades humanas básicas como desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, ternura e amor. A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O desenvolvimento pleno da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. (Melo e Pocovi, 2008, p. 44)

A sexualidade e os desejos sexuais nos propulsionam para novas experiências em contato íntimo com o mundo de todas as suas formas (Reich, 1988, p. 53). Historicamente, o início da repressão sexual surge ao mesmo tempo que a divisão social em classes (Reich, 1988; Engels, 2019), impedindo que determinadas classes pudessem viver sua sexualidade de maneira livre. A repressão sexual aumentou com o surgimento da propriedade privada individual, que, como Engels (2019) demonstrou,

⁶ Vale a pena mencionar, que a Proposta Curricular de Santa Catarina recebeu uma atualização em 2014, mas manteve firme os mesmos posicionamentos políticos que o documento já carregava na década de 90, resistindo ao avanço neoliberal sobre a educação que marcou o período (Santa Catarina, 2014)

deu origem ao patriarcado. Inicialmente, de acordo com o autor, as comunidades viviam no que se convencionou chamar de comunismo primitivo. A divisão do trabalho era de cunho sexual-biológico no qual

[...] o homem trava a guerra, sai para caçar e pescar, arranja a matéria-prima para a alimentação e as ferramentas necessárias para isso. A mulher cuida da casa, prepara a alimentação e o vestuário, cozinha, tece e costura. Cada qual comanda a sua área: o homem no mato, a mulher na casa (2019, p. 148).

Neste tipo de organização social era a mulher que exercia maior controle sobre a casa, influenciando relações sexuais e afetivas da comunidade, em um sistema conhecido como poliandria – relações de uma mulher com vários homens –, forma principal de relações de gênero naquelas sociedades. Essa forma de organização sexual leva a uma divisão social do trabalho em que o dever de cuidar e educar a prole era visto como obrigação da comunidade como um todo, sendo difícil definir especificamente qual homem era o pai de determinada criança, apenas a mãe poderia ter certeza de quais seriam seus filhos biológicos. Com o tempo, a sedentarização das comunidades humanas permitiu que os homens dessas comunidades primitivas passassem a produzir a matéria-prima para alimentos nas terras da comunidade, não precisando mais sair de casa para encontrá-la (caçadores-coletores) e possibilitando o controle sobre a produção, este mesmo controle deu início ao domínio masculino da produção também para o ambiente doméstico. Este processo de sedentarização e o desenvolvimento da produção agropecuária foram fundamentais na formação das primeiras estruturas de propriedade privada e, conseqüentemente, na emergência da monogamia. Nesse contexto, a certeza da paternidade tornou-se crucial para garantir a transmissão da propriedade privada para os descendentes na forma de herança. Como bem explica Engels (2019, p. 64) a monogamia “[...] se funda no domínio do homem, com a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável, e essa paternidade é exigida porque um dia os filhos deverão assumir, como herdeiros naturais, o patrimônio paterno”. Essa necessidade de assegurar a paternidade dos filhos e filhas altera toda a dinâmica familiar. De acordo com Bourdieu e Passeron (2008), no sistema de descendência matrilinear – ou seja, de sociedades em que a linhagem é rastreada pela genealogia das mães – o pai não tem autoridade jurídica sobre o filho ou filha, enquanto esses filhos também não possuem direitos sobre os bens ou privilégios do pai. Portanto, a autoridade paterna manifesta-se através de sanções meramente afetivas ou morais, não gozando de apoio jurídico quando seus

direitos são desafiados. Enquanto no sistema de descendência patrilinear – quando a linhagem é rastreada a partir da herança paterna – o filho possui direitos explícitos e juridicamente sancionados sobre os bens e privilégios do pai. Nesse caso, a relação entre pai e filho é descrita como competitiva ou conflitual, sendo o pai visto como o representante do “poder da sociedade enquanto que força no grupo doméstico” (Bourdieu; Passeron, 2008, p.27). Assim, torna-se evidente o caráter profundamente patriarcal e heteronormativa⁷ da estrutura monogâmica familiar produzida pela propriedade privada.

No capitalismo, essa organização patriarcal heteronormativa se mantém e, com ela, mecanismos consoantes com seus modos de produção de vida existentes. Neste modo de produção, movimentos de extrema-direita conservadores e religiosos surgem como ferramenta de escape quando uma crise do capital ameaça o poder hegemônico da classe dominante (Marx, 2011). Um padrão comum a todos estes movimentos é o apelo à “família tradicional” e aos “valores tradicionais”. Existe um motivo para isto: a manutenção do sistema de dominação burguesa, afinal de contas, não poderia ser mera coincidência.

Para Reich (1988), a família autoritária – utilizarei como sinônimo de “família tradicional” – é a célula base da reprodução ideológica da classe dominante autoritária. Pois, se nossos desejos sexuais nos impulsionam para a vivência de diversas experiências íntimas com o mundo material, a repressão destes desejos faz justamente o contrário, nos torna mornos, obedientes e freia nossa capacidade crítica. Portanto, uma estrutura familiar que reprima seus filhos e filhas é benéfico para a classe dominante autoritária, que busca obediência e teme uma massa proletária capaz de pensar criticamente. A igreja e a religião desempenham um importante papel na consolidação deste modelo familiar tradicional. Consideradas por Althusser (1970) como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), as igrejas consistiam na maior instituição de reprodução ideológica no período pré-capitalista e costumava figurar como uma poderosa dupla junto com o AIE da Família na produção e reprodução das relações sociais feudais. Com a ascensão do capitalismo como modelo econômico hegemônico, a igreja é substituída pela educação formal como o AIE dominante e, nessa substituição, “o par Escola-Família tem de substituir o casal da Igreja-Família” (Althusser, 1970, *online*). Essa substituição, todavia, não significa que a igreja não

⁷ Embora Engels não tenha utilizado este termo em sua obra, a constituição patriarcal da família tradicional também não admite a existência de outras configurações familiares além da heterossexual.

desempenhe um papel importante na manutenção do pensamento hegemônico burguês, especialmente considerando o poder político que as organizações religiosas – especialmente evangélicas e católicas – possuem no Brasil, com muitos de seus chavões e projetos almejando o controle das políticas públicas em Educação.

Historicamente, a religião – neste caso, estamos falando sobre a religião cristã – funciona como um mecanismo de alienação, fazendo com que as pessoas não identifiquem suas dificuldades e injustiças sociais como produtos da luta de classes, mas como resultados de causas espirituais e divinas (Marx, 2010). Karl Marx também descreveu como a burguesia utilizou da igreja para apaziguar as massas proletárias frente a contrarrevolução no século 19, inclusive utilizando de bordões muito familiares como “propriedade, família, religião, ordem”. Essa reformulação do papel da religião no meio político serviu para esfriar os ânimos revolucionários do proletariado contra os interesses da burguesia francesa, que manipulava a religião e outros aparelhos estatais para conduzir a opinião pública conforme seus desejos (Marx, 2011). Desta maneira, a Igreja, a serviço dos interesses da classe burguesa, continua produzindo e reproduzindo a ideologia hegemônica do capital para uma família “tradicional”, heteronormativa e patriarcal.

2.1.2 Educação Sexual Emancipatória

Indo ao encontro do conceito de Sexualidade dentro da visão paradigmática que me guia, apresento aqui o que entendemos como uma Educação Sexual Emancipatória, ou seja, uma Educação Sexual que busque a “formação de sujeitos críticos-reflexivos” (Melo; Mattos e Silva, 2018. p. 50). Deste modo, sempre “[...] exige um olhar compreensivo, que vise a colaborar com a busca de informações individuais e coletivas no processo de ensino e aprendizagem” (Carvalho et al., 2012, p. 11). Para aprofundar este item, me apoiarei sobre a dissertação de Decker (2010) realizada a partir de seus estudos no Grupo de Pesquisa EDUSEX.

A categoria *emancipação*, assim como demais conceitos e categorias analisadas a partir do método dialético, são historicamente determinadas, ou seja, “se formaram no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social” (Triviños, 2019, p. 55). Para compreender essas categorias é necessário então analisar suas formas através da história a fim de desvendar seus significados (Decker, 2010). No desafio de fazer essa análise, Decker (2010) atenta para a dificuldade em caracterizar a categoria emancipação dentro das ciências sociais, pois ela se perde em meio a

vários outros conceitos como liberdade ou igualdade. Essa dificuldade se dá por conta de a categoria ser demasiado abstrata, por vezes sendo utilizada como sinônimo de conscientização ou racionalidade.

O termo emancipação surge em Roma (*emancipatio*), como um ato jurídico da República Romana para a *emancipação* de um filho dos poderes de seu pai. Neste caso, o termo se restringia a uma concessão ou restrição de direitos de determinado indivíduo (Decker, 2010). Mais tarde, os iluministas retornam com esse conceito que, para eles,

[...] exaltava a liberdade de pensamento, os valores morais, éticos e religiosos somados a emancipação política, que fundamentados nos valores da razão e do conhecimento/ciência almejavam alcançar objetivos maiores que seriam a liberdade, a autonomia e a emancipação (Decker, 2010, p. 30)

Ou seja, o conceito manteve um caráter jurídico.

Esse caráter jurídico da categoria emancipação se mantém no idealismo alemão, que em Kant se assemelha ao que ele chamava de “esclarecimento”, associado ao abandono da menoridade e ao desvencilhar-se da dependência ao outro, e emprega um conceito de liberdade jurídica de não se submeter a leis externas enquanto não consentir a existência delas (Kant, 2008). Menoridade, em Kant,

[...] é a incapacidade de se servir de seu entendimento sem a orientação de terceiros. Essa menoridade é de responsabilidade própria na medida em que suas causas residem não na falta de entendimento, mas na carência de decisão e de coragem de dele se servir sem a tutela de outrem. *Sapere aude!* (Kant, 2022, p. 06).

Esta visão era condicionada ao seu próprio contexto histórico, visto que vinha de um grande descontentamento com o absolutismo das monarquias europeias. A ideia era que as pessoas cidadãos de determinado território pudessem gozar de uma igualdade jurídica, significando que “[...] nenhum [cidadão] pode vincular juridicamente outro sem que ele se submeta ao mesmo tempo à lei e possa ser reciprocamente também de igual modo vinculado por ela” (Kant, 2008, p. 12). Deste modo, buscava um rompimento com a ideia de se submeter às leis impostas pela nobreza, classe dominante de seu período.

Já no Século XIX, o próprio Estado em moldes republicanos passou a ser compreendido como uma fonte de opressão da qual se deseja emancipar (Decker, 2010). Com a burguesia sendo a classe detentora do poder político do Estado, a luta de classes toma sua forma capitalista moderna. Marx, ao fazer suas análises, rompe

com o idealismo alemão, diferenciando o conceito de emancipação com o Estado político, mas conserva algo do pensamento Iluminista ao compreender que ao *emancipar-se* dos mitos, das crenças metafísicas, das *ideologias*, os sujeitos podem afastar-se do senso comum (Decker, 2010); portanto, compreende o mundo ao seu redor, identifica suas contradições e vislumbra os meios para a revolução dos meios de produção a partir de um método *dialético* e profundamente *científico*. Essa *emancipação* significa “[...] a reordenação do mundo humano, a reestruturação das relações, em síntese, do próprio homem [sic]” (Decker, p. 35). Portanto, a ação emancipatória tem em vista romper com as ideologias *burguesas*, *hegemônicas*, que existem e agem dialeticamente a par da estrutura social capitalista.

O marxismo inaugura um conceito mais abrangente de emancipação, uma emancipação humana geral, que só se torna possível a partir da extinção da propriedade privada, portanto, do modo de produção capitalista (Marx, 2010). Este é o conceito que adotamos quando trabalhamos sob a perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, é uma *emancipação* da ideologia burguesa hegemônica que aliena e fetichiza nossas relações sociais.

Portanto, consideramos uma concepção de Educação Sexual *Emancipatória* que busca retornar o sujeito ao seu estado de ser histórico e crítico, capaz de interpretar o mundo dialeticamente. Para isso, é necessário emancipar-se da ideologia hegemônica imposta pela lógica do capital, que nos aliena das relações sociais de produção e distorce nossa percepção do mundo concreto. Educar com fins à emancipação é educar para a formação integral do humano⁸, educar para que todas as pessoas tenham acesso ao conhecimento científico, que lhes é de direito. A educação emancipadora, então, “[...] pode possibilitar o conhecimento humano de sua própria sexualidade, valorizando, assim, o prazer, o respeito mútuo, resultando em uma vida mais feliz” (Silva, 2019, p. 28).

⁸ Educar para a formação integral do ser humano implica adotar uma perspectiva que considere todas as dimensões que permeiam as experiências humanas, o que Marx conceituou no século XIX como a constituição do “homem omnilateral” (Marx, 1989), em superação à lógica de formação burguesa unilateral, que fragmenta trabalho e racionalidade. Reconhecemos a sexualidade como um elemento central no processo de autoconhecimento, exploração do mundo e interação com os outros. Sobre essa categoria, em Marx (1989, p. 197), se lê: “O homem apropria-se do seu ser omnilateral de uma maneira onicompreensiva, portanto como homem total. Todas as relações humanas com o mundo – visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor – em suma, todos os órgãos de sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comuns na forma, são a apropriação da realidade humana.”

Reforço ainda mais a intenção emancipatória da abordagem de Educação Sexual que estou descrevendo. Ao educar os sujeitos de maneira a que possamos viver nossa existência de maneira integral com os outros seres no mundo, colocamos em risco a estrutura da própria “família tradicional/autoritária”, tão repressiva, *emancipando* os sujeitos deste mecanismo poderoso de reprodução ideológica.

Estes conceitos apresentados representam categorias de estudo analisadas pela ciência. Relembro que neste texto adotamos a abordagem crítico-dialética que enxerga a produção científica como “uma construção decorrente da relação dialética entre o pesquisador e o objeto envolvidos em determinada realidade histórica” (Cunha; Sousa; Silva, 2014, p.2). Além disso, é um movimento que ocorre nas relações humanas, entre pessoas, para pessoas, na vida em sociedade. Este movimento é atravessado pelas visões de mundo que interpretam o mundo de determinada forma (Pacheco, 2014). Reafirmamos, o paradigma que representa a lente pela qual olhamos nosso objeto de pesquisa é o Materialismo Histórico-Dialético que, aliado ao método dialético, será expresso no item de movimentos metodológicos desta dissertação.

2.1.3 Produção de Conhecimento

O movimento de produção de conhecimento por mim realizado, bem como a busca da produção do conhecimento produzido nas pós-graduações no Brasil, é outra categoria pretendida nesta dissertação que se desenvolveu dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

O principal documento para o planejamento da pós-graduação brasileira é o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que no momento de escrita está em sua sétima edição (2024-2028) que ainda está em fases preliminares de elaboração. Os planos, desde sua gênese, tinham como objetivo transformar a pós-graduação em centros de pesquisa e de formação de professores/as e pesquisadores/as (Pacheco, 2020). No início do século XXI, com a publicação do V PNPG, visou-se a expansão e a qualificação da pós-graduação brasileira, “[...] favorecendo ciência, tecnologia e o setor empresarial, reafirmando o papel estratégico do sistema educacional no processo de desenvolvimento econômico e cultural da sociedade brasileira” (Pacheco, 2020, p.59). O VI PNPG demonstrou em seus objetivos uma maior integração entre o setor empresarial e a comunidade acadêmica. Visava a “[...] formação de recursos

humanos para empresas e programas nacionais” (Nobre; Freitas, 2017, p.31), ao mesmo tempo que promoveu a internacionalização dos programas, incentivando a captação de estudantes internacionais para as universidades brasileiras e, também, de participação de estudantes e pesquisadores/as brasileiros/as em estágios e eventos internacionais (Nobre; Freitas, 2017).

Percebe-se que a pós-graduação brasileira sempre teve como objetivo focal no Brasil a promoção do conhecimento científico via pesquisa, compondo até hoje os programas de pós-graduação como os maiores polos de produção de conhecimento científico no país. Por este motivo e por estarmos dentro de um programa de pós-graduação, vivendo suas contradições e movimentos, optamos por investigar precisamente este espaço denominado Pós-Graduação que vem sendo construído no Brasil e sua produção acadêmica sobre nosso objeto de estudo, ou seja, como a categoria “ideologia de gênero” é abordada na produção acadêmica brasileira.

Finalizando esse capítulo, a partir da relação destas categorias de pesquisa, explicitamos em síntese os cúmplices teóricos que compõem o ponto de partida desta dissertação. Passo agora a apontar os caminhos metodológicos seguidos.

3 MOVIMENTOS METODOLÓGICOS

Como citado brevemente no item anterior, este texto é escrito pelas lentes de um paradigma crítico-dialético, mais precisamente o do Materialismo Histórico-Dialético, que vê a produção científica como os movimentos dialéticos entre a pessoa pesquisadora e o objeto pesquisado, em determinado contexto histórico-social (Cunha; Sousa; Silva, 2014). A decisão de desenvolver uma pesquisa por esse caminho teórico foi tomada antes de meu ingresso no mestrado; essa perspectiva epistemológica surgiu em minha vida durante minha graduação e formação política em grupos de juventude, tornando-se um objetivo de estudo. Queria muito compreender sobre seus fundamentos teóricos e desvendar essa filosofia da transformação.

O paradigma do Materialismo Histórico-Dialético representa a porção filosófica e científica da corrente de pensamento inaugurada por Marx e Engels no século XIX, no âmbito do que se convencionou chamar de marxismo. Esta forma de interpretar o mundo busca superar o senso comum e compreender o movimento dos fenômenos do mundo, sejam estes naturais ou sociais. O materialismo em si existe muito antes de Marx e afirma que a matéria é a realidade objetiva, o que é primário, e que “o espírito” (ideia) é secundário (Triviños, 2019). Essa dualidade entre matéria e espírito se constitui numa relação dialética e ao reconhecermos a matéria como a parte primária e a ideia como a parte secundária nesta relação de contrários, reconhecemos que, dialeticamente, a matéria é o aspecto principal, enquanto as ideias são o aspecto secundário desta contradição (Tsé-Tung, 2018); todavia, isso não significa que as ideias não interfiram na matéria em determinadas situações. Como observado por Marx e Engels em obras como *O Capital* (2017) e *A Ideologia Alemã* (2007), todo processo de trabalho envolve a transformação da matéria por mãos humanas. Diferentemente de outros animais, os seres humanos precisam produzir continuamente a sua existência, não apenas se adaptando ao mundo natural, mas adaptando o mundo a si, transformando-o. Este processo constitui a categoria fundamental do *trabalho*, que “instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação” (Saviani, 2021, p. 11); é uma ação intencional que vem da capacidade de abstrair os fenômenos concretos do mundo para o âmbito das *ideias*. Por conseguinte, essa característica única da experiência humana de analisar e compreender o mundo ao seu redor e manipulá-lo e transformá-

lo de acordo com suas necessidades e objetivos, nada mais é do que a nossa capacidade de transformar nossas ideias em ação no mundo material. Daí o fato de nossas ideias (e ideologias) terem origem na materialidade da relação do ser humano com o mundo material.

A partir deste ponto de vista, entendo que a capacidade de reflexão é característica fundamental da matéria, sendo nossa mente um destes reflexos, tornando nossas experiências subordinadas às condições materiais nas quais nos situamos. Portanto, a experiência de cada sujeito é subjetiva, não podendo ser tomada *a priori* como a verdade única, concreta e objetiva. Todavia, a verdade, o *concreto*, existe independente do olhar humano e seu movimento não é subjetivo. Ora, se nossa consciência é apenas um *reflexo* da matéria, a experiência singular de um sujeito representa tanto o mundo quanto um espelho representa a pessoa que eu sou. A princípio, eu e meu reflexo podemos parecer idênticos, mas apenas *eu* possuo todas as dimensões inerentes da existência humana.

Ao escolher a categoria “ideologia de gênero” como meu objeto de pesquisa, entendo este meu objeto como pertencente ao mundo concreto, também compreendo que devo buscar cientificamente superar o senso comum, a imagem meramente refletida pelo espelho. Devo - sendo tão fiel quanto posso ao meu objeto de pesquisa - buscar aproximar-me de seu movimento *real*, reproduzir em ideias a totalidade concreta do objeto, é “o real reproduzido e interpretado no plano ideal” (Netto, 2011, p. 21).

É importante ressaltar que apesar de pretender superar o senso comum, nesta pesquisa não se assumiu uma idealizada neutralidade. Meu objeto de estudo – a produção acadêmica sobre a categoria de estudos “ideologia de gênero” – é uma produção humana, construída socialmente por sujeitos inseridos no mundo material. Na pesquisa dos fenômenos da natureza, por exemplo, a pretensão de neutralidade dos/as autores/as é até compreensível – mesmo que ainda impossível –, entretanto, na pesquisa sobre fenômenos sociais a mesma pretensão é ingênua, pois atua sobre uma “relação em que o sujeito está implicado no objeto” (Netto, 2011, p. 23).

Portanto, no que diz respeito a chamada “ideologia de gênero”, opto por seguir o *método dialético*, que busca desvelar o fenômeno a partir de sua história e existência dentro da prática social, investigando sua gênese – com as características do momento histórico que favoreceram seu surgimento –, suas contradições e suas relações dialéticas de interação com o mundo. Para desvendar as contradições e

transformações dialéticas deste objeto de pesquisa, foi necessário buscar suas raízes e movimentos históricos, procurando na ciência essas respostas. Por isso, fiz o mapeamento das produções científicas nas Pós-Graduações do Brasil sobre a categoria conhecida como “ideologia de gênero”, desta maneira, apreendendo o fenômeno em sua forma *real* e *concreta*, transpondo-o para o plano ideal. A dialética materialista é, então, a “doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta da unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em eterno desenvolvimento” (Lênin, 1980, p. 36).

Este processo, porém, acaba por vislumbrar uma superação destas contradições, mudando as características do fenômeno e originando novas contradições (Tsé-Tung, 2018). Por consequência disso, grupos conservadores da classe dominante podem tomar medidas para que este tipo de movimento não ocorra, através de mecanismos de controle ideológico da população.

Feuerbach (2013), em um de seus livros, definiu alienação utilizando um exemplo teológico: o indivíduo aliena-se quando esquece que Deus é produto de produção humana. O ser divino é uma produção do coletivo humano, não o contrário. Neste caso, a alienação demonstra esta inversão, onde os sujeitos já não sabem conscientemente que nós, como humanos, criamos Deus, e pensam que o que ocorreu foi o contrário, que Deus nos criou.

Marx adota esta definição e a transporta para seus estudos dos fenômenos da economia política do sistema capitalista, assim, expressa que o indivíduo alienado é aquele que não reconhece os resultados de sua própria produção, que “torna-se um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado” (Marx; Engels, 2008, p. 37). Como exposto no item anterior, reconheço a dimensão sexualidade, parte fundamental da categoria Educação Sexual, como parte indissociável da existência humana, sendo esta produzida e manifestada socialmente a partir das condições materiais nas quais os sujeitos se encontram e se relacionam. Por conseguinte, posso afirmar que a sexualidade, assim como todas as demais relações, sempre sexuadas, existe dentro de um processo de alienação, sendo imperativo uma forma de auxiliar na busca da emancipação dos sujeitos para que estes possam gozar da verdade e do controle de sua produção, de sua existência, sempre sexuada

Através da alienação, a lógica do capital é capaz de controlar nossa forma de produção de existência e normalizar-se a ponto de se estender para todas as

dimensões de nossa vida, fetichizando nossas relações e imprimindo sobre elas suas peculiaridades. O conceito marxiano de fetichismo é, sucintamente: “projetar nas coisas características próprias da sociedade capitalista” (Grespan, 2021, p. 45). Este fenômeno surge no capitalismo pois este impõe que a troca de mercadorias deve ser um mediador das relações sociais, portanto estas “não se apresentam como vínculo entre pessoas, e sim como um vínculo entre coisas” dando ao capitalismo uma aura de concretude, como se fosse uma realidade natural e imutável (Grespan, 2021, p.45). Um exemplo dentro do campo da sexualidade seria o discurso que apresenta as relações entre pessoas como um “*mercado sexual*”, onde certos comportamentos possuem maior *valor*, impondo às relações conceitos de *competição*, *oferta* e *demanda*. Isso configura um dos mecanismos que permitem a sobrevivência do capitalismo pois, por conta de suas inevitáveis crises advindas de suas contradições irremediáveis, este sistema precisa convencer a classe trabalhadora de que é o único sistema possível, o único que existe e existirá. As ideias fetichizadas que generalizam, invertem os fenômenos sociais e criam fantasias metafísicas no campo intelectual são chamadas por Marx e Engels de ideologia. “A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual. [...]. Os indivíduos que compõem a classe dominante [...] regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo” (Marx; Engels, 2008, p. 47). Este processo de alienação, fetichização e consolidação de ideologia, processo taciturno, mascarado e naturalizado, expressa todas as categorias chave desta pesquisa.

Registramos que estas categorias marxistas, alienação e fetichização, são eixos importantes que permeiam nosso método analítico pautado no Materialismo Histórico-Dialético.

Portanto, reforçamos a importância de termos estudado e pesquisado calcados no Materialismo Histórico-Dialético, nele destacando a questão das contradições; sobre a questão, Mao Tsé-Tung diz o seguinte:

A concepção dialética nos ensina, sobretudo, a observar e analisar o movimento das contradições nos diferentes fenômenos, bem como a determinar, com base nesta análise, os métodos próprios para resolver tais contradições. Eis porque a compreensão concreta da lei da contradição inerente aos fenômenos é de importância extrema para nós (Tsé-Tung, 2018, p. 48).

Compreendemos que em nossos movimentos metodológicos, identificando as contradições inerentes aos fenômenos sociais, é que podemos vislumbrar caminhos

para sua superação, vislumbre este possível por adotarmos o paradigma do Materialismo Histórico-Dialético. Ao adotarmos este paradigma, nos comprometemos a realizar a caminhada investigativa pelo método dialético que, como já exposto, busca entender os fenômenos a partir de seu movimento histórico realizado na prática social humana, movimento este sempre em uma relação dialética de unidade de contrários. Portanto, “[...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (Konder, 2008, p. 07).

Entretanto, para que essa empreitada possua caráter científico, foi necessário que delimitássemos nossas “[...] técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa etc.” (Triviños, 2019, p.112). Nesta pesquisa, a amostra foi constituída pelas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação no Brasil que possuem como objeto de estudo a “ideologia de gênero”, mais especificamente, as dissertações e teses disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES que possuem o termo “ideologia de gênero” em seu **título**.

Este movimento, que chamamos de mapeamento, foi realizado através de uma metodologia calcada na busca do Estado do Conhecimento, que procurando fazer uma análise das produções acadêmicas sobre certo tema em um determinado período, “[...] contribui para revelar temáticas e metodologias que são priorizadas pelos pesquisadores, oferecendo elementos importantes para aprimorar a pesquisa em determinado campo do saber” (Junqueira et al, 2017, p.23), “[...] permitindo consequentemente compreendê-lo em perspectivas relacionáveis no que concerne a contextos históricos, políticos e sociais” (Junqueira et al, 2017, p.28). O mapeamento é, portanto, o principal instrumento de coleta de dados para esta pesquisa. A partir do material coletado, originaram-se lacunas, tensionamentos e contradições que serão apresentadas em nossas análises.

Durante o processo de coleta e análise de dados, surgiram as categorias de análise que foram exploradas utilizando a análise de conteúdo proposta por Triviños (2019) e com apoio de Bardin (2021).

É importante ressaltar que por este texto ser parte das produções do Grupo EDUSEX, um documento de apoio às nossas categorias de análise *a priori* foi a *Declaração dos Direitos Sexuais*, publicada pela *World Association of Sexual Health*

(WAS, 2014), que compreende os direitos sexuais como direitos humanos, sendo a sexualidade “um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução” e que “a igualdade e não discriminação são fundamentais à proteção e promoção de todos os direitos humanos” (WAS, 2014, p. 1). A *Declaração de Direitos Sexuais da WAS* teve sua primeira proclamação no Congresso de Sexologia em Valência, Espanha, em 1997. Posteriormente, em 1999, uma revisão foi aprovada pela *Assembleia Geral da WAS*, em Hong Kong, e reafirmada na *Declaração WAS: Saúde Sexual para o Milênio* (2008). A versão atualizada da declaração foi aprovada pelo Conselho Consultor da WAS⁹ em março de 2014.

Retornando às técnicas e instrumentos adotados, de acordo com Bardin, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que “[...] visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (Bardin, 2021, p.46).

Seguindo o caminho proposto por Triviños (2019), a análise de conteúdo se dá em três fases: a pré-análise; a descrição analítica; e interpretação inferencial. Em nosso entendimento, a etapa da coleta de dados é intrínseca à pré-análise, como já visto em outras pesquisas realizadas pelo Grupo EDUSEX, como em Andrade (2011), Pacheco (2014), Yared (2016) e Pacheco (2020).

3.1 PRÉ-ANÁLISE

A *pré-análise* envolve toda a organização e planejamento do material e da coleta de dados. Em suma, “a pré-análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, «abertas», por oposição à exploração sistemática dos documentos” (Bardin, 2021, p. 122). No caso deste trabalho, os materiais utilizados foram as dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação brasileiros que possuam o termo “ideologia de gênero” em seu título. Para chegarmos às dissertações e teses, no entanto, trilhamos um caminho que iniciou pela busca sistemática que integrou o projeto desta dissertação. Nessa busca realizada no segundo semestre de 2021, inicialmente, pesquisei nas

⁹ Disponível em: <https://worldsexualhealth.net/was-declaration-of-sexual-rights-2014/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC), buscando compreender melhor sobre o termo “ideologia de gênero”: procurei nas bases de dados todos os artigos que tivessem o referido termo como categoria principal, ou seja, que tivesse o referido termo em seu título.

Separei os artigos encontrados em tabelas no *Excel* e procurei em seu conteúdo proximidades com o paradigma adotado, o Materialismo Histórico Dialético, sejam essas proximidades expressas deliberadamente pelos/as autores/as ou que estejam implícitas no decorrer do texto, com exceção do artigo de Machado (2017), que apesar de não apresentar vínculos com o método dialético, demonstrou grande potencial de contribuição para os objetivos desta dissertação. Os resultados desta busca e triagem estão expressos no seguinte quadro:

Quadro 1 - Artigos selecionados na busca sistemática

TÍTULO	AUTORES/AS	ANO
Da “Doutrinação Marxista” à “Ideologia de Gênero” - Escola Sem Partido e as Leis da Mordaza no Parlamento Brasileiro	Luis Felipe Miguel	2016
Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros	Toni Reis; Edla Eggert	2016
“Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo	Richard Miskolci; Maximiliano Campana	2017
Em Busca de Significados para a Expressão “Ideologia de Gênero”	Ivanderson Pereira da Silva	2018
A Ideologia da Ideologia de Gênero e a Escola	Linovaldo Miranda Lemos	2017
O Discurso Cristão Sobre a “Ideologia de Gênero”	Maria das Dores Campos Machado	2017
Pânico Moral e Ideologia de Gênero Articulados na Supressão de Diretrizes Sobre Questões de Gênero e Sexualidade nas Escolas	Rafaela Oliveira Borges; Zulmira Newlands Borges	2018

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nestes artigos pude encontrar diversas pistas para compreender mais profundamente o significado científico do termo “ideologia de gênero” no campo progressista, especialmente para os setores mais alinhados com o marxismo. Comentarei um pouco sobre cada um e suas contribuições para minha pesquisa.

Miguel (2016) se propõe a discutir as chamadas “lei da mordça”, que geralmente contemplam o termo “ideologia de gênero”, afirmando que tais leis demonstram ser um cerceamento da liberdade de expressão e liberdade de cátedra do/a docente em sala de aula; criando um clima de instabilidade social na qual profissionais da educação ficam à mercê dos pais de alunos/as e podem sofrer assédio e perseguição.

Reis e Eggert (2016) exploram o conceito de “ideologia de gênero”, que adjetivam como falácia logo de início. É um trabalho que nasce no contexto de sua participação nos debates da *Conferência Nacional de Educação Básica*, de 2008, *Conferências Nacionais de Educação*, de 2010 e 2014, na elaboração do *Plano Nacional de Educação* (PNE) de 2014, do *Plano Estadual de Educação do Paraná* e do *Plano Municipal de Educação de Curitiba*, de 2015. O autor e a autora afirmam que o termo “ideologia de gênero” utilizado nos discursos de movimentos conservadores reforçam a ideia de que feministas e militantes das minorias sexuais e de gênero sejam considerados os inimigos a serem combatidos. O “mal” em contraposição ao “bem”, o que para estes grupos de direita, seriam eles mesmos o segundo. O autor e a autora trazem também o termo “ideologia de gênero” como uma forma de instaurar um “pânico moral”, em concordância com o trabalho de Miguel (2016).

Destaco, neste ponto, a grande contribuição de Mendes¹⁰ (2022), que trouxe transparência ao assunto ao investigar em seu doutorado – a partir da análise dos discursos de parlamentares favoráveis e desfavoráveis a presença do termo “gênero” e “orientação sexual” no PNE – as disputas que decorreram sobre a retirada dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” na aprovação do *Plano Nacional de Educação* (PNE – 2014/2024). Em seu livro, a autora expressa que os parlamentares contrários a presença dos termos no PNE eram motivados “[...] por seu conservadorismo, expresso especialmente pelas bancadas de evangélicos e católicos, que com base em preceitos de ordem moral e ainda orientados por preconceitos como a homofobia, o sexismo e o machismo [...]” (Mendes, 2022, p. 154) e, de maneira sistemática, estas figuras políticas se opõem às políticas de auxílio às minorias sociais. Sobre a chamada “ideologia de gênero”, a autora aponta que não há

¹⁰ A Professora Doutora Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes é Professora Adjunta da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC no Departamento de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED. Em 2022, Patrícia publicou seu livro “Compondo a Cena de Dissenso: a retirada dos termos ‘igualdade de gênero’ e ‘orientação sexual’ do Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024”.

menção dela em estudos científicos e de gênero, indicando que este termo foi *importado* para o contexto brasileiro por estas mesmas figuras políticas (Mendes, 2022).

Já Miskolci e Campana (2017) se esforçaram para construir uma “genealogia” do termo em questão. Buscaram apresentar a história deste movimento e seus impactos e razão de existir nos movimentos sociais da América Latina. Encontraram que este termo é mais difundido em países que elegeram governos progressistas ao final da década de noventa e início do século XXI, como é o caso do Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Os autores, novamente, caracterizam o termo “ideologia de gênero” como pânico moral, que seria uma estratégia para

[...] afastar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. [...] Buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional (Miskolci; Campana, 2017, p. 743).

O artigo de Silva (2018) se propôs a investigar os significados que o termo “ideologia de gênero” assume em diferentes setores da contemporaneidade. Realizou um mapeamento das publicações que possuem o termo em seu título e/ou resumo com o objetivo de identificar as definições e propostas de cada trabalho. O levantamento de dados se deu no “Google Acadêmico”. O autor encontrou três significados principais para o termo, sendo estes: o primeiro seria a “ideologia de gênero” como machismo e LGBTIfobia, sendo esta a definição normalmente encontrada em muitos trabalhos de estudos de gênero; o segundo é a “ideologia de gênero” como o estopim de um “apocalipse moral”, que seria o significado comum dentro das igrejas – católica ou evangélica –, disseminando a ideia de que “marxistas”, na realidade progressistas em geral, querem destruir a instituição da família tradicional e instaurar a degeneração moral e sexual na sociedade; por último, seria a “ideologia de gênero” como uma falácia, um discurso construído para deslegitimar movimentos sociais e toda uma área de produção e conhecimento científico do estudo da sexualidade e de gênero.

Lemos (2017) escreveu seu artigo com o objetivo de “trazer elementos à compreensão da relação entre ideologia e gênero de forma a contribuir com o debate atual sobre a chamada ‘ideologia de gênero’ e a educação” (p. 01). Buscou

acrescentar ao debate o conceito de ideologia e a noção de que é impossível se alcançar uma neutralidade científica ou política em nossa vida.

Machado (2018) realizou, assim como Miskolci e Campana (2017), uma tentativa de estabelecer uma 'genealogia'; todavia, Machado se ateve ao discurso cristão sobre a chamada "ideologia de gênero". Concorde em muitos pontos com o referido trabalho de Miskolci e Campana, principalmente no que consta à origem do termo nos anos de 1990 em meio a movimentos conservadores da igreja católica, com o objetivo destes setores de enfraquecer movimentos feministas pela igualdade de gênero e aqueles de defesa das minorias sexuais e de gênero. Ainda indica que estes movimentos religiosos formam lideranças femininas com formação universitária para refutar a ideia de que a igreja é um espaço dominado apenas por homens e pelo machismo. A presença destas mulheres que questionam movimentos feministas e utilizam o termo "ideologia de gênero" na definição católica dificultaria grandemente o embate ideológico entre as diferentes perspectivas sobre o termo "ideologia de gênero".

Por fim, Borges e Borges (2018), sintetizam a ideia de que o termo "ideologia de gênero" surte o efeito de suprimir as iniciativas de incluir uma perspectiva de igualdade de gênero nos planos estadual e municipal de educação do Rio Grande do Sul e Porto Alegre. As autoras também classificam a "ideologia de gênero" como geradora de pânico moral, e seus efeitos podem se expressar como:

[...] reforço da estigmatização e da discriminação das identidades de gênero e sexuais que escapam da norma, assim como o aumento da homofobia, da lesbofobia e da transfobia e outras formas de violências físicas ou simbólicas. Mas o aumento da evasão escolar e, conseqüentemente, da exclusão social desses sujeitos é certamente um dos efeitos mais incoerentes e divergentes para uma política de educação e escolarização (Borges; Borges, 2008, p. 20).

Estes artigos me apontaram várias pistas para o significado da chamada "ideologia de gênero". No entanto, estes artigos publicados possuem limites em seu escopo. Surge, então, a necessidade de explorar trabalhos que disponham de maior abrangência e profundidade de estudo. Refiro-me, portanto, a dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil. Inicialmente, por eu mesmo ser estudante de um Programa de Pós-Graduação em Educação, ative-me a explorar esta grande área. Por conta disso, fui à tese de doutorado de nossa colega do grupo EDUSEX, Raquel Pacheco, que realizou um mapeamento sobre as produções em Educação Sexual nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil

(Pacheco, 2020). Com o mapeamento que ela realizou dos PPGEs brasileiros, busquei – nos mesmos programas – quaisquer produções que tenham a “ideologia de gênero” no título ou como categoria principal. Os resultados estão no quadro a seguir:

Quadro 2 - Produções selecionadas a partir do mapeamento de Pacheco (2020)

TÍTULO	TIPO DE DOCUMENTO	DATA	AUTOR/A	IES
A “Ideologia de Gênero” Através das Narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do plano estadual de educação	Dissertação	2019	Karina Veiga Mottin	UFPR Programa De Pós-Graduação Em Educação
Da “Ideologia de Gênero” à Família Heteronormativa: uma análise do plano municipal de educação de Curitiba	Dissertação	2017	Amanda da Silva	UFPR Programa De Pós-Graduação Em Educação
Possibilidades para Um Trabalho Docente Feminista: professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora de ideologia de gênero	Dissertação	2018	Bruna Dalmaso Junqueira	UFRGS Programa De Pós-Graduação Em Educação
Por Que Não Falar de Gênero? A Polêmica da Ideologia de Gênero e os Planos Municipais e Nacional de Educação	Dissertação	2018	Gabriela Campos dos Santos	Unicamp Programa De Pós-Graduação Em Educação
Legisladores do Desejo: uma etnografia das diferenças na educação infantil a partir dos debates da ideologia de gênero	Tese	2019	Alex Barreiro	Unicamp Programa De Pós-Graduação Em Educação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A partir desses achados, percebo que os estudos sobre a categoria “ideologia de gênero” ainda são muito recentes no Brasil, especialmente na Pós-Graduação em Educação. Por conta disso, decidi aumentar ainda mais meu escopo, para que pudesse ter um maior número de trabalhos para a análise. Foi neste momento que minha busca deixou de ser limitada aos Programas de Pós-Graduação em Educação

e passou a explorar todas as áreas de conhecimento da Pós-Graduação que pesquisassem sobre a categoria e que estivessem indexadas em bases de dados. Assim, utilizei o catálogo de teses e dissertações da CAPES e busquei todas as dissertações e teses que tivessem a categoria “ideologia de gênero” em seu **título**. Como resultados, obtive 4 teses e 33 dissertações. Dessas dissertações, no entanto, três não possuem permissão para a publicação do texto integral, sendo excluídas da análise. Fiquei então com **4 teses** e **30 dissertações**, totalizando **34 produções** a serem exploradas. Alguns exemplos dos resultados que obtivemos, somados aos de Pacheco (2020) já demonstrados no Quadro 2, serão expressos nos quadros 3 e 4, a seguir.

Quadro 3 - Teses selecionadas na busca sistemática no catálogo da CAPES

TÍTULO DA TESE	ANO	AUTORES/AS	PPG/IES
"Não de Abre à Força um Botão de Rosa e, sobretudo, com as Mãos Sujas": agruras da educação sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à ideologia de gênero	2017	Kaciane Daniella de Almeida	UTFPR Programa De Pós-Graduação Em Tecnologia E Sociedade
Legisladores do Desejo: uma etnografia das diferenças na educação infantil a partir dos debates da ideologia de gênero	2019	Alex Barreiro	Unicamp Programa De Pós-Graduação Em Educação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Quadro 4 - Dissertações selecionadas na busca sistemática no catálogo da CAPES

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	ANO	AUTORES/AS	PPG/IES
A “Ideologia de Gênero” Através das Narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação	2019	Karina Veiga Mottin	UFPR Programa De Pós-Graduação Em Educação
Homilias em Casamento Católico: uma interpretação da “ideologia de gênero”	2000	Maria Aparecida da Silva Brandão	PUC SP Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Por Que Não Falar de Gênero? A polêmica da ideologia de gênero e os Planos Municipais e Nacional de Educação	2018	Gabriela Campos dos Santos	Unicamp Programa de Pós-Graduação em Educação

“Ideologia de Gênero”? as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional	2019	Raniery Parra Teixeira	UnB Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
--	------	------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

As produções encontradas demonstraram ser tantas e de tamanha qualidade que a busca sistemática de meu projeto se converteu em levantamento de dados para o mapeamento da amostra desta dissertação, compondo o levantamento bibliográfico, que foi explorado por mim, utilizando os métodos descritos no próximo subitem.

3.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Realizei, então, a *exploração do material* ou *descrição analítica*, que “[...] não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas” que “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2021, p. 127). “Este é o momento de apreensão do sentido do todo, onde se explora o material com a finalidade de ficar impregnada do sentido do ‘texto’” (Pacheco, 2020, p. 108).

Para isso, utilizei apoio oriundo de sugestões de técnicas propostas por Mainardes (2021) para a chamada “metapesquisa”. A metapesquisa tem como objetivo realizar pesquisas científicas que buscam dados sobre a própria pesquisa, visando um avanço mais rápido do campo científico (Ioannidis et al., 2015, tradução nossa). Segundo Ioannidis (2018, p. 03, tradução nossa), “[...] a metapesquisa pode ser nossa melhor chance para defender a ciência, ganhar suporte público para a pesquisa e combater movimentos anticientíficos”¹¹. Na minha leitura, a metapesquisa em Mainardes (2021) pode complementar uma metodologia de “Estado do Conhecimento”, como vemos em Junqueira et al (2017) tendo, portanto, interfaces significativas com o mapeamento que realizamos. Minha etapa de análise utilizou um *esquema* adaptado de Mainardes (2021, p. 29) para estabelecer algumas categorias de análise prévias. De acordo com o autor, essa abordagem “[...] privilegia a análise dos aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa com o objetivo de: a) identificar características, tendências, pontos fortes, fragilidades, obstáculos; e b) contribuir para

¹¹ Texto original: “Meta-research may be our best chance to defend science, gain public support for research, and counter antiscience movements” (Ioannidis, 2018, p. 03).

o fortalecimento das pesquisas do campo”. O esquema adotado serviu como base para realizar uma análise dos trabalhos e, nesta dissertação, se deu da seguinte forma:

Quadro 5 - Esquema para análise das produções selecionadas

<p><u>1º BLOCO – PERFIL</u></p> <p>a) Título</p> <p>b) Link</p> <p>c) Autoria</p> <p>d) Resumo</p> <p>e) Sumário</p> <p>f) Objetivo</p> <p>g) Palavras-chave;</p> <p>h) Local e data;</p> <p>i) Vinculação acadêmica.</p> <p>j) Área do conhecimento;</p> <p><u>2º BLOCO – CONTEÚDO</u></p> <p>a) Perspectiva epistemológica;</p> <p>b) Principais referências;</p> <p>c) Método;</p> <p>d) Significado do termo “ideologia de gênero” adotado;</p> <p>e) Resultados;</p> <p>f) <i>Insights</i>.</p>
--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Este esquema foi preenchido durante a leitura de cada produção, culminando em 34 quadros preenchidos com as devidas informações de cada dissertação e tese. Exemplos de quadros preenchidos de uma dissertação e uma tese estão presentes no **Apêndice A**.

Como podem observar, cada quadro de análise se mostrou bastante extenso devido a grande quantidade de informações que necessitaram ser preenchidas. Como uma categoria adicional, foi inserido por último o item *insights*, que servem para registrar alguns pensamentos, anotações, impressões minhas enquanto autor-pesquisador. Busquei colocar nos *insights* pensamentos relevantes que pudessem aparecer mais tarde nas análises e conclusões.

3.3 INTERPRETAÇÃO REFERENCIAL

Por fim, realizei o *tratamento dos resultados obtidos*, ou *interpretação referencial* de cada produção explorada. Esta etapa “[...] é o momento de reflexão, de interpretação, de inferência e tratamento dos resultados obtidos, tratando de desvelar o conteúdo subentendido que os resultados possuem” (Yared, 2016, p. 206). Neste momento, “[...] os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos” (Bardin, 2021, p. 127, grifos do autor). Na verdade, essa interpretação inicia-se na pré-análise com o contato entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Mas, nesta etapa, o pesquisador deve ir além do *conteúdo manifesto* dos documentos, ou seja, o conteúdo aparente (Triviños, 2019); o pesquisador “[...] deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o *conteúdo latente* que eles possuem” (Triviños, 2019, p. 162), ou seja, ir além do que é inicialmente percebido, superando o senso comum. Por fim, “[...] tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, [o pesquisador] pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos” (Bardin, 2021, p. 127).

As reflexões e os dados extraídos desta etapa estão dispostos no próximo capítulo.

4 RESULTADOS

No decorrer do preenchimento do Quadro 5 acima, cada item da tabela passou a se constituir como uma categoria de estudo. Portanto, considerei cada categoria e os dados relevantes para a análise. Como mostrado nas tabelas que pertencem a este capítulo (Apêndice A), enumerei e aponte as produções como Tese1, Tese2 etc. e Dis1, Dis2, Dis3 etc., de maneira a identificar as teses e dissertações, respectivamente. A ordem de numeração corresponde à ordem em que os referidos trabalhos acadêmicos apareceram nos resultados de busca da BDTD da CAPES.

4.1 PERFIL DAS DISSERTAÇÕES E TESES ENCONTRADAS

4.1.1 Títulos, objetivos e palavras-chave

A forma de apresentar os resultados da busca e análise deste item foi motivo de reflexão durante a construção desta dissertação. Inicialmente, havia colocado todo o conteúdo em nuvens de palavras, a fim de apresentar de maneira visual os termos que mais aparecem nos títulos, objetivos e palavras-chave das produções analisadas. Todavia, essa forma de representação se mostrou pouco efetiva, se não demasiado confusa. Assim, coloquei todos os títulos, objetivos e palavras-chave em um quadro localizado no **Apêndice B**.

Ao analisar a tabela pude perceber que podemos separar algumas produções por grupos temáticos; um exemplo interessante são os trabalhos que investigam como a chamada “ideologia de gênero” afetou a produção dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, como pode ser visto no Quadro a seguir:

Quadro 6 - Trabalhos que investigam Planos Municipais, Estaduais e/ou Nacional de Educação

Nº	TÍTULO	AUTOR/A	IES	ANO
Tese3	Estado, Religião e Democracia: reflexões a partir dos debates sobre a “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação.	Amanda André de Mendonça	UFBA	2017
Dis1	A “Ideologia de Gênero” Através das Narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação	Karina Veiga Mottin	UFPR	2019

Dis3	Por Que Não Falar de Gênero? A polêmica da Ideologia de Gênero e os Planos Municipais e Nacional de Educação	Gabriela Campos dos Santos	Unicamp	2018
Dis15	Feminismos e Antifeminismos na Política Brasileira: “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação de 2014	Meire Ellen Moreno	UEL	2016
Dis16	Da “Ideologia de Gênero” à Família Heteronormativa: uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba	Amanda da Silva	UFPR	2017
Dis17	Análise da “Ideologia de Gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa – PB (2015-2025)	Joel Martins Cavalcante	UFPB	2017
Dis20	Efeitos da Nova Direita Na Política Educacional: embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos Planos de Educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020).	Sophia Cunha Afonso	UnB	2022
Dis24	O Discurso Midiático da Ideologia de Gênero e Sua Ressonância nos Planos Estadual e Municipais de Educação do Tocantins	Marcos Felipe Gonçalves Maia	UFT	2017

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Uma característica interessante a ser levantada sobre as produções listadas no Quadro 6 é seu recorte temporal. Vemos que primeira produção que estuda os efeitos da “ideologia de gênero” em um plano de Educação – seja municipal, estadual ou nacional – foi publicada em 2016. Este dado pode ser um indicador de quando a “ideologia de gênero” começou a infiltrar-se nas políticas públicas em educação. Ao buscar no *Google* notícias que contenham os termos “ideologia de gênero” e “plano”, é possível identificar também esse recorte temporal. Utilizando a ferramenta de busca avançada da plataforma, ao relacionar os termos “ideologia de gênero” e “plano” em notícias que tenham sido publicadas entre os anos 2000 e 2014, obtêm-se apenas oito notícias, sendo a mais antiga de 2012, cujo título é: “Associação Nacional de Juristas Evangélicos realiza seu lançamento institucional no Congresso”, no site “Gospel+” (Martins, 2012). Se estendermos a busca avançada para compreender o ano de 2015, a plataforma localiza aproximadamente 1.570 resultados, expressando

um aumento de 19.525% (dezenove mil quinhentos e vinte e cinco por cento) nas publicações de notícias relacionadas a categoria de “ideologia de gênero” e a palavra “plano” nos sites de notícias indexados pela empresa *Google*. Esse pico de produções sobre a categoria “ideologia de gênero” é corroborado pela 14ª dissertação coletada neste trabalho, de Candeia (2022, Dis6), que identificou que o ano 2015 representa um pico de propostas legislativas antigênero na Câmara dos Deputados, o mesmo ocorrendo novamente no ano de 2019; em sua obra, a autora ainda afirma que é a partir de 2015 que a mobilização antigênero toma força e um dos prováveis motivos é a posse de Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados, o primeiro evangélico a ocupar tal cargo (Candeia, 2022).

Nas notícias publicadas em 2015, os temas seguem um padrão, como: “Ideologia de gênero provoca bate-boca na Câmara de Belo Horizonte: em debate sobre plano de educação, qualidade do ensino perde espaço para a polêmica questão da diversidade sexual” (Ayer, 2015); “Católicos e Evangélicos em Cruzada Contra a Palavra Gênero na Educação: grupos religiosos fazem ofensiva para evitar que a palavra entre nos planos de educação” (Bedinelli, 2015), reiterando a possibilidade de conseguirmos distinguir que o período cronológico do início destes debates sobre “ideologia de gênero” nos planos municipais, estaduais e nacional em Educação, coincide com o processo de concepção e implementação de tais planos, demonstrando que a categoria “ideologia de gênero” está presente nos discursos religiosos e conservadores desde o princípio da elaboração destes documentos de políticas públicas para a Educação. Todavia, para uma análise mais profunda desse fenômeno, torna-se necessária a produção de mais estudos nessa área.

Nos trabalhos presentes no Quadro 6, também podemos identificar três tendências: 1- produções que investigaram os discursos presentes na elaboração dos Planos de Educação (Tese3, Dis1, Dis3, Dis15 e Dis17); 2- produções que investigaram o conteúdo dos Planos de Educação após sua elaboração (Dis16 e Dis20); 3- produção que investigou as publicações midiáticas e jornalísticas sobre a elaboração e conteúdo dos Planos de Educação (Dis24).

Os demais trabalhos encontrados não focam nos referidos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, mas buscam desvelar os efeitos da categoria “ideologia de gênero” nas políticas públicas em geral, abordando as reuniões da Câmara dos Deputados, a recepção pública sobre os projetos legislativos

e outros documentos legislativos que envolvam o referido termo. Estes trabalhos estão expressos a seguir, no Quadro 7:

Quadro 7 - Trabalhos que investigam outras políticas públicas

Nº	TÍTULO	AUTOR/A	IES	ANO
Dis4	“Ideologia de Gênero”? As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional	Raniery Parra Teixeira	UnB	2019
Dis5	“Caça às Bruxas” na Educação Contemporânea: a lei da “ideologia de gênero” e as ameaças à autonomia docente na Paraíba (2017-2018).	Guilherme Lima de Arruda	UFCG	2020
Dis6	O Discurso Neoconservador da “Ideologia de Gênero” nas Políticas Educacionais: projetos legislativos apresentados na Câmara dos Deputados do Brasil (2011-2020)	Lais Rodrigues Candeia	Unoesc	2021
Dis14	“Ideologia de Gênero” na Câmara dos Deputados: disputas, apropriações e ampliação da ofensiva (2011-2021).	Clarissa Pains Silva	UERJ	2022
Dis22	O Discurso da “Ideologia de Gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica	Henrique Araujo Aragusuku	USP	2018

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Segundo a análise apresentada no Quadro 6, o Quadro 7 oferece um recorte cronológico que também revela informações relevantes. Essas produções, que abordam o contexto de políticas públicas em geral, foram publicadas entre 2018 e 2022. Para entender as causas desse padrão de publicação, é necessário realizar mais investigações nos Programas de Pós-Graduação nacionais. No entanto, uma hipótese a ser considerada é que a popularização da categoria “ideologia de gênero” surgiu após a onda conservadora de 2014, que trouxe esse tema à tona durante a elaboração dos Planos de Educação. Dessa forma, a ciência brasileira identificou a necessidade de explorar essa categoria apropriada pela extrema-direita em seu avanço sobre outras políticas públicas.

Um exemplo interessante das publicações expressas no Quadro 7 é a de Teixeira (2019; Dis4), que utilizou como fonte as propostas parlamentares apresentadas no congresso nacional e publicadas no site da Câmara dos Deputados do Brasil. As propostas poderiam ser projetos de lei, projetos de decretos legislativos, requerimentos e requerimentos de informação. O objetivo principal da pesquisa foi “[...] investigar o modo de atuação política de grupos religiosos e conservadores no âmbito da Câmara dos Deputados do Brasil, sobretudo o de católicos carismáticos e evangélicos pentecostais e neopentecostais, em torno do que identificam ser uma ‘ideologia de gênero’” (Teixeira, 2019, p. 12). Em seus resultados

[...] foi identificada uma constância na forma de atuação dos grupos religiosos conservadores, com o predomínio de atores e instituições religiosas que já vêm se colocando como protagonistas na oposição ao reconhecimento dos direitos sexuais e à ampliação dos direitos reprodutivos durante as últimas décadas no Brasil (Teixeira, 2019, p. 137)

Essas ações parlamentares geralmente são provenientes de diversos partidos diferentes, isso é reconhecido pela autora como um fenômeno de pluralismo partidário desses segmentos religiosos e conservadores que, ora assinam conjuntamente uma proposição como demonstração de força e coesão política, ora apresentam proposições similares sobre a mesma temática para fazer oposição à agenda de igualdade de gênero em conjunto (Teixeira, 2019).

Explorando essas ideias, as dissertações de Silva (2022; Dis14) e de Candeia (2021; Dis6) abordam um recorte temporal quase idêntico, tendo Candeia analisado “[...] como a narrativa neoconservadora antigênero se materializa nas proposições parlamentares” (Candeia, 2021, p. 16), entre os anos 2010 e 2020, enquanto Silva analisou como a categoria “ideologia de gênero” é utilizada nos discursos e proposições dos parlamentares da Câmara dos Deputados entre os anos 2010 e 2021. Ambas as dissertações, portanto, abordam a ascensão da “ideologia de gênero” e sua influência nas políticas públicas brasileiras. Silva (2022) traz alguns dados interessantes como a identificação dos anos 2015 e 2019 como anos críticos devido a eventos políticos como a eleição de Eduardo Cunha para Presidente da Câmara, em 2015, e a ascensão de Jair Bolsonaro a presidência da república, em 2019. A autora ainda destaca que a retórica antigênero se estendeu para diversas áreas da educação ao utilizar argumentos a favor da família tradicional e da religião.

Candeia (2021), por sua vez, identifica que o termo “ideologia de gênero” começa a aparecer nas propostas legislativas em 2014, sendo mobilizado

principalmente por parlamentares do sexo masculino e filiados a partidos vinculados à figura de Jair Bolsonaro. A autora afirma que o crescimento vertiginoso de projetos antigênero apresentados está relacionado ao: “[...] a) crescimento da Frente Parlamentar Evangélica; b) embates em torno do “Kit Gay” e do Plano Nacional de Educação (2014-2024); c) impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e transição conservadora; d) ascensão do bolsonarismo e eleições 2018” (Candeia, 2021, p. 108).

Em congruência com Silva (2022), Candeia (2021) também enfatiza o fato de que a educação é uma área estratégia para o neoconservadorismo ao buscar controlar os conteúdos escolares a fim de manter um modelo de família heteronormativa, patriarcal e monogâmica, marginalizando outras sexualidades nas políticas públicas.

Em suma, ambas as dissertações concordam que a tal “ideologia de gênero” ganha força política a partir de meados da década de 2010, impulsionada por atores conservadores e eventos políticos específicos que enxergam a educação como um campo fértil para a disseminação de sua ideologia.

Outros trabalhos objetivam investigar como essa inserção da tal “ideologia de gênero” nas políticas públicas e planos educacionais afeta o dia a dia escolar, como identificado no Quadro 8:

Quadro 8 – Trabalhos que investigam a “ideologia de gênero” no cotidiano escolar

Nº	TÍTULO	AUTOR/A	IES	ANO
Tese1	"Não se Abre à Força um Botão de Rosa e, Sobretudo, Com as Mãos Sujas": agruras da Educação Sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à Ideologia de Gênero	Kaciane Daniella de Almeida	UFPR	2018
Tese2	Legisladores do Desejo: uma etnografia das diferenças na educação infantil a partir dos debates da Ideologia de Gênero	Alex Barreiro	Unicamp	2019
Dis7	Ideologia de Gênero no Cotidiano Escolar em Escola no Município de Cuiabá, Mato Grosso.	Josiane Marconi Fernandes de Seixas Oliveira	UFMT	2017
Dis18	Possibilidades para um Trabalho Docente Feminista: professoras mulheres da rede municipal de ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa	Bruna Dalmaso Junqueira	UFRGS	2018

	conservadora da “ideologia de gênero”			
Dis23	Concepções de Educadores da Área de Ciências da Natureza Associadas ao Programa Escola Sem Partido e à Ideologia de Gênero	Paula Santos Orofino	Unesp	2018
Dis25	Ensino de Sociologia em Tempos de Guerra à “Ideologia de Gênero” (ou da Ideologia de “Guerra ao Gênero”): caminhos possíveis em meio aos novos campos minados na Educação	Silas Veloso de Paula Silva	UFPE	2022
Dis26	A Emergência da “Ideologia de Gênero” no Pleito Eleitoral de 2018: da análise do discurso político às vozes de docentes de ciências humanas da educação básica	Rafael Danrley Barra de Menezes	UERN	2021
Dis29	Escola Pública do Agreste Alagoano e a Ideologia de Gênero: o que o ensino de língua inglesa tem a ver com isso?	Jonatha Rodrigues da Silva	UFAL	2019

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A tese de Almeida (2018, Tese1) é um ótimo ponto de partida para discutirmos o Quadro 8. Em seu trabalho, a autora objetivou analisar como o discurso sobre a “ideologia de gênero” caracteriza uma reação contrária à efetivação da Educação Sexual no Brasil. A partir de uma pesquisa documental, a pesquisadora afirma que “[...] existe um discurso conservador que vem alicerçando um debate a respeito de existir tal “ideologia de gênero” em detrimento do campo de estudos de gênero” (Almeida, 2018, resumo, s.p.). Almeida (2018) ainda demonstra como o termo “ideologia de gênero” foi apropriado por estes mesmos movimentos conservadores para construir oposição ao movimento LGBTI+ e que essa apropriação tomou força justamente durante a votação para o Plano Nacional de Educação (2014-2024), corroborando com as discussões levantadas até aqui. Também é visível o uso de elementos discursivos como a defesa da família tradicional e da religião no posicionamento dos políticos do estado.

Em congruência com o estudo de Almeida (2018), a dissertação de Menezes (2021; Dis26) buscou analisar os efeitos que o discurso político sobre “ideologia de

gênero” teve no ensino de gênero e sexualidade nas escolas. Uma das questões levantadas por essa dissertação que me chamou a atenção foi “como os docentes das Ciências Humanas (História, Filosofia e Sociologia) ressignificam o ensino de gênero e sexualidade a partir da aparição da ‘ideologia de gênero’?” (Menezes, 2021, p. 22). A resposta, na página 116 da dissertação, parece indicar que os/as docentes não têm êxito na ressignificação do termo, mas sim se sentem indefesos e suprimidos frente à onda de pânico moral que, a partir do termo “ideologia de gênero”, passa a permear a educação sexual, o gênero e a sexualidade humana. Menezes (2021) identifica isso como um processo de “docilização” dos/as docentes que, por medo de possíveis consequências, acabam evitando o assunto. Nas palavras do autor, foi possível identificar:

i) que a disciplina da sexualidade por meio dos discursos acerca da “ideologia de gênero” tem tornado dóceis os corpos dos docentes, ao que, por diversas vezes, os entrevistados confundiam o termo “ideologia de gênero” dada a introjeção do espectro com o processo de docilização; ii) o funcionamento das condições de possibilidade da “ideologia de gênero”, tendo em vista resistência dos alunos e da escola no que tange à abordagem da temática de gênero e sexualidade, seja em razão da não inserção como conteúdo no livro didático, da não abordagem no ENEM ou do duelo de verdades que se percebe entre o tema e as questões religiosas e sociais que constroem os sujeitos envolvidos; iii) a marca percebida nos professores em razão do gênero ou da orientação sexual quando se trata da abordagem acerca de gênero e sexualidade; e iv) a dificuldade de discussão do tema com sujeitos alunos que, de alguma forma, possuem relação com aqueles que enunciam as vontades de verdade a respeito da “ideologia de gênero”, como no caso dos filhos e filhas de policiais e dos estudantes de formação religiosa cristã protestante (Menezes, 2021, p. 116-117).

Para concluir, no tema da percepção de docentes sobre os efeitos que a “ideologia de gênero” teve em suas práticas profissionais, a dissertação de Silva (2022, Dis25) teve como objetivo

investigar as estratégias discursivas desenvolvidas por docentes de Sociologia do ensino médio na cidade do Recife/PE para lidar com o significante ‘ideologia de gênero’ e com os discursos que tem mobilizado e disputado o sentido desse significante nos espaços escolares e no campo educacional (Silva, 2022, p. 23).

Os resultados da pesquisa possuem indicadores que apontam para o entendimento de que o uso de termos como a “ideologia de gênero” gera experiências de conflito e violências nas escolas. O autor comenta sobre o termo “guerra cultural” e como esse fenômeno pode ferir e amordaçar as práticas docentes, que “[...] significa controlar seus corpos, suas presenças, suas falas, seus discursos e emoções” (Silva,

2022, p. 257). Por conseguinte, algumas formas de *ser* e *estar* em sala de aula estão desaparecendo por causa desse mecanismo de controle.

No entanto, como Silva (2022) muito bem elabora, esse fenômeno não ocorre sem resistência. Apesar de nossas escolas se configurarem como um aparelho ideológico, de serem subordinadas ao modo de produção hegemônico capitalista, existem espaços de luta e resistência, existem docentes que se posicionam de maneira crítica, política e consciente contra fenômenos reacionários e retrógrados. É pelo estudo e pelo método que compreenderemos os fenômenos sociais de maneira radical, é pela prática que os transformaremos, como afirma Silva:

São experiências como essas que nos dão esperança e uma perspectiva de que lutar pelo direito de ser e existir de múltiplas formas nesses espaços e fora desses, seja como docente ou como estudante, ainda é um horizonte a ser perseguido. Não como uma esperança de quem espera as coisas mudarem, mas como uma esperança de que ainda é possível pensar estratégias, sobretudo coletivas, nas disputas e brechas de um mundo que muda, estejamos nós agindo ou não sobre ele (Silva, 2022, p. 259).

Por fim, quero destacar os trabalhos que se propuseram a investigar a origem e significados da categoria “ideologia de gênero”. Suas contribuições a esta dissertação foram profundas e serão discutidas mais adiante, por isso não serão comentados agora. Confira o Quadro 9:

Quadro 9 – Trabalhos que investigam as origens e definições da “ideologia de gênero”

Nº	TÍTULO	AUTOR/A	IES	ANO
Dis8	A Fórmula da “Ideologia de Gênero”: polêmica e discurso	Marcos Felipe Rocha	UFMT	2021
Dis9	A Construção do Pânico Moral Sobre a Chamada “Ideologia de Gênero na Educação” nos Sites de Movimentos Cristãos (Neo) Conservadores	Benedito Leite de Souza Júnior	UFPE	2018
Dis10	“Ideologia de Gênero”, o Novo Martelo das Feiticeiras: a cruzada contra gênero empreendida pelo campo católico conservador.	Ingrit Machado Jeampietri de Paiva	UFS	2018
Dis11	A “Ideologia de Gênero” como uma Prática Discursiva Tagarela de Silenciamento: uma análise genealógica do	Camila Camargo Ferreira	UFGD	2018

	projeto de lei Escola Sem Partido.			
Dis12	Os Estudos Feministas Sobre “Ideologia de Gênero” no Brasil: uma análise das produções científicas	Luanna Márley de Oliveira e Silva	UnB	2019
Dis28	O Slogan Ideologia de Gênero: uma abordagem crítico discursiva no campo das políticas públicas de intervenção psicossocial e análise dos processos de subjetivação na educação	Magner Miranda de Souza	PUC Minas	2018
Dis30	Processos de construção da fórmula “Ideologia de Gênero”	Filipe Silva de Abrantes	UERJ	2020

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

4.1.2 Local e data

Analisando os dados a seguir, é possível observar que a produção científica sobre o termo “ideologia de gênero” é datada do ano de 2000, no Brasil. Todavia, essa produção se intensificou a partir de 2017 e obteve seu auge no ano de 2018. Essas datas são relevantes por coincidirem com o período de campanha eleitoral – e eventual eleição – do ex-presidente Jair Bolsonaro, que muito utilizou de discursos de extrema-direita, envolvendo o Movimento Escola Sem Partido e correlatos. Apresento esse movimento na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Contagem por data

ANO DE PUBLICAÇÃO	TOTAL
2000	1
2012	1
2016	1
2017	5
2018	9
2019	6
2020	3
2021	4

2022	4
Total Geral	34

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Observando as datas das publicações, podemos ver que esses dados corroboram com o que já foi exposto no item 4.1.1, ou seja, que no ano de 2015 houve um pico de propostas legislativas envolvendo a “ideologia de gênero” e outras propostas antigênero (Candeia, 2022). Considerando que o tempo médio para a conclusão de uma dissertação de mestrado é de dois anos, faz sentido pensarmos que após o pico do uso da “ideologia de gênero” em 2015, dois anos depois – em 2017 – também haveria um pico de produções acadêmicas sobre a categoria. O fato de que as produções de 2017 são 4 dissertações (Dis7; Dis16; Dis17; Dis24) e apenas 1 tese (Tese3) podem indicar a validade desta hipótese. No que tange à presença de uma tese, há sentido considerando que a tese em questão aborda os debates sobre “ideologia de gênero” na elaboração do Plano Nacional em Educação que foi instituído em 2014.

Por conseguinte, as temáticas abordadas mostram diferença a partir de sua data. As duas primeiras produções, de 2000 e 2012 (Brandão, 2000, Dis2; Suit, 2012, Tese4) respectivamente, apresentam diferenças fundamentais dos trabalhos seguintes. De início, são de interesse, pois surgem em um momento de arrefecimento neoliberal, antes do crescimento exponencial da direita e extrema direita brasileira, do golpe que resultou no golpe político-midiático-jurídico que depôs Dilma Roussef, da posse de Michel Temer e antes da ascensão do ex-presidente Jair Bolsonaro à presidência, o que pode nos dar indicativos de como o termo era conhecido no meio acadêmico brasileiro antes da sua popularização na política nacional. Para a dissertação de Brandão (2000), na análise das homilias de casamento católicos, sob o método de hermenêutica de profundidade, o termo representa uma produção simbólica sobre o gênero que busca a manutenção de relações de dominação. Enquanto na tese de doutoramento de Suit (2012), a “ideologia de gênero” é o conjunto de crenças prescritivas sobre os papéis e comportamentos que homens e mulheres devem desempenhar e as relações que devem manter entre si com base em seu gênero.

Em Brandão (2000) o termo já apresenta um claro viés político, visto que a autora critica as homilias como sendo forma de reafirmação da concepção de gênero heterossexual e patriarcal da igreja católica conservadora. Deste modo, é possível

enxergar relação entre seu estudo e estudos mais recentes sobre o termo “ideologia de gênero”. No entanto, Suit (2012) apresenta uma definição mais abrangente, considerando o que entende por ideologia. Utiliza em seu trabalho uma “Escala Reduzida de Ideologia de Gênero” que, primeiro produzida em 1991 foi expandida posteriormente por Moya, Expósito e Padilla (2006). A escala avalia convicções acerca dos papéis e condutas considerados mais apropriados a homens e mulheres; um escore mais elevado reflete uma maior afinidade com uma perspectiva tradicional, fundamentada em valores patriarcais, enquanto uma pontuação mais baixa indica uma maior adesão a uma visão mais igualitária entre os gêneros, até mesmo feminista. Seu objetivo era verificar o tipo de relação que poderia existir entre “ideologia de gênero” (em sua definição), autoestima pessoal, autoestima coletiva e bem-estar subjetivo em mulheres que vivem com HIV/AIDS. Um achado que me pareceu muito relevante, apesar da grande quantidade de exímias análises que a autora fez, é que existem indicativos de que mulheres inseridas em ambientes empoderadores – como coletivos feministas, grupos de mulheres etc. –, ativas em militância política, possuem uma maior autoestima quando relacionadas a mulheres inseridas em ambientes conservadores, retrógrados etc. A autora aponta que:

Os resultados mostraram a associação direta entre a formação escolar, a autoestima pessoal e a autoestima coletiva; assim como a associação inversa entre a formação escolar e a ideologia de gênero. Ficou claro o importante papel da educação na vida das participantes, educação esta que, por vezes, pode vir a partir do exercício da militância: aquelas participantes que militavam também obtiveram resultados mais altos para a autoestima pessoal, autoestima coletiva e bem-estar subjetivo, assim como resultados mais baixos para a ideologia de gênero (Suit, 2012, p. 186).

Considerando a cronologia, a próxima produção é datada de 2016 e já assume um caráter que se tornará quase uma constante nas produções seguintes, pois envolve a análise das políticas públicas nacionais em educação. O trabalho de Moreno (2016, Dis15) busca investigar as disputas políticas em torno de ideias e concepções de direitos entre grupos favoráveis e contrários à inclusão da “agenda de gênero” na política educacional brasileira, a partir do processo político de formulação do PNE de 2014. A autora utilizou de revisão bibliográfica, pesquisa documental e Análise de Conteúdo Crítica, sob uma perspectiva pós-estruturalista dos estudos feministas, e constatou que grupos contrários à agenda de gênero e feminista tiveram grande participação na elaboração do referido PNE. A autora afirma que, em sua análise, a

tal “ideologia de gênero” é um discurso antifeminista produzido por setores conservadores religiosos para construir oposição aos movimentos feministas.

A dissertação de Brandão (2000) e Suit (2012) são as únicas duas produções coletadas por este trabalho que não compreendem a tal “ideologia de gênero” necessariamente como uma falácia deliberada construída por movimentos católicos conservadores para causar efeitos conscientes na política nacional. Mesmo assim, demonstram claramente que também não se filiam a uma perspectiva conservadora. Brandão (2000) e Suit (2012), apesar de não encarar a “ideologia de gênero” da mesma maneira que as produções mais recentes, também não a enxergam nos moldes conservadores e hegemônicos do termo, mas utilizam-na como categoria de estudo que será avaliada melhor no subitem 4.2.3.

Complementando esses fatos, trago aqui dados disponíveis na plataforma *Google Trends*, que registra a quantidade de acessos de determinado termo de pesquisa na plataforma. “Os valores são calculados em uma escala de 0 a 100, em que 100 é o local com a maior popularidade como uma fração do total de pesquisas naquele local; 50 indica um local que tem metade da popularidade; e 0 indica um local em que não houve dados suficientes para o termo.” (Google Trends, 2024)

Gráfico 1 - Buscas por “ideologia de gênero” no Google por data



Fonte: Google Trends, dados de 01/01/2004 a 30/01/2024. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/>

A partir desses dados, observamos que o aumento do número de buscas pelo termo “ideologia de gênero” pode indicar relação a diversos momentos de agitação política brasileira. Em 2004, com a criação do Escola Sem Partido; em 2015, com a acentuação da crise no Brasil com a antagonização crescente ao governo da ex-presidenta Dilma Rousseff; entre 2017 e 2018, com a campanha e eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro; e, finalmente, no final de 2022, com o período eleitoral que resultou na derrota do ex-presidente Bolsonaro e a vitória do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva. Essas correlações, no entanto, são meras hipóteses e merecem mais investigações em futuros estudos.

A seguir, na Tabela 3, apresento a contagem de produções científicas de cada estado brasileiro, correlacionando-os também com os dados retirados da plataforma *Google Trends* de buscas pelo termo “ideologia de gênero” por estado.

Tabela 2 - Trabalhos por estado

ESTADO	Nº
AL	1
BA	1
DF	3
MG	2
MS	1
MT	2
PB	2
PE	2
PR	5
RJ	5
RN	1
RS	1
SC	1
SE	1
SP	5
TO	1

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

A partir desses dados, podemos observar que os estados com maior produção sobre a categoria “ideologia de gênero” são os estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo; estados estes que possuem proximidade geográfica e estão localizados em uma região de grande concentração de riqueza e importância comercial e econômica no Brasil. Mas, comparemos, então, com a distribuição regional:

Tabela 3 - Trabalhos por região geográfica

REGIÃO	Nº
Norte	1
Nordeste	8
Centro-oeste	6
Sudeste	12
Sul	7

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Assim, podemos ver que realmente a região brasileira com o maior número de produções acadêmicas sobre a categoria “ideologia de gênero” é a região sudeste, com 5 produções em São Paulo: na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), na Universidade Estadual de Campinas, na PUC São Paulo e na USP; 5 no Rio de Janeiro: na Universidade Federal Fluminense, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na PUC Rio e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; e 2 em Minas Gerais: na Universidade Federal de Minas Gerais e na PUC Minas. Sendo a região sudeste o maior polo econômico do país, com grandes centros de pesquisa e algumas das maiores universidades do país¹². Em seguida, vem a região Nordeste com 8 produções, sendo 1 de Alagoas: na Universidade Federal de Alagoas; 1 da Bahia: na Universidade Federal da Bahia; 2 da Paraíba: na Universidade Federal de Campina Grande e na Universidade Federal da Paraíba; 2 de Pernambuco: – na Universidade Federal de Pernambuco; 1 do Rio Grande do Norte: na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; e 1 de Sergipe: na Universidade Federal de Sergipe. Fica claro que as produções da região Nordeste são mais distribuídas entre os estados. A região Norte é a região com menos produções, figurando apenas 1 no Tocantins. É curioso destacar a ausência das produções sobre a categoria “ideologia de gênero” nos demais estados do Norte, sendo esta região brasileira muito afetada pelas iniciativas conservadoras e anti-LGBTI+. Como exemplo, em 2023, no Estado do Amazonas, houve diversas propostas apresentadas na Assembleia Legislativa que buscavam atingir os direitos de pessoas LGBTI+, muitas vezes usando a tal “ideologia de gênero” como argumento (Ambrosio, 2023). Os estados do Norte do país também estão entre os maiores índices de estupros por habitante, sendo Roraima o líder

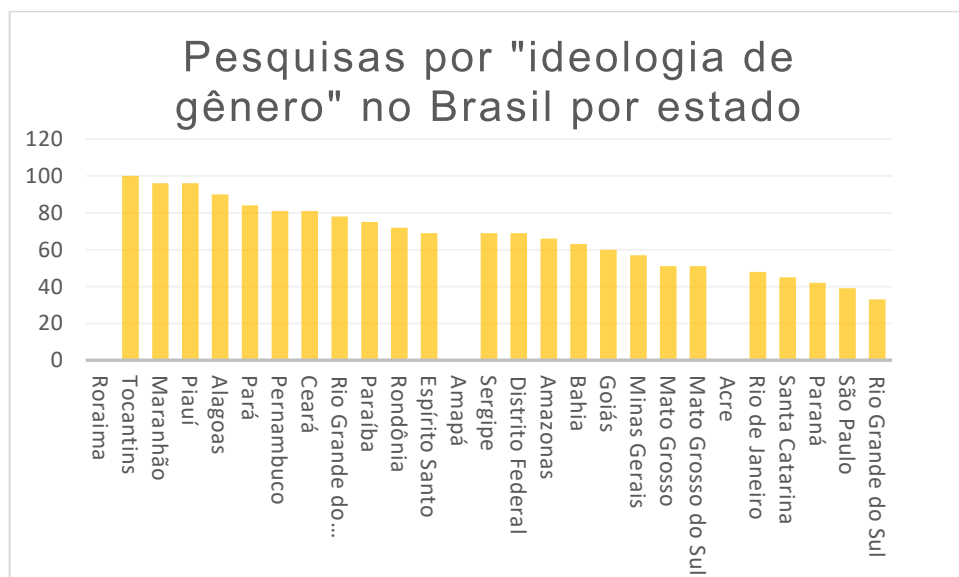
¹² No ranking organizado pela Folha de São Paulo, as 6 primeiras colocações são IES do sudeste brasileiro. Dentre as 20 primeiras posições do ranking, apenas 4 são da região nordeste, as universidades federais de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará, respectivamente. A região Norte aparece pela primeira vez na 29ª colocação, com a Universidade Federal do Pará.

Disponível em: <https://rnf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-universidades/principal/> Acesso em: 15 ago. 24

nessas pesquisas (Bentes, 2023) e um dos estados com o maior índice de aumento no número de casos, na ordem de 28,1%, em 2022; ficando atrás apenas do estado do Amazonas, com um aumento de 37,3%, seguido por outros estados do Norte: Acre, com um aumento de 24,4%; e Pará, com 23,5% (Paiva; Stabile; Honório, 2023). Outros dados marcantes dessa informação de Paiva, Stabile e Honório (2023) são que 61,3% dos casos de estupro, no Brasil, têm pessoas de até 13 anos de idade como vítimas e, dessas, 56,2% são pessoas negras. Por último, apontam que no Brasil, 8 em cada 10 vítimas de violência sexual são menores de idade. Isso demonstra a importância de uma Educação Sexual **intencional** e **emancipatória** como uma frente de luta contra essas estatísticas brutais sobre a violência sexual brasileira.

Reconhecendo que os estados do norte do país são os estados com o menor número de produções científicas sobre a categoria “ideologia de gênero” no Brasil, é curioso, e até mesmo contraditório, que no *Google* alguns estados do norte apareçam no topo das estatísticas de pesquisa pelo termo na *internet*. Como podemos ver no Gráfico 5, logo abaixo, Tocantins é o estado com o maior número de buscas por “ideologia de gênero” na ferramenta. Entre os dez estados com o maior número de buscas, 7 são do Nordeste (Maranhão, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e 3 são do Norte (Tocantins, Pará e Rondônia). Os estados do sul do país impressionantemente estão entre os estados com menor número de buscas.

Gráfico 2 - Buscas por “ideologia de gênero” por estado



Fonte: Google Trends, dados de 01/01/2004 a 30/01/2024. Disponível em:
<https://trends.google.com.br/trends/>

Se compararmos o Gráfico 5 com a Tabela 2, observamos uma contradição interessante: os estados com o maior número de produções acadêmicas sobre a categoria “ideologia de gênero” no Brasil são também aqueles com o menor número de buscas pelo termo na ferramenta de busca *Google*. Em contraste, os estados com o menor número de produções científicas sobre o tema são justamente aqueles onde o termo é mais pesquisado no Google. Este achado pode indicar uma desconexão entre a produção acadêmica e o interesse popular pelo tema em diferentes regiões do país.

4.1.3 Universidades

Na tabela a seguir podemos visualizar as instituições de ensino nas quais foram produzidas as teses e dissertações coletadas neste trabalho. De início, já é possível observar que as produções sobre a categoria “ideologia de gênero” não estão concentradas em uma só instituição, sendo que a maioria das instituições apresentadas possuem apenas uma produção sobre o tema, enquanto a instituição com o maior número de produções sobre o tema tem quatro trabalhos publicados.

Tabela 4 - Trabalhos por universidade

IES (SIGLA)	Nº
PUC Minas	1
PUC Rio	1
PUCSP	1
UEL	1
UERJ	2
UFAL	1
UFBA	1
UFCG	1
UFF	1
UFGD	1
UFMG	1
UFMT	2
UFPB	1
UFPE	2
UFPR	4
UFRGS	1
UERN	1
UFRRJ	1

UFS	1
UFT	1
UnB	3
Unesp	1
Unicamp	2
Unoesc	1
USP	1

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Outro dado importante é a proporção entre universidades públicas, comunitárias e universidades privadas. Podemos ver na tabela acima que apenas três das instituições listadas são instituições filantrópicas sem fins lucrativos, sendo elas: PUC Minas; PUC Rio; e PUCSP. Dentre as instituições também figura a Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, uma instituição comunitária sem fins lucrativos. O restante das instituições são universidades estaduais ou, em sua maioria, federais. Este dado demonstra como as universidades públicas brasileiras são o grande centro de produções científicas sobre a categoria “ideologia de gênero” no Brasil.

Ainda, comparando com os dados do item anterior, podemos observar a concentração regional de cada universidade, assim como o número de produções vinculadas àquela região. Observemos a tabela abaixo considerando que os números entre parênteses se referem ao número de produções sobre a categoria “ideologia de gênero” daquela instituição:

Tabela 5 - Relação universidade x regiões brasileiras x produções

REGIÃO	Nº DE PRODUÇÕES	Nº DE UNIVERSIDADES	IES	ANO(S)
Norte	1	1	UFT	2017
Nordeste	8	7	UFBA	2012
			UFCG	2020
			UFPE (2)	2018 e 2022
			UFS	2018
			UFPB	2017
			UERN	2021
			UFAL	2019
Centro-oeste	6	3	UFMT (2)	2017 e 2021
			UFGD	2018
			UnB (3)	2019, 2019 e 2022
Sudeste	12	10	Unicamp (2)	2018 e 2022
			PUCSP	2000
			UFRRJ	2019

			UERJ (2)	2020 e 2022
			PUC Rio	2021
			USP	2018
			Unesp	2018
			UFMG	2020
			PUC Minas	2018
			UFF	2017
Sul	7	4	UFPR (4)	2017, 2018, 2019 e 2022
			Unoesc	2021
			UEL	2016
			UFRGS	2018

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Podemos observar, então, que o número de produções por região é condizente com o número de universidades, não sendo a produção acadêmica sobre a categoria “ideologia de gênero” centralizada em apenas algumas instituições, demonstrando a importância desta temática de pesquisa que aparece em universidades de todo o território nacional.

4.1.4 Área do conhecimento

Os estudos coletados pertencem a diversas áreas de estudo, mostrando como a preocupação com o termo “ideologia de gênero” é presente em diversos campos. A sistematização dos estudos por área pode ser encontrada na tabela e gráfico a seguir. Mas antes, para fins de esclarecimento, acho importante informar que algumas das áreas de estudo elencadas são praticamente sinônimas, tais como “linguística” e “estudos linguísticos”, por exemplo, mas decidi manter a nomenclatura exatamente como presente nos trabalhos e não alterar nenhum dos dados impressos. Agora, seguimos para as imagens:

Tabela 6 – Área de estudo

ÁREA DE ESTUDO	Nº
Antropologia Social	1
Ciência Política	1
Ciências da Religião	1
Ciências Sociais	2
Comunicação	1
Comunicação Social	1
Educação	9
Educação / Sociologia	1

Educação para a Ciência	1
Ensino	1
Estudos Linguísticos	2
História	1
Linguística	1
Política Social	2
Psicologia	2
Psicologia Social	2
Relações Internacionais	1
Sociais e Humanidades – Interdisciplinar	1
Sociologia	2
Tecnologia e Trabalho	1

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Desses números, podemos observar que a investigação sobre “ideologia de gênero” é feita principalmente dentro da área das ciências humanas, com grande foco na Educação. Uma hipótese para este resultado é que grande parte dos projetos políticos que envolvem a pretensa “ideologia de gênero” buscam afetar diretamente a educação brasileira. Mesmo em áreas de estudo que não são imediatamente relacionadas à Educação propriamente dita, as produções muitas vezes se preocupam e tangenciam a área, como é o caso da tese de Almeida (2018; Tese1), que pertence a um Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, e tem o objetivo de analisar como a emergência do discurso sobre “ideologia de gênero” caracteriza uma reação contrária à efetivação da Educação Sexual no Brasil. Na tese, a autora afirma que existe um discurso conservador que se alicerça num debate a respeito da existência da tal “ideologia de gênero” em detrimento do campo de estudos de gênero. Então esse discurso consegue, ao desconsiderar que existe Educação Sexual em todas as relações humanas, alavancar uma narrativa que estimula a proteção exagerada da criança, privando-a de práticas de Educação Sexual intencional e emancipatória, bem como da discussão que envolve a responsabilidade de educar para a sexualidade considerando-a como uma dimensão humana. Ao fazer isso, esse movimento cria seu próprio inimigo, produz um vilão contra o qual deveríamos lutar para preservar uma “moral tradicional”.

Dentre as produções que atuam desde a Política Social, destaco a tese de Mendonça (2017; Tese3), que estabelece um paralelo com a Educação ao investigar as relações entre Estado, religião e democracia a partir da tramitação e aprovação do PNE, em 2014. Relacionando a atuação de agentes religiosos e conservadores em

torno da elaboração do documento, a autora objetiva compreender as estratégias utilizadas por esses agentes e assim auxiliar a compreensão dos entraves e polêmicas que permearam a tramitação e aprovação do PNE. A partir dessa investigação a autora afirma que a tramitação do documento demonstra como estamos nos tornando menos democráticos. No que tange ao termo conhecido por “ideologia de gênero”, a autora relata que foi rechaçado pelos conservadores e religiosos, afirmando que devemos objetivar a “eliminação” dos “ideólogos de gênero e destruidores da família tradicional”. Construindo desta maneira uma retórica conservadora nacional, “[...] baseada em argumentos relacionados ao determinismo biológico, a tentativa de desconstrução do modelo tradicional de família e de perseguição a fé e aos valores cristãos” (Mendonça, 2017, p. 214).

É claro que nem todos os trabalhos seguem o mesmo padrão, às vezes abrangem assuntos que não se relacionam direta e explicitamente com a Educação, como a interessante dissertação de Santos (2021; Dis21). O trabalho identifica e analisa como as violências de gênero, sexualidade e raça contra pessoas marginalizadas têm fortes raízes no período de caça às bruxas na Europa, consistindo numa herança colonial de controle social de gênero e da sexualidade. A esterilização involuntária de mulheres e a perseguição a membros da comunidade LGBTI+ são uma herança dessas práticas de controle, pois é o “[...] processo de caça às bruxas, transformado e mantido vivo nos discursos e ataques realizados por aqueles que se colocam contra a tal ‘ideologia de gênero’” (Santos, 2021, p. 192).

Na área da comunicação, a dissertação de Santos (2022; Dis19) buscou identificar como os argumentos sobre as temáticas “homofobia” e “ideologia de gênero” presentes nas “Ideias Legislativas” na plataforma “e-Cidadania” se refletem no tensionamento de pautas sociopolíticas. O autor usa uma metodologia de Análise Lexical e identificou que nas “Ideias Legislativas” o termo “homofobia” é mais utilizado por representantes a favor da comunidade LGBTI+, enquanto o termo “ideologia de gênero” é utilizado por representantes contrários ao movimento.

Para concluir este subitem, se somarmos e analisarmos todos os trabalhos na área da Educação ou do Ensino, podemos observar algumas peculiaridades interessantes:

Quadro 10 - Produções na área da Educação e Ensino

Nº	TÍTULO	AUTOR/A	IES	ANO
Tese2	Legisladores do Desejo: uma etnografia das diferenças na educação infantil a partir dos debates da Ideologia de Gênero	Alex Barreiro	Unicamp	2019
Dis1	A “Ideologia de Gênero” Através das Narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação	Karina Veiga Mottin	UFPR	2019
Dis3	Por Que Não Falar de Gênero? A polêmica da Ideologia de Gênero e os Planos Municipais e Nacional de Educação	Gabriela Campos dos Santos	Unicamp	2018
Dis6	O Discurso Neoconservador da “Ideologia de Gênero” nas Políticas Educacionais: projetos legislativos apresentados na Câmara dos Deputados do Brasil (2011-2020)	Lais Rodrigues Candeia	Unoesc	2021
Dis9	A Construção do Pânico Moral Sobre a Chamada “Ideologia de Gênero na Educação” nos Sites de Movimentos Cristãos (Neo) Conservadores	Benedito Leite de Souza Júnior	UFPE	2018
Dis16	Da “Ideologia de Gênero” à Família Heteronormativa: uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba	Amanda da Silva	UFPR	2017
Dis17	Análise da “Ideologia de Gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa – PB (2015-2025)	Joel Martins Cavalcante	UFPB	2017
Dis18	Possibilidades para um Trabalho Docente Feminista: professoras mulheres da rede municipal de ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da “ideologia de gênero”	Bruna Dalmaso Junqueira	UFRGS	2018
Dis23	Concepções de Educadores da Área de Ciências da Natureza Associadas ao Programa Escola Sem Partido e à Ideologia de Gênero	Paula Santos Orofino	Unesp	2018
Dis24	O Discurso Midiático da Ideologia de Gênero e Sua Ressonância nos Planos	Marcos Felipe Gonçalves Maia	UFT	2017

	Estadual e Municipais de Educação do Tocantins			
Dis25	Ensino de Sociologia em Tempos de Guerra à “Ideologia de Gênero” (ou da Ideologia de “Guerra ao Gênero”): caminhos possíveis em meio aos novos campos minados na Educação	Silas Veloso de Paula Silva	UFPE	2022
Dis26	A Emergência da “Ideologia de Gênero” no Pleito Eleitoral de 2018: da análise do discurso político às vozes de docentes de ciências humanas da educação básica	Rafael Danrley Barra de Menezes	UERN	2021

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Como já observado previamente, o recorte temporal carrega certo interesse. As produções mais antigas da área da Educação sobre a categoria “ideologia de gênero” datam de 2017, um ano relativamente recente. Uma hipótese para essa característica seria o crescimento vertiginoso do uso do termo nos debates políticos da Câmara dos Deputados e na mídia brasileira. Se considerarmos o que já foi previamente exposto no item 4.1.1, o fato de que em 2015 houve o primeiro pico midiático da “ideologia de gênero” corrobora a linha do tempo, pressupondo que o tempo comum para a produção de uma dissertação é de dois anos, desembocando no ano de 2017, como discutido no item 4.1.2.

Todavia, se considerarmos que o termo existe há mais tempo, surgindo primeiro como categoria dos estudos feministas na década de 1990 (Oliveira, 2017, Dis7), também nos deparamos com a constatação e que os estudos em Educação brasileiros pouco abordavam o termo antes de sua apropriação pela direita religiosa e conservadora. De acordo com Oliveira (2017), o termo “ideologia de gênero” como utilizado hoje em dia se parece muito pouco com a sua definição inicial. Originalmente, “[...] durante um momento específico dos estudos feministas e dos estudos de gênero, referiu-se às relações hierárquicas e de poder entre os gêneros feminino e masculino que foi substituído atualmente pela terminologia, Relações de Gênero” (Oliveira, 2017, p. 48). O uso do termo nessa forma feminista ocorre até 1999, tendo que ser revisto após o processo de apropriação e ressignificação da “ideologia de gênero” por setores conservadores da igreja católica.

Portanto, a “ideologia de gênero” apenas fez-se notar para a pesquisa em Educação brasileiras como categoria central de pesquisa após ela ser ressignificada para servir aos interesses hegemônicos de uma classe dominante que utiliza de seus aparelhos ideológicos – como as igrejas, escolas etc. – para manipular a política e a economia para a manutenção de seus privilégios.

De modo secundário, outro dado digno de nota é a quantidade de dissertações em contraste com a única tese de doutorado levantada no mapeamento. Por mais que isso reflita a proporção encontrada como um todo (30 dissertações e 4 teses), o baixo número de teses que possuem a “ideologia de gênero” como categoria central parece indicar que essa categoria não tem continuidade no doutorado ou que seus autores/as não tiveram oportunidade de seguir para este nível de formação. Se analisarmos os dados do Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (GEOCAPES), podemos observar que o número de estudantes matriculados em cursos de mestrado em Ciências Humanas em 2022 é apenas um pouco maior que o número de doutorandos – 26.496 e 24.562 estudantes, respectivamente (GEOCAPES, 2022). Por mais que a plataforma não apresente os dados dos cursos de Pós-Graduação em Educação especificamente, podemos extrapolar os dados das Ciências Humanas para pelo menos vislumbrarmos a proporção de estudantes matriculados na Pós-Graduação brasileira. Isto posto, fica a dúvida sobre quais os motivos de a categoria “ideologia de gênero” não ser comumente abordada como categoria central nas teses de doutorado, abrindo caminho para futuros estudos para compreender melhor esses dados.

Por fim, quero ressaltar a importância destes estudos para o desenvolvimento da pesquisa em Educação como um todo. Por mais que os estudos em Educação só representem aproximadamente 35,19% dos trabalhos coletados¹³, selecionados e analisados, grande parte dos trabalhos de outras áreas das Ciências Humanas também aborda os efeitos da “ideologia de gênero” na Educação, seja nos documentos de Políticas Públicas em Educação ou na prática docente e cotidiano escolar. Os Programas de Pós-Graduação em Educação, representando pouco mais de 1/3 dos estudos analisados já demonstram um protagonismo significativo nos estudos sobre essa categoria, frequentemente apropriada pela direita conservadora e religiosa. Essa apropriação parece visar a instrumentalização da educação como um

¹³ 12 de 34 trabalhos no total, ver a Tabela 6 na página 66.

campo de disputa ideológica, com o intuito de dismantelar conquistas educacionais progressistas. Neste sentido, refiro-me às estratégias políticas que minam a autonomia pedagógica, a censura a conteúdos críticos e a redução dos espaços educativos a meros instrumentos de produção e reprodução da ideologia dominante, a ideologia política e econômica do Capital. Como exploraremos mais adiante, essas estratégias incluem, mas não se limitam, ao enfraquecimento das políticas públicas que promovem uma educação crítica e emancipatória, à retirada de categorias consideradas “subversivas” aos interesses da classe dominante – gênero e sexualidade sendo o maior exemplo trazido nesta dissertação –, e ao avanço de projetos legislativos que buscam criminalizar docentes que discutem essas categorias em salas de aula e projetos pedagógicos. Essas estratégias, organizadas e intencionais, resultam na supressão da criticidade dos sujeitos e do poder transformador da prática educativa crítica.

Os trabalhos analisados, demonstram ainda, que a subordinação da educação aos interesses de classe já é uma realidade histórica, profundamente enraizada em um sistema que privilegia a manutenção das desigualdades. Neste contexto, a educação existe para a reprodução da ideologia dominante, não para a emancipação das classes populares. É por isso que os estudos dos Programas de Pós-Graduação em Educação representam a resistência dos/as profissionais da educação contra estes movimentos que visam dismantelar a educação e torná-la, mais do que já é, subordinada aos seus interesses de classe.

4.2 CONTEÚDO

4.2.1 Perspectiva epistemológica

Penso que aqui é importante fazer algumas advertências e esclarecimentos. Quando me propus a catalogar as perspectivas epistemológicas adotadas nas obras, já imaginava que a tarefa não seria fácil. Durante a leitura das produções analisadas, alguns indícios sobre elas se tornaram mais claros. Primeiramente, registro que um número expressivo de trabalhos (17) não declarou explicitamente seus paradigmas de investigação e de análise. Isto é, como se posicionam, sob qual visão de mundo. Esses trabalhos são escritos como se seu posicionamento epistemológico não fosse importante o suficiente para merecer um capítulo de explicação no corpo do texto,

algo que discordo. Em alguns casos, é possível tentar deduzir qual o paradigma adotado a partir das referências e estilo de escrita de cada tese ou dissertação, mas simplesmente apresentar essas deduções poderia me levar a apresentar informações errôneas sobre as obras. Portanto, na exposição dos dados a seguir na Tabela 7, apresento as perspectivas epistemológicas que foram explicitamente admitidas por seus/suas autores/as no decorrer do texto, enquanto o restante está apontado como “não declarado”.

Em segundo lugar, relembro que a presente dissertação não objetiva avaliar se a perspectiva epistemológica de cada obra condiz com uma corrente epistemológica estabelecida cientificamente ou se o conteúdo de cada texto se encaixa com cada paradigma adotado. O que se apresenta na Tabela 7 é o processo de categorização e decodificação dos dados analisados diretamente dos textos e, a partir disso, desvelar e compreender como se desenvolve a pesquisa nacional sobre a categoria “ideologia de gênero”.

Tabela 7 - Perspectivas epistemológicas

PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS	Nº
Estruturalismo construtivista	2
Estudos de gênero	1
Estudos educacionais críticos	1
Fenomenologia	2
Paradigma emergente	1
Pós-crítico	1
Pós-estruturalismo	7
Psicologia política	1
Teoria queer	1
Não declarado	17
Total Geral	34

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Analisando a tabela anterior, fica evidente que metade das produções não declara explicitamente o paradigma adotado para conduzir sua pesquisa. E, ao mesmo tempo, apenas um trabalho pauta-se explicitamente em “Estudos educacionais críticos”. Como pesquisador que adota as lentes do Materialismo Histórico-Dialético, isso me preocupa. Por um lado, é possível registrar a ausência de trabalhos intencionalmente alinhados à perspectiva crítica, especificamente ao MH-D,

sobre esta temática. Todavia, do ponto de vista dos estudos, acredito ser fundamental que esta visão paradigmática e o método dialético sejam mais adotados, sendo claramente estabelecidos para o desenvolvimento de uma ciência crítica e transformadora. Por outro lado, a ausência de uma declaração franca e aberta sobre as epistemologias utilizadas em muitos trabalhos aponta uma lacuna na condução de nossa produção científica e na formação e orientação de nossos pesquisadores/as.

Aprofundando a análise, a próxima tabela correlaciona as epistemologias com as áreas de estudo das produções. Veja:

Tabela 8 - Perspectivas epistemológicas x área de estudo

EPISTEMOLOGIA	Nº	ÁREA DE ESTUDO
Estruturalismo construtivista	2	Política Social (Tese3) Ciências da Religião (Dis10)
Estudos de gênero	1	Política Social (Dis20)
Estudos educacionais críticos	1	Educação (Dis18)
Fenomenologia	2	Educação (Dis24) Psicologia (Dis28)
Paradigma emergente	1	Linguística (Dis29)
Pós-crítico	1	Tecnologia e Trabalho (Tese1)
Pós-estruturalismo	7	Educação (Tese2; Dis1; Dis6; Dis9; Dis16) Ciências Sociais (Dis15) Educação/Sociologia (Dis25)
Psicologia política	1	Psicologia Social (Dis22)
Teoria queer	1	Estudos Linguísticos (Dis8)
Não declarado	17	Psicologia (Tese4) Psicologia Social (Dis2) Educação (Dis3; Dis17) Ciência Política (Dis4) História (Dis5) Antropologia Social (Dis7) Sociologia (Dis11; Dis14) Sociais e Humanidades (Dis12) Ciências Sociais (Dis13) Comunicação (Dis19) Relações Internacionais (Dis21) Educação para a Ciência (Dis23) Ensino (Dis26) Comunicação Social (Dis27) Estudos Linguísticos (Dis30)
Total Geral	34	

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Podemos observar algumas tendências. Partindo de minha própria área de estudo, a Educação, vemos que a maior parte das produções científicas nos Programas de Pós-Graduação em Educação são realizadas a partir da fundamentação teórica Pós-Estruturalista. Em segundo lugar, temos muitos trabalhos que não declararam sua perspectiva epistemológica, nos limites deste trabalho não se pode saber quais motivos levaram a essa omissão, mas – como já estabelecido – vejo isso como uma lacuna em nossa produção científica.

Por fim, destaco que não foram encontradas produções que afirmaram explicitamente o Materialismo Histórico-Dialético (MH-D) como seu paradigma ou perspectiva epistemológica. No entanto, a dissertação de Afonso (2022) apoia-se em alguns fundamentos do MH-D para realizar sua análise. A autora posiciona os Estudos de Gênero como seu paradigma e utiliza elementos do MH-D para complementar sua interpretação da realidade. Em seu trabalho, Afonso traça paralelos entre os debates sobre “ideologia de gênero” nos Planos de Educação do Brasil e da Espanha, concluindo que ambos os países apresentam diversas similaridades, incluindo o crescimento da direita conservadora que se mobiliza para contrariar os movimentos feministas na política, difundir uma moral cristã e promover uma ideologia neoliberal individualizante (Afonso, 2022, Dis20).

4.2.2 Método

Esta etapa da análise foi especialmente desafiadora devido a uma falta de padronização nos trabalhos estudados quanto a abordagem do método ao desenvolver uma dissertação ou tese. Algumas produções eram detalhadas e apresentavam minuciosamente os passos seguidos, enquanto outras eram mais vagas e não forneciam descrições aprofundadas do método.

O quadro apresentando os dados de método extraídos de cada produção pode ser encontrado no **Apêndice C**.

Algumas relações interessantes podem ser extraídas destes quadros, especialmente relacionando com os diferentes grupos temáticos observados no primeiro item do perfil desta análise. Como exemplo, quero dar atenção especialmente a relação entre as produções apresentadas previamente no Quadro 6 – que focam nos Planos de Educação Municipais, Estaduais e Nacional – e os métodos utilizados por essa tese e dissertações:

Quadro 11 - Métodos das produções que focaram nos Planos Municipais, Estaduais e Nacional em Educação

Nº	TÍTULO	IES	ANO
Tese3	Pesquisa qualitativa. Análise documental e análise de discurso. A autora utilizou documentos impressos, como relatorias de reuniões, pareceres das comissões, materiais oficiais do Poder Executivo e Legislativo, além de fontes de comunicação, como páginas da internet, vídeos, áudios e entrevistas com representantes da sociedade civil.	UFF	2017
Dis1	Análise narrativa foucaultiana sobre os argumentos utilizados pelos/as deputados/as que subiram ao púlpito da Assembleia Legislativa do Paraná para defender a retirada da palavra gênero do Plano Estadual de Educação do Paraná (2015-2025).	UFPR	2019
Dis3	Genealogia do Poder de Michel Foucault. A partir desse método, realizou análises em documentos oficiais das políticas públicas, notícias de jornais, postagens de redes sociais, textos, vídeos e falar que trouxessem de alguma forma a questão de gênero em debate, este trabalho buscou compreender os possíveis caminhos pelos quais os preconceitos e confusões implícitas nesses discursos percorreram, localizando quais forças se fizeram presentes nesse processo e explorando o quanto a naturalização e a não-historização de vivências coletivas e individuais podem ter o potencial de minar, mesmo que indiretamente, as subjetividades e as mais diversas formas de existir.	Unicamp	2018
Dis15	Revisão bibliográfica, pesquisa documental e Análise de Conteúdo Crítica (ADC) sobre as ideias e concepções de direitos presentes no discurso dos grupos contrários à inclusão da perspectiva de gênero e da agenda feminista no PNE 2014, principalmente em relação ao gênero e seus nexos com os conceitos de sexualidade e família.	UEL	2016
Dis16	As emendas feitas ao projeto de lei que deu origem ao PME de Curitiba foram encontradas em pesquisas realizadas no site da Câmara Municipal de Curitiba. Foram iniciadas as pesquisas no âmbito municipal, utilizando os termos, gênero, ideologia e sexualidade como filtros, até o mês de julho de 2016. A partir	UFPR	2017

	<p>dessas palavras-chave foram encontradas 1298 ocorrências. Assim, após examinar todas as ementas das proposições legislativas encontradas, foram descartadas as que apareceram como resultado só por similaridade de palavras e manteve as que tinham o tema de interesse da pesquisa, foram agrupadas por ano, critério de busca e tipo de proposição (p. 51).</p> <p>Nesta pesquisa só foram analisadas dez emendas que foram aprovadas no texto final (p. 56).</p> <p>Para a análise é utilizada a Análise Discursiva embasada em Foucault (p. 58).</p>		
Dis17	<p>Pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, onde foram utilizados: leis, diretrizes nacionais, pactos e convenções internacionais, atas, planos, documentos das Conferências Nacional e Municipal de Educação, blogs, sites, vídeos, postagens no <i>Facebook</i> e <i>Instagram</i>, notas públicas e técnicas, livros em torno da diversidade de gênero e sexual nos planos de educação. Usa a análise de conteúdo de Bardin.</p>	UFPB	2017
Dis20	<p>Estudos comparados, para estudar as políticas educacionais tanto durante um período temporal determinado (2010-2020) quando compará-las entre diferentes países (Brasil e Espanha).</p> <p>Para a análise a técnica utilizada foi a de análise documental conforme Cellard (2008). Utiliza ainda a análise de conteúdo de Bardin.</p>	UnB	2022
Dis24	<p>Pesquisa qualitativa, com inspirações da etnometodologia e etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação, bem como da análise do discurso numa perspectiva teórico-metodológica da abordagem multirreferencial. Traz uma pesquisa bibliográfica para exploração dos conceitos de identidade, diversidade, diferença, gênero, sexualidade, ideologia, ideologia de gênero e plano de educação. A pesquisa documental foi realizada com três jornais regionais online: Jornal do Tocantins, T1 Notícias e JM Notícia. Foram coletados trinta e três etnotextos ao todo, sendo nove do Jornal do Tocantins, cinco do T1 Notícias e dezenove do JM Notícia. Todos esses etnotextos foram lidos a partir da análise do discurso.</p>	UFT	2017

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Fica visível como os trabalhos possuem similaridades em seu método, especialmente se tratando de análises documentais. É possível observar uma diferenciação maior entre os métodos de análise de conteúdo e/ou análise de discurso, tendo alguns trabalhos seguido pela linha foucaultiana, outros pela análise crítica.

O Quadro 11 apresenta, então, um exemplo das diferentes abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas relacionadas à “ideologia de gênero” no contexto das políticas educacionais focadas nos planos municipais, estaduais e nacional de Educação. É importante ressaltar que este panorama apresentado é apenas uma amostra representativa das diversas formas de análise e métodos utilizados pelas pesquisadoras e pesquisadores. Embora fazer o levantamento dos métodos utilizados nas teses e dissertações tenha sido um grande desafio devido à falta de padronização na apresentação das abordagens metodológicas, é visível a complexidade e riqueza das investigações neste campo.

Tomando o Quadro 11 como um exemplo dos métodos utilizados, deve-se reconhecer que a amostra apresentada não esgota o tema e que futuras pesquisas são necessárias para aprofundar e expandir a compreensão das abordagens metodológicas utilizadas na pesquisa sobre a categoria “ideologia de gênero”.

4.2.3 Reflexões sobre alguns resultados

Neste item, meu objetivo é apresentar os resultados de algumas produções marcantes que surgiram do levantamento de dados desta dissertação. De início, destaco as dissertações de Paiva (2018, Dis10) – intitulada como “Ideologia de Gênero, o Novo Martelo das Feiticeiras: a cruzada contra gênero empreendida pelo campo católico conservador” – e de Santos (2021, Dis21) – “‘Queimem a Bruxa!': o controle de corpos e sexualidades da caça às bruxas à ‘ideologia de gênero’”. Ambas as produções exploram a intersecção entre o fenômeno da “ideologia de gênero” e a caça às bruxas na Europa, ocorrida entre os séculos XV e XVIII, complementando-se ao estabelecer similaridades entre os dois períodos históricos, com Santos (2021) destacando essas similaridades e Paiva (2018) desvendando as características do termo “ideologia de gênero” como uma nova forma de caça às bruxas contemporânea.

Santos (2021) demonstra como a perseguição às bruxas criou um precedente para as atuais perseguições baseadas na “ideologia de gênero”, detalhando as práticas de controle e violência utilizadas contra mulheres acusadas de bruxaria e

como esses métodos ecoam nos discursos e ações atuais contra mulheres e a comunidade LGBTI+. A autora argumenta que essa herança de violência nunca foi interrompida; ao longo do tempo, esses comportamentos de marginalização têm se manifestado de diferentes maneiras a depender do contexto histórico. No Brasil, é possível observar essas práticas desde o período colonial através da atuação do Tribunal da Inquisição em território brasileiro que, naquela época, apontava mulheres e pessoas LGBTI+ como “indisciplinadas e irracionais” (Santos, 2021, p. 191). Esta perseguição era especialmente severa com mulheres negras, duplamente inferiorizadas na estrutura socioeconômica, que “[...] por sua condição de gênero e racial, elas são vistas como seres totalmente irracionais, selvagens e incivilizados, em semelhança à imagem da bruxa do contexto europeu” (Santos, 2021, p. 192). Devido a essa herança de violência, a história brasileira contém práticas como a esterilização involuntária de mulheres e a perseguição a minorias sexuais e de gênero, mecanismos de controle, opressão, exploração e desumanização produzidos e reproduzidos ao longo da história, da caça às bruxas ao discurso contemporâneo da “ideologia de gênero” (Santos, 2021).

Em complemento, Paiva (2018) oferece uma análise detalhada do termo “ideologia de gênero”, explorando como ele tem sido instrumentalizado para justificar a marginalização de minorias sexuais e de gênero, funcionando como uma nova forma de caça às bruxas. A autora examina a categoria “ideologia de gênero” como fenômeno histórico e identifica os mecanismos pelos quais este novo “martelo das feiticeiras” se manifesta na contemporaneidade, entre eles:

- desprestigiar os estudos de gênero acusando-os de não científicos;
- delatar organismos internacionais de fazer parte de um suposto complô que busca o desmonte civilizacional;
- usurpar nomenclatura;
- apontar feministas como meretrizes que vendem sua maternidade;
- acusar estudiosos(as) de gênero e de buscarem a libertinagem sexual e a união de hormônios;
- causar o pânico ao equiparar a categoria gênero com o neomarxismo, o socialismo e o totalitarismo;
- usar exaustivamente as redes sociais para disseminar o inimigo imaginário “ideologia de gênero” afirmando que se o uso da categoria gênero não for barrado abonaria a pedofilia, a zoofilia, instigaria a sexualidade infantil, a homoerotização das crianças, provocaria a ira de Deus etc.;
- emitir documentos a partir da Santa Sé e organismos ligados a essa que buscam valorar o papel da mulher como auxiliadora e reafirmar o pátrio poder mascarando-os sob o signo de proteção à família natural;
- escrever livros, cartas abertas, cartilhas e textos diversos afirmando que cristãos não devem usar termos específicos – gênero, saúde sexual e reprodutiva, homossexualidade etc. – e que propõem desviar a atenção da temática gênero;

- falsear a existência de uma suposta univocidade moral; etc. (Paiva, 2018, p. 139-140)

Em suma, em ambas as produções se observa uma análise robusta e interconectada das formas históricas e contemporâneas de controle de corpos e identidades de gênero. Juntas, essas dissertações não apenas elucidam a persistência das antigas formas de controle e opressão, mas também oferecem uma base teórica para que, através de um esforço coletivo, possamos compreender e resistir a manifestação dessas formas de controle e exploração que, ainda hoje beneficiam o grande capital e a classe que dele se beneficia. Ao conectar passado e presente, as autoras nos ajudam a entender melhor as raízes históricas dos fenômenos contemporâneos.

Dando seguimento neste tema, quero destacar a dissertação de Silva (2019, Dis12), que analisou algumas produções científicas sobre “ideologia de gênero” e demonstrou que a mobilização antigênero que utiliza o termo tem como objetivos:

- a) Barrar avanços relacionados aos direitos humanos, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- b) Impor valores morais e religiosos;
- c) Fragilizar a democracia;
- d) Impor censuras na área da educação;
- e) Esvaziar e fragilizar o enfrentamento às violências contra as mulheres e LGBTI (Silva, 2019, p. 81)

A partir desses objetivos, essa mobilização baseia seus “argumentos” em torno de sua própria vitimização, alegando ser necessária à proteção à família e crianças contra um inimigo imaginário, gestando essa dicotomia entre o “bem e o mal”. A contradição inerente deste movimento, no entanto, é justamente a fragilidade de seus argumentos, muitas vezes baseados em dados pseudocientíficos e discursos descontextualizados, carecendo de reais evidências científicas. Esses grupos recusam debates, negam os direitos sexuais e direitos humanos como um todo e, assim, demonstrando seu caráter autoritário e antidemocrático (Silva, 2019).

Para desvendarmos quem são os integrantes desta ofensiva antigênero, a dissertação de Aragusuku (2018, Dis22) nos fornece evidências importantes. Em sua dissertação, o autor analisou como o discurso da “ideologia de gênero” se apresenta nos pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara entre os anos 2003 (primeira menção ao termo) a 2017. Em seus resultados, o autor identificou que esses parlamentares que citam a “ideologia de gênero” têm uma característica em comum: todos são vinculados ao cristianismo católico e evangélico, utilizando uma das

“identidades cristãs” para mobilizar seus interesses (Aragusuku, 2018). O autor ainda aponta que o termo “ideologia de gênero” foi primeiro introduzido ao contexto brasileiro por católicos, mas que hoje se vê um grande protagonismo dos evangélicos à frente da política antigênero.

Ao avaliar o perfil dos parlamentares que utilizam a “ideologia de gênero” em seus discursos, o autor notou o seguinte:

[...] existe um recorte de gênero relacionado ao seu uso; [...] em termos raciais, este levantamento encontrou uma proporção maior de pessoas autodeclaradas pardas em relação à proporção geral da Câmara; [...] a vinculação religiosa é um dado relevante relacionado à adesão ao uso deste termo, com uma presença marcante de parlamentares vinculados/as a denominações evangélicas (Aragusuku, 2018, p. 39).

Em um segundo momento, o autor reitera uma discussão já apresentada anteriormente: que o termo existe há tempo, mas que seu uso se intensificou após a votação do PNE e dos planos municipais e estaduais de educação. O autor afirma que “nos primeiros anos de sua difusão, ao longo da década de 2000, o termo foi poucas vezes utilizado por parlamentares vinculados a setores ultraconservadores do catolicismo, por parlamentares de pouca expressão social e política” (Aragusuku, 2018, p. 174). Só apenas nos anos de 2014 e 2015 teria a “ideologia de gênero” tomado força, passando “[...] a compor o campo semântico e lexical do campo político-ideológico conservador, focalizado fundamentalmente nas discussões que perpassavam as políticas públicas em educação” (Aragusuku, 2018, p. 174-175).

Neste referido campo semântico e lexical conservador, o discurso da “ideologia de gênero” utiliza metáforas de guerra e contágio para amplificar a percepção de ameaça e medo, constituindo um pânico moral que suscita uma reação contra um inimigo a ser combatido, um mal a ser eliminado (Aragusuku, 2018). Esse fenômeno apresenta muitas similaridades com o que é conhecido como “ameaça vermelha”¹⁴ e até o “fantasma do comunismo”. Se autodenominando como “maioria”, os parlamentares analisados apresentam a “ideologia de gênero” como uma ameaça imposta por minorias “do mal” contra a maioria cristã e “do bem”, vestindo os religiosos como defensores de uma imaginada “vontade popular” (Aragusuku, 2018).

¹⁴ O termo tem origem nos Estados Unidos e refere-se ao medo de uma infiltração comunista. No Brasil, o termo esteve presente nos discursos militares que abriram caminho para o golpe empresarial-militar de 1964 e, anos mais tarde, nos movimentos contrários à redemocratização do país, afirmando que a “ameaça vermelha” traria valores imorais e corruptores da família e dos bons costumes (Gonçalves, 2019).

Para finalizar, é importante mencionar o trabalho de Maia (2017, Dis24), que produziu uma extensa descrição sobre os campos de atuação da “ideologia de gênero” que serviu de grande ajuda para a escrita do próximo item desta dissertação. Objetivando compreender os significados da expressão “ideologia de gênero” em suas manifestações em jornais regionais do Tocantins, o autor concluiu que o termo se constitui como uma ferramenta para a construção de um “Estado Teocrático” no Brasil, mirando “[...] na tomada da Educação como campo de disputa e formação desta sociedade”, dessa maneira, a “ideologia de gênero” é utilizada “[...] para desqualificar outras formas de saberes e conhecimentos científicos que tentam mostrar e denunciar as diversas formas de ser homem e mulher nas diversas sociedades” (Maia, 2017, resumo, s.p.). Outros elementos da dissertação de Maia serão explorados na próxima seção, desvendando os significados de “ideologia de gênero”.

4.2.4 Significado de “ideologia de gênero”

Ciência ou falácia?

Para responder essa pergunta central, primeiro devemos estabelecer novamente o que entendemos como ciência e falácia. Desta maneira, deixa-se mais clara a maneira pela qual classifiquei os trabalhos coletados.

Destarte, é importante reafirmar que esta pesquisa é conduzida pelas lentes do Materialismo Histórico-Dialético, que enxerga a produção científica como movimentos dialéticos entre a pessoa pesquisadora e o objeto pesquisado em determinado contexto histórico-social (Cunha; Sousa; Silva, 2014). Dito isso, a definição do que é ciência têm sido objeto de dedicação de diversos filósofos e cientistas no decorrer da história humana. Todavia, uma definição simples de ciência pode ser concebê-la como um “conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da sua própria validade” (Abbagnano, 2007, p. 157). Em nosso caso, essa garantia é a descrição dos movimentos dialéticos de determinado fenômeno advinda de seu meticuloso estudo a partir do método dialético, que estuda as origens, movimentos e transformações de determinado fenômeno para desvelar suas características e contradições a fim de superá-las. Foi dessa maneira que Marx, por exemplo, pôde denunciar com inegável rigor as engrenagens do sistema capitalista do século XIX.

Assim, registro aqui que todo termo, argumento ou discurso científico, deve poder sustentar sua validade por demonstrar ou descrever suas bases e fundamentações a partir de um método qualificado, que demonstre capacidade de

responder às necessidades e práticas sociais. Em Marx, a verdade de um conhecimento se estabelece na sua relação com a prática social, ou seja, a prática social confirma ou refuta o conhecimento científico (Marx; Engels, 2007). Portanto, a ciência é um processo dinâmico e histórico, cuja validade é constantemente verificada e reforçada pela sua utilidade e aplicação nas transformações da realidade social. Dessa maneira, o conhecimento científico se torna uma potente ferramenta de compreensão e intervenção no mundo, visando à superação das contradições presentes nos fenômenos estudados.

Falácia, sem embargo, é um termo usado pela escolástica para se referir ao silogismo sofístico aristotélico, que por sua vez descreve conhecimentos que são aparentes, mas não são reais e que passaram a indicar “a habilidade de aduzir argumentos capciosos ou enganosos” (Abbagnagno, 2007, p. 1086). Falácias tornaram-se sinônimos de argumentos falsos cujo locutor tenta fazer parecerem verdadeiros. Então, voltemos a pergunta central levantada nessa dissertação: seria a tal “ideologia de gênero” uma ciência ou uma falácia? Para ter estatuto de cientificidade, o termo deve poder se sustentar na materialidade do real, tanto nas produções acadêmicas quanto na explicitação das relações entre o fenômeno e a prática social. Se for uma falácia, então pode ser tomado como um argumento falso, com um objetivo consciente de enganar. Em qual das duas possibilidades enquadraríamos o termo “ideologia de gênero”?

Para tentar realizar esse enquadramento, pegarei emprestado uma descrição feita por Maia (2017), na 24ª dissertação analisada neste trabalho, e se apresenta como uma ótima definição das diferentes formas que a suposta “ideologia de gênero” se apresentou em jornais regionais do estado do Tocantins. As categorias levantadas pelo autor podem, a meu ver, ser extrapoladas para os usos do termo em âmbito nacional. Em sua obra, Maia aponta as seguintes 10 noções sobre a tal “ideologia de gênero”:

- 1) “ideologia de gênero” como sendo contrária a concepção natural e “biológica” dos gêneros masculino e feminino; 2) “ideologia de gênero” como prática gay, ou do movimento gay; 3) “ideologia de gênero” como possibilidade de destruição da família [tradicional]; 4) “ideologia de gênero” como promotora da sexualidade precoce; 5) “ideologia de gênero” como má compreensão do conceito de gênero; 6) “ideologia de gênero” como usurpadora da educação moral familiar; 7) “ideologia de gênero” como conhecimento não científico; 8) “ideologia de gênero” como uma teoria autoritária; 9) “ideologia de gênero” como produtora de inconveniências; 10) “ideologia de gênero” como contrária a uma sociedade onde a Bíblia junto

com a Constituição Federal e o Código Civil são pilares da sociedade (Maia, 2017, resumo, s.p.).

Retomando um pouco melhor essas noções, a **“‘ideologia de gênero’ como sendo contrária a concepção natural e ‘biológica’ dos gêneros masculino e feminino”**, pressupõe que os papéis de gênero são determinados por características biológicas, ignorando a concepção social de gênero como categoria que construída socialmente ao longo da história. **“‘Ideologia de gênero’ como prática gay, ou do movimento gay”**, atribui a construção de gênero apenas a pessoas homossexuais, ignorando que todos os indivíduos são influenciados pelo contexto social na formação de suas identidades de gênero. A noção de **“‘ideologia de gênero’ como possibilidade de destruição da família [tradicional]”**, é um argumento emocional que sugere que a promoção da diversidade de gênero pode levar à desintegração da família, baseando-se na crença de que a estrutura familiar tradicional é eterna e fundamental para manutenção da sociedade, ignorando suas transformações históricas. **“‘Ideologia de gênero’ como promotora da sexualidade precoce”**, é uma alegação conservadora de que discutir diversidade sexual na educação incentiva práticas sexuais entre crianças, considera que elas são seres assexuados, ignorando o propósito educacional de informar e proteger os jovens. A **“‘Ideologia de gênero’ como má compreensão do conceito de gênero”**, é uma interpretação errônea de que gênero implica livre escolha de identidade, como se os indivíduos que “pregam” a “ideologia de gênero” pudessem mudar suas identidades e orientações sexuais ao seu bel prazer, enquanto na verdade esses conceitos da sexualidade humana são influenciados por fatores sociais e regulatórios, e se desenvolvem através de complexos mecanismos de subjetivação provenientes de instituições culturais, sociais, religiosas, educativas, midiáticas, políticas e econômicas; essa noção é discutida na dissertação de Maia (2017) a partir dos conceitos de gênero definidos por Judith Butler (2013). A noção de **“‘Ideologia de gênero’ como usurpadora da educação moral familiar”** ignora que a Educação Sexual seja uma categoria de estudo da ciência, baseia-se em interpretações seletivas de documentos de direitos humanos e na ideia de que a educação moral é um direito exclusivo da família, sem considerar a importância da educação escolar na formação moral dos indivíduos, ao mesmo tempo que ignora a função social pública da educação, que deve tratar de todos os conteúdos e temas que explicam a realidade social. **“‘Ideologia de gênero’ como conhecimento não científico”**, emprega a rotulação das teorias de gênero

como ideológicas para desacreditá-las cientificamente, ignorando sua base em estudos acadêmicos e pesquisas empíricas. **“Ideologia de gênero’ como uma teoria autoritária”**, manifesta-se como a consideração das teorias de gênero como imposições autoritárias, refletindo o medo de uma suposta "homossexualização" da cultura e da sociedade. A **“Ideologia de gênero’ como produtora de inconveniências”**, apresenta-se na argumentação de que a discussão sobre diversidade de gênero na escola levaria a problemas como sexualização precoce e confusão infantil, sem considerar os benefícios da educação sexual intencional e crítica, sem falar que se trata de um tema transversal presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). E, por fim, a noção de **“Ideologia de gênero’ como contrária a uma sociedade onde a Bíblia junto com a Constituição Federal e o Código Civil são pilares da sociedade”**, é a afirmação de que as teorias de gênero entram em conflito com princípios religiosos e valores constitucionais, ignorando a diversidade de crenças na sociedade e a laicidade do Estado brasileiro (Maia, 2017).

O autor conclui, portanto, que a expressão “ideologia de gênero” é empregada com o intuito de promover a formação de um estado teocrático no Brasil, utilizando a educação como arena de embate e fundamento para essa sociedade capitalista religiosa. Além disso, é utilizada para desacreditar outras formas de conhecimento científico que buscam promover uma compreensão mais diversificada dos papéis de gênero na sociedade, que seja acolhedora e receptiva para pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos (Maia, 2017). Portanto, esse uso intencional do termo para desacreditar certos setores do conhecimento científico sobre gênero e educação pode – pela definição apresentada previamente – ser considerado uma falácia.

Considerando as noções de Maia (2017) como indicadores, podemos analisar o restante das produções para desvendar se consideram a categoria “ideologia de gênero” como um conhecimento científico ou uma falácia. Das 34 produções analisadas nesta dissertação, 29 dissertações e 3 teses apontam claramente o termo “ideologia de gênero” como sendo uma falácia construída por setores conservadores e religiosos com o exposto objetivo de enfraquecer movimentos sociais, sejam estes movimentos feministas, LGBTI+ etc. Baseando-nos nos indicadores supracitados, podemos considerar que quase todas as produções entendem a tal “ideologia de gênero” como **falácia**. Não obstante, isso não quer dizer que as duas produções que restaram concordem com a perspectiva conservadora, apenas não lidam com o

referido termo da mesma forma, muito provavelmente por se situarem cronologicamente antes do ano de 2015, ano em que houve o primeiro pico de uso do termo “ideologia de gênero” em documentos legislativos, fato que tomou grandes proporções midiáticas no Brasil, como exposto no item 4.1.1 desta dissertação. Essas obras, a dissertação de Brandão (2000) e a tese de Suit (2012), já foram apresentadas e demonstram em seu texto uma afinidade com a teoria feminista e posicionamento contra-hegemônico, por mais que acabem diferindo das outras produções coletadas, ainda mantém um posicionamento similar. Por conta disso, a partir de indicadores identificados nestas produções, podemos considerar que estas produções também entendem a categoria “ideologia de gênero” – em sua forma conservadora e religiosa – uma falácia.

Estes resultados são contundentes, indicando que para a ciência brasileira o termo referenciado, quando utilizado nos discursos políticos conservadores e religiosos, existe para afetar movimentos feministas e pró-LGBTI+. A “ideologia de gênero”, portanto, se constitui numa falácia argumentativa, baseada em ciladas teóricas que buscam enganar o grande público, construir pânico morais e guiar a política e a economia a seus interesses. Como vimos, possui grande capacidade de infiltração na legislação brasileira, especialmente no âmbito da legislação para a educação, isso se mostra claro a partir do grande número de produções que estudam os Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, assim como demais políticas públicas nacionais. Tudo isso para a manutenção da estrutura hegemônica do modo de produção capitalista. Como exposto anteriormente¹⁵, os desejos sexuais estão relacionados com o desejo de experienciar o mundo ao nosso redor e a sexualidade – como uma dimensão da experiência humana – é indissociável do sujeito e da maneira como este se relaciona com o mundo. No entanto, discursos como o da “ideologia de gênero” se mostram como estratégias para sistematicamente controlar e reprimir a dimensão da sexualidade, no objetivo de limitar o potencial emancipatório da sexualidade humana e reforçar o modelo patriarcal. Com os desejos sexuais reprimidos, o desejo de explorar e transformar o mundo é canalizado para a manutenção do modo de produção capitalista, produzindo e reproduzindo a construção ideológica deste modelo de sociedade. Assim, o discurso conservador sobre a “ideologia de gênero” atua como uma ferramenta para perpetuar a repressão,

¹⁵ Ver item 2.1.1 desta dissertação.

servindo aos interesses de uma classe dominante que se beneficia da opressão sexual e manutenção das normas patriarcais para assegurar seu poder e interesses.

5 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

Finalizando esta dissertação, lembro que a categoria “ideologia de gênero” surgiu em minha vida de maneira abrupta e marcante, guiando meus estudos e leituras e resultando na motivação para meu projeto de Mestrado. Hoje, ao concluir esta caminhada, me sinto orgulhoso de ter estudado e produzido conhecimentos científicos junto ao Grupo EDUSEX, minha coorientadora e meu orientador, meus colegas e corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC.

Relembro aqui, então, que o objetivo central deste trabalho foi mapear a categoria “ideologia de gênero” desde sua gênese nas dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação do Brasil. Os objetivos específicos incluíram aprofundar estudos teóricos sobre “ideologia de gênero”, levantar as principais características das abordagens nas dissertações e teses, analisar essas características numa perspectiva histórica e dialética e registrar a contribuição dos PPGs na consolidação da categoria como objeto de estudo.

Após reler este texto, parece-me justo afirmar que os objetivos propostos foram atingidos. O mapeamento das dissertações e teses foi realizado e devidamente apresentado, busquei elencar as principais características de cada estudo e agrupá-los com outros similares. O método dialético foi utilizado em concordância com o paradigma do Materialismo Histórico-Dialético para conduzir a análise e interpretação dos dados. Neste processo, foi possível observar o belíssimo trabalho que os Programas de Pós-Graduação brasileiros conduziram para contribuir na consolidação da categoria “ideologia de gênero” como categoria científica. Esse trabalho, no entanto, não está livre de lacunas e como pesquisadores e pesquisadoras devemos sempre encontrar as contradições próprias de nosso trabalho a fim de fazer avançar o conhecimento científico com rigorosidade e compromisso metodológico.

Ao lembrarmos que metade das produções analisadas não apresenta claramente seu paradigma epistemológico, podemos ver a grande lacuna que ainda existe em algumas das pesquisas relacionadas à categoria “ideologia de gênero”. Numa perspectiva transformadora da ciência, é de suma importância termos um horizonte para o qual estudamos e produzimos, sendo que este horizonte no caso dos que se filiam ao Materialismo Histórico-Dialético tende a ser a transformação do mundo. Por mais utópico que essa ideia soe, ela é fundamentada em conceitos profundamente científicos. No capítulo de movimentos metodológicos apresentei

alguns fundamentos básicos do paradigma que, além de interpretar o mundo, busca vislumbrar os caminhos de sua transformação. Trazendo para o tema desta dissertação, o objetivo implícito é não apenas descrever a categoria “ideologia de gênero”, não apenas apresentar as teses e dissertações conduzidas sobre essa categoria, mas é, a partir desse meticuloso trabalho, buscar os caminhos de sua superação, identificar as engrenagens para compreender toda a dinâmica de manutenção do capital, principalmente do neoliberalismo. É sonhar com a grande transformação qualitativa deste fenômeno, resolvendo sua contradição principal e dando origem a um fenômeno novo e, com um esforço coletivo científico, mais humano e acolhedor. A meu ver, essa é a importância de nos posicionarmos criticamente, abandonando a suposta neutralidade, em um paradigma da transformação. O sonho de mudar o mundo deve ser o centro de nossa prática. Nas palavras de Marx: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx; Engels, 2007, p. 535).

Com isso em mente, há, portanto, no título deste trabalho a grande questão: ciência ou falácia? A resposta dada pelas teses e dissertações coletadas soa em uníssono: falácia. A Pós-Graduação brasileira entende essa categoria como um instrumento discursivo produzido por uma direita religiosa, conservadora e que busca por meio deste instrumento, moldar as políticas públicas brasileiras a seus interesses de classe, conduzindo seus trabalhos em oposição a movimentos feministas, LGBTI+, entre outros que ameaçam sua hegemonia. Mesmo os trabalhos mais antigos aqui coletados, que foram produzidos antes da direita brasileira apropriar-se da “ideologia de gênero” em seus discursos, apresentam em seus textos um ponto de vista contra-hegemônico. Os trabalhos mostram que apesar de o discurso conservador estar tomando força, este movimento não possui qualquer respaldo na ciência realizada no Brasil, não possui qualquer base material na qual se sustentar, sendo a tal “ideologia de gênero” apenas um “fantasma”, um “espantalho” produzido para simbolizar um inimigo a ser destruído. Ao retomarmos o conceito de ciência adotado nesta dissertação, que todo termo, argumento ou discurso científico deve poder sustentar sua validade por demonstrar ou descrever suas bases e fundamentações a partir de um método qualificado, e por sua capacidade de responder às necessidades e práticas sociais, vemos que a “ideologia de gênero” utilizada nos discursos conservadores no Brasil não se configura como ciência, mas como uma mera retórica vazia que carrega os interesses da classe dominante dos meios de produção. Em

contrapartida, conforme a definição adotada de falácia como sendo “a habilidade de aduzir argumentos capciosos ou enganosos” (Abbagnagno, 2007, p. 1086), vemos que a ciência brasileira entende, de forma unânime, que esse discurso é falacioso ao figurar uma estratégia enganosa para a manutenção da estrutura da sociedade capitalista, garantindo os interesses das classes dominantes e permitindo a continuidade da subjugação da classe trabalhadora para a extração da mais-valia¹⁶ a partir do trabalho alienante.

Apesar disso, é importante refletirmos sobre o impacto desse trabalho na realidade brasileira. Os resultados apresentados no capítulo anterior revelam que as regiões do Brasil com maior número de buscas no Google sobre “ideologia de gênero” são as que menos apresentam pesquisas de pós-graduação sobre o tema. Essas mesmas regiões são algumas das mais afetadas por problemas como violência sexual, o que ressalta a necessidade de uma prática intencional emancipatória de Educação Sexual na educação brasileira, em todos os seus níveis. Por outro lado, também observamos que as pesquisas sobre a categoria “ideologia de gênero” têm pouca relevância na região Norte do Brasil, evidenciando a necessidade de expandirmos nossas investigações para essa região, que recebe menos atenção da comunidade científica nacional. Os motivos para a ausência de estudos em determinadas regiões brasileiras – especialmente na região Norte – podem ser variados. Com base nas discussões e indícios apresentados, não é possível identificar esses motivos com precisão. Portanto, são necessários mais estudos e esforços para preencher essa lacuna na produção científica sobre a categoria “ideologia de gênero” em nosso país.

Além destes resultados, também foi possível observar o protagonismo das universidades públicas brasileiras na pesquisa científica sobre a categoria “ideologia de gênero”. Dentre as 34 produções analisadas, apenas 3 foram produzidas em instituições particulares e apenas 1 foi conduzida em uma instituição comunitária. Esse dado evidencia a profunda importância da educação pública no Brasil, sugerindo possíveis motivos pelos quais os movimentos conservadores que utilizam o termo

¹⁶ Mais-valia é o conceito central na teoria marxista que descreve o valor excedente produzido pelo trabalho do trabalhador, além do valor necessário para sua própria subsistência, e que é apropriado pelo capitalista como lucro. Em termos simples, a mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor pago a ele em forma de salário. Este conceito é fundamental para explicar a exploração do trabalhador no sistema capitalista, onde a força de trabalho é comprada pelo capitalista por um valor inferior ao que ela realmente produz, permitindo assim a acumulação de capital (Marx, 2017).

“ideologia de gênero” como falácia atacam e difamam nossas universidades. A ciência e a formação de professores feita com compromisso e rigor metodológico, conduzida a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, é uma poderosa ferramenta de transformação da realidade social. Ela desafia os discursos falaciosos que buscam moldar a opinião pública para preservar interesses políticos específicos. No entanto, como pesquisadores, devemos sempre nos preocupar com o alcance de nossas pesquisas junto ao povo. A realidade do ensino superior brasileiro atual é sua inacessibilidade à classe trabalhadora, realidade que é um projeto para manter o conhecimento formal concentrado numa pequena elite intelectual brasileira. No entanto, para que nossas pesquisas tenham validade científica e se verifiquem na prática social, nossas ideias devem estar junto à classe trabalhadora. Nossa produção científica será efetivamente transformadora apenas quando estiver nas mãos do povo brasileiro, utilizada como uma ferramenta de resistência contra os mecanismos hegemônicos de dominação e opressão.

Como pesquisador, espero que esta dissertação sirva de referência para futuras pesquisas, ajudando a estabelecer um alicerce sólido para vislumbrarmos nossos próximos passos em busca de emancipação humana. Desejo também que, de alguma forma, ela se torne uma ferramenta eficaz no combate à pseudociência, aos discursos falaciosos e à ideologia burguesa que nos aliena com seu modo de produção. Que este trabalho contribua para o fortalecimento da ciência em âmbito nacional e sirva como resposta contundente contra o discurso falacioso da “ideologia de gênero”. Espero, ainda, que esta dissertação possa contribuir, mesmo que modestamente, para a transformação da realidade. A meus colegas pesquisadores e pesquisadoras, desejo poder contribuir um pouco com a construção de um sonho.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2007. ISBN 978-85-336-2356-9.

AÇÃO EDUCATIVA. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso/Ação Educativa, Pesquisa e Informação (Org.). – São Paulo: Ação Educativa, 2016.

AFONSO, Sophia Cunha. **Efeitos da Nova Direita Na Política Educacional**: embates em torno do pseudoconceito da “Ideologia de Gênero” na deliberação dos Planos de Educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020). Orientador: Silvia Cristina Yannoulas. 2022. 222 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/44679>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ALMEIDA, Kaciane Daniella. **Não se abre à força um botão de rosa, e sobretudo, com as mãos sujas**: agruras da educação sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à ideologia de gênero. Orientador: Nanci Stancki da Luz. 2017. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3808>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ALTHUSSER, Louis. Ideology and Ideological State Apparatuses: Notes towards an Investigation. **La Pensée**, 1970. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/althusser/1970/ideology.htm>. Acesso em: 12 abr. 2024.

AMBROSIO, Nicolay. Projetos de lei atacam direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Amazonas. **Amazônia Real**, Manaus, 10 ago. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/projetos-de-lei-atacam-direitos-da-comunidade-lgbtqiapn-no-amazonas/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

ANDRADE, Elizane de. **Jogo do strip quizz**: análise dos conteúdos pedagógicos de Educação Sexual em um quadro do programa televisivo amor & sexo. 2011. 165 p. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Educação e Cultura, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2011.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. **O discurso da "ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados**: análise crítico-discursiva e psicopolítica. Orientador: Mariana Prioli Cordeiro. 2018. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ARAUJO, Adriano. ‘Escola sem partido’ quer fim da ‘doutrinação de esquerda’: Existem hoje dois projetos, um em Brasília e outro no Rio, para impedir o debate em sala de aula. **O Dia**, 5 set. 2015. Disponível em:

<https://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinação-de-esquerda.html>. Acesso em: 29 maio 2023.

AYER, Flávia. Ideologia de gênero provoca bate-boca na Câmara de Belo Horizonte: Em debate sobre plano de educação, qualidade do ensino perde espaço para a polêmica questão da diversidade sexual. **Estado de Minas**, 25 set. 2015. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/09/25/interna_politica,691830/ideologia-de-genero-provoca-bate-boca-na-camara-de-belo-horizonte.shtml#google_vignette. Acesso em: 23 maio 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Lisboa: 70, 2021. ISBN 978-972-44-1154-5.

BEDINELLI, Talita. Católicos e evangélicos em cruzada contra a palavra gênero na educação: Grupos religiosos fazem ofensiva para evitar que a palavra entre nos planos de educação. **El País**, 11 jun. 2015. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1434059650_940148.html. Acesso em: 23 maio 2024.

BENTES, Victória. Mulheres de Roraima lutam contra violência no estado com maior taxa de estupro por habitante. **Brasil de Fato**, 25 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/25/mulheres-de-roraima-lutam-contra-violencia-no-estado-com-maior-taxa-de-estupro-por-habitante>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>. Acesso em: 31 maio 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. ISBN 978-85-326-3651-5.

BRANDÃO, Maria Aparecida da Silva. **Homilias em Casamento Católico**: uma interpretação da Ideologia de Gênero. Orientador: Fúlvia Rosemberg. 2000. 207 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

CANDEIA, Lais Rodrigues. **O discurso neoconservador da “ideologia de gênero” nas políticas educacionais**: projetos legislativos apresentados na Câmara dos Deputados do Brasil (2011- 2020). Orientador: Neiva Furlin. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2021. Disponível em:

<https://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/000135/0001353b.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de; et al. **Educação Sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico**. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012.

CÉSAR, Caio. Papa Francisco diz que ‘ideologia de gênero’ é um dos maiores perigos da atualidade: Durante evento, o pontífice criticou a ideologia que, segundo ele, tenta ‘cancelar diferenças’ entre os gêneros sob o risco de ‘cancelar a humanidade’. **Carta Capital**, [S. l.], p. 0-1, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/papa-francisco-diz-que-ideologia-de-genero-e-um-dos-maiores-perigos-da-atualidade/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

CUNHA, Célio; SOUSA, José Vieira; SILVA, Maria Abádia (org.). **O Método Dialético na Pesquisa em Educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. ISBN 978-85-7496-339-6.

DECKER, Isabel. **A Categoria Emancipação em Paulo Freire e suas Contribuições para um Processo de Educação Sexual Emancipatória**. Orientador: Sonia Maria Martins de Melo. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - UDESC, Florianópolis, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan / Friedrich Engels**. Tradução: Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FÉLIX, Lélis. Vereador tenta entrar em sala de aula por denúncia de ideologia de gênero. **Correio Braziliense**, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4956542-vereador-tenta-entrar-em-sala-de-aula-por-denuncia-de-ideologia-de-genero.html>. Acesso em 02 mar. 2023.

FEUERBACH, Ludwig. **A Essência do Cristianismo**. Tradução: José da Silva Brandão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GEOCAPES. **Sistema de dados estatísticos da Capes**. Disponível em <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em 30 maio 2024.

GONÇALVES, Maxlander Dias. A recorrente “ameaça vermelha” e seus efeitos no contexto da transição para a democracia. *In*: PEREIRA, Ricardo Valle Vasco; PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira; ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim; DAMARTINI, Márcio Gomes; MARTINS, Maro Lara; FAGUNDES, Pedro Ernesto; BRITTO, Rossana Gomes (org.). **Das Utopias ao Autoritarismo: historiografia, memória e cultura**. Serra: Editora Milfontes, 2019. p. 147-160. ISBN 978-85-94353-41-2

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 104 p. ISBN 978-65-5717-069-4.

IOANNIDIS, J. P. A. Meta-research: why research on research matters. **PLoS Biology**, v. 16, n. 3, 2018. DOI <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.2005468>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.2005468>. Acesso em: 5 jun. 2023.

IOANNIDIS, J. P. A *et al.* Meta-research: Evaluation and Improvement of Research Methods and Practices. **PLoS Biology**, [s. l.], v. 13, n. 10, 2015. DOI <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002264>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.1002264>. Acesso em: 5 jun. 2023.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; GABRIEL JÚNIOR, René Faustino; KLUCK, Cláudia Regina; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. **Socialização do saber e produção científica do ensino religioso**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua**: Um Projecto Filosófico. Tradução: Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1795/mes/paz.htm>. Acesso em: 17 abr. 2024.

KANT, Immanuel. **Resposta à Pergunta: O Que É Esclarecimento?**: e outros textos. 1. ed. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2022. 118 p.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LE MOS, Linovaldo Miranda. A ideologia da ideologia de gênero e a escola. **Vértices**, v. 19, n. 3, 2017. DOI <https://doi.org/10.5935/1809-2667.v19n32017p51-62>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625768669004/>. Acesso em: 31 maio 2023.

LE MOS, Vinícius. Projeto que proíbe 'ideologia de gênero' em escolas é aprovado Uberlândia: Além de vereadores que discordam do projeto, professores e sindicatos dos servidores da Prefeitura e do Estado protestaram contra a lei. **Estado de Minas**, [S. l.], p. 0-1, 13 jun. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/06/13/noticia-diversidade,1506716/projeto-que-proibe-ideologia-de-genero-em-escolas-e-aprovado-uberlandia.shtml#google_vignette. Acesso em: 28 abr. 2024.

LÊNIN, V. I. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1.

LOPES, Débora. Policiais e evangélicos fundamentalistas ameaçam escola municipal em SP por praticar 'ideologia de gênero'. **TheIntercept**, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/11/16/policiais-e-evangelicos-fundamentalistas-ameacam-escola-municipal-em-sp-por-praticar-ideologia-de-genero/>. Acesso em 02 mar. 2023.

SILVA, Luanna Márley de Oliveira. **Os estudos feministas sobre "ideologia de gênero" no Brasil**: uma análise nas produções científicas. Orientador: Debora Diniz. 2020. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/37845>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, 2018. DOI 10.1590/1806-9584-2018v26n247463. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/381/38156079021/>. Acesso em: 31 maio 2023.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves. **Discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação do Tocantins**. Orientador: José Damião Trindade Rocha. 2017. 271 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/493?mode=simple>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MAINARDES, Jefferson. **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: CRV, 2021. 250 p. ISBN 978-65-251-0415-7.

MARTINS, Dan. Associação Nacional de Juristas Evangélicos realiza seu lançamento institucional no Congresso. **Gospel+**, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/lancamento-congresso-associacao-nacional-juristas-evangelicos-45740.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**: 1843. Tradução: Rubens Enderle, Leonardo De Deus. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. ISBN 978-85-7559-151-2.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844**. Lisboa: edições 70, 1989

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélío Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. ISBN 978-85-7559-171-0.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. v. 1. ISBN 978-85-7559-553-4.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. Tradução: Nélío Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. ISBN 978-85-7559-144-4.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, Sônia Maria Martins (org.). **Educação e Sexualidade**: Caderno Pedagógico. 2. ed. Florianópolis: DIOESC, 2011. 120 p. ISBN 978-85-64210-19-6.

MELO, Sonia Maria Martins de; MATTOS, Mellany Viaro Gobbi; SILVA, Moira Riroca silva e. Conversando sobre o caminhar da pesquisa “desenvolvimento e produção de vídeoaulas de Educação Sexual Emancipatória como subsídio em processos de formação de profissionais da Educação”. In: **Anais [do] V Congresso Brasileiro de Educação Sexual e VII Simpósio de Sexualidade e Educação Sexual, Paraná-São Paulo-Santa Catarina** / Organização: Célia Regina Rossi et al., - Londrina: Os Organizadores, 2018.

MELO, Sonia Maria Martins de; YARED, Yalin Brizola; PACHECO, Raquel da Veiga; BRYM Márcia de Freitas. Educação Sexual e Produção de Conhecimento: reflexões sobre o trabalho integrado de dois grupos de pesquisa. In: **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 27, 2020.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. **Compondo a Cena de Dissenso**: a retirada dos termos "igualdade de gênero" e "orientação sexual" do Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024. São Carlos: Pedro & João editores, 2022. 169 p. ISBN 9786526500170.

MENDONÇA, Amanda André. **Estado, religião e democracia**: reflexões a partir dos debates sobre "ideologia de gênero" no Plano Nacional de Educação. Orientador: João Bôsco Hora Góis. 2017. 249 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23698>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MENEZES, Rafael Danrley Barra. **A emergência da "ideologia de gênero" no pleito eleitoral de 2018**: da análise do discurso político às vozes de docentes de ciências humanas da educação básica. Orientador: Francisco Vieira da Silva. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/6784>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, ed. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: [redalyc](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339954301008) Acesso em: 31 maio 2023.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339954301008>. Acesso em: 31 maio 2023.

MORENO, Meire Ellen. **Feminismos e Antifeminismos na Política Brasileira**: "ideologia de gênero" no Plano Nacional de Educação de 2014. Orientador: Silvana Aparecida Mariano. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000206286>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MOYA, Miguel; EXPÓSITO, Francisca; PADILLA, José Luis. Revisión de las propiedades psicométricas de las versiones larga y reducida de la Escala sobre Ideología de Género. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, Granada, España, ano 2006, v. 6, n. 3, p. 709-727, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/337/33760312.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. ISBN 978-85-7743-182-3.

NUNES, Sílvia Ávila. **Escola sem partido sob a crítica de uma perspectiva democrática de educação**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2018.

OLIVEIRA, Josiane Marconi Fernandes de Seixas. **Ideologia de gênero no cotidiano escolar em escola no município de Cuiabá Mato Grosso**. Orientador: Aloir Pacini. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/244/Dissertacoes/JOSIANED46aafab7ef4893b6f112e4526d638f9a0ad8e8c8.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PACHECO, Raquel Da Veiga. **Consolidação da Educação Sexual Como Tema de Pesquisa no Brasil**: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2020.

PACHECO, Raquel Da Veiga. **Escola de Princesas**: um estudo da compreensão de professoras sobre a influência de filme da boneca Barbie na Educação Sexual de crianças. (Dissertação de mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2014.

PAIVA, Deslange; STABILE, Arthur; HONÓRIO, Gustavo. Em 2022, Brasil registra maior número de estupros da história; 6 em cada 10 vítimas têm até 13 anos, aponta Anuário de Segurança. **G1**, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/em-2022-brasil-registra-maior-numero-de-estupros-da-historia-6-em-cada-10-vitimas-tem-ate-13-anos-aponta-anuario-de-seguranca.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PAIVA, Ingrid Machado Jeampietri. **Ideologia de gênero, novo martelo das feiticeiras**: um histórico da cruzada contra gênero empreendida pelo campo católico conservador. Orientador: Romero Júnior Venâncio Silva. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7290178. Acesso em: 17 jun. 2024.

PERETTI, Eduardo de Medeiros; YARED, Yalin Brizola; BITENCOURT, Rafael Mariano de. Metodologias Inovadoras no Ensino de Ciências: relato de experiência sobre a criação de um jogo de cartas como abordagem colaborativa. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 7, p. 1-37, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação**, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-tubarao-sc>. Acesso em: 29 de mai. 2023.

Projeto que proíbe ideologia de gênero em escolas é aprovado em Sousa, na PB. **G1 PB**, 06 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/projeto->

que-proibe-ideologia-de-genero-em-escolas-e-aprovado-em-sousa-na-pb.ghtml. Acesso em 02 mar. 2023.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 09-26, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/873/87350459002/>. Acesso em: 31 maio 2023.

REIS, Willian. Apresentação sobre diversidade de gênero gera confusão em escola. **Notisul**, Tubarão, 20 set. 2017. Disponível em: <https://notisul.com.br/geral/apresentacao-sobre-diversidade-de-genero-gera-confusao-em-escola/>. Acesso em: 29 maio 2023.

SANTA CATARINA. LEI nº 18.637, de 8 de fevereiro de 2023. Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para instituir a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente. **LEI Nº 18.637, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023**, Florianópolis, 8 fev. 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-18637-2023-santa-catarina-altera-o-anexo-ii-da-lei-no-17-335-de-2017-que-consolida-as-leis-que-dispoem-sobre-a-instituicao-de-datas-e-festividades-alusivas-no-ambito-do-estado-de-santa-catarina-para-instituir-a-semana-escolar-estadual-de-combate-a-violencia-institucional-contra-a-crianca-e-o-adolescente>. Acesso em: 29 maio 2023.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/proposta-curricular-de-sc-2014/>. Acesso em: 15 ago. 2024

SANTANA, Vitor. Deputados aprovam projeto que proíbe 'ideologia de gênero' nas escolas de Goiás: Conselho Estadual de Educação foi contra proposta por considerar inconstitucional e vai contra a liberdade de ensinar sobre tópicos da vida social. Texto segue para análise do governo. **G1 Goiás**, Goiás, p. 0-1, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/08/25/deputados-aprovam-projeto-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-goias.ghtml>. Acesso em: 29 maio 2023.

SANTOS, Guilherme Sizanowski. **Homofobia e "Ideologia de Gênero": o paradoxo da participação no portal e-cidadania**. Orientador: Kelly Prudêncio. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/79800>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTOS, Nathalia Lima. **Queimem a Bruxa!:** o controle de corpos e sexualidades da caça às bruxas à Ideologia de Gênero. Orientador: Paula Drumond Rangel Campos. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=55285@1>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. ISBN 978-65-88717-12-7.

SCHERER, Odilo Pedro. Educação e questão de gênero. **Estado**, 13 jun. 2015. Disponível em: <https://www.estado.com.br/opiniao/educacao-e--questao-de-genero/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SILVA, Clarissa Pains. **Ideologia de gênero na Câmara dos Deputados:** disputas, apropriações e ampliação da ofensiva (2011-2021). Orientador: Breno Marques Bringel. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17968>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, Ediane da. **Supervisor escolar e professores que ensinam ciências:** um estudo bibliográfico e documental como subsídio a uma formação crítica em Educação Sexual. Dissertação (mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Tubarão, 2019.

SILVA, Ediane da; YARED, Yalin Brizola. BINSEX: uma proposta de bingo como recurso didático em abordagem crítica da Educação Sexual. In: **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, 2019.

SILVA, Ivanderson Pereira da. EM BUSCA DE SIGNIFICADOS PARA A EXPRESSÃO “ideologia de gênero”. **Educação em Revista**, v. 34, 2018. DOI 10.1590/0102-4698190810. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3993/399365005086/>. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVEIRA, Zuleide. Onda Conservadora: o emergente Movimento Escola Sem Partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (org.). **Escola sem partido ou a escola da mordida e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. cap. 1, p. 17-48. ISBN 978-85-53111-27-5. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao-Silva-Junior-9/publication/329524178_Escola_sem_partido_a_inquisicao_da_educacao_no_Brasil/links/5debeff792851c83646b65a7/Escola-sem-partido-a-inquisicao-da-educacao-no-Brasil.pdf#page=27. Acesso em: 15 ago. 2024.

SUIT, Dafne Andrea Vásquez. **Trajetórias de mulheres que vivem com o HIV:** um estudo a respeito de ideologia de gênero, autoestima e bem-estar subjetivo. Orientador: Marcos Emanuel Pereira. 2012. 212 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/dafne_suit_tese.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **“Ideologia de gênero”?: as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional**. Orientador: Flávia Millena Biroli Tokarski. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/35044>. Acesso em: 16 jun. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-224-0273-1.

TSÉ-TUNG, Mao. **Cinco Teses Filosóficas**. 2. ed.: Nova Cultura, 2018.

VENTURA, Lidnei. **O Voo da Fênix: narrativas de travessias de identidade de egressas da Educação a Distância**. Florianópolis: UDESC, 2019. 240 p. ISBN 978-85-8302-171-1.

WAS. World Association for Sexology. **Declaração dos Direitos Sexuais**. 2014.

WHO. Education and treatment in human sexuality: the training of health professionals. Technical Report Series, No. 572. Geneva: **World Health Organization**; 1975.

YARED, Yalin Brizola. **Do Prescrito ao Vivido: a compreensão de docentes sobre o processo de Educação Sexual em uma experiência de um currículo integrado de um curso de medicina**. Orientador: Sonia Maria Martins de Melo. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - UDESC, Florianópolis, 2016.

YARED, Yalin Brizola; MELO, Sonia Maria Martins de; VIEIRA, Rui Marques. A Importância do Pensamento Crítico em Inovações Curriculares: interface com a Educação Sexual emancipatória. In: **Educação**. Santa Maria, v. 45, 2020.

APÊNDICE A – EXEMPLOS DE QUADROS DE ANÁLISE PREENCHIDOS

PERFIL TESE1	
TÍTULO	"Não se Abre à Força Um Botão de Rosa e, Sobretudo, com as Mãos Sujas": Agruras da Educação Sexual no Ambiente Escolar e os Desafios Atuais Frente à Ideologia de Gênero
LINK	http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3808
AUTORIA	KACIANE DANIELLA DE ALMEIDA
RESUMO	<p>O objetivo desta tese é analisar como a emergência do discurso sobre “ideologia de gênero” caracteriza uma reação contrária à efetivação da Educação Sexual no Brasil. Este trabalho articula a discussão que vem vinculando gênero com o discurso da “ideologia de gênero” e à Educação Sexual sistemática no Brasil. A metodologia consiste em pesquisa documental, apoiada no referencial teórico pós-crítico utilizando a análise do discurso foucaultiana como instrumento analítico. Para desenvolver este trabalho, realizou-se uma pesquisa na internet sobre o termo “ideologia de gênero” e sua notoriedade durante a votação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). A pesquisa recolheu informações por meio da ferramenta de busca livre no Google, em que foram selecionadas dezessete matérias que compõem o Quadro 1 - Ideologia de gênero, em que buscou a origem do termo “ideologia de gênero”, e dezoito matérias que compõem o Quadro 5 Ideologia, em que foram usadas as palavras chaves, “ideologia de gênero” no PNE. O termo “ideologia de gênero” passou a ser usado por movimentos contrários à discussão de gênero e orientação sexual, e ganhou notoriedade durante a votação do PNE (2014-2024), difundido por meio da igreja Católica. No diálogo que se estabeleceu entre a Educação Sexual e a “ideologia de gênero”, verificou-se que existe um discurso conservador que vem alicerçando um debate a respeito de existir tal “ideologia de gênero” em detrimento do campo de estudos de gênero. O discurso identificado em relação à Educação Sexual em outros momentos da história se assemelha com o atual, em que há presença marcante da família e da religião em posicionamentos políticos do Estado. Esses seguimentos conseguem alavancar um discurso que estimula a proteção da criança, privando-a do conteúdo da Educação Sexual, bem como a discussão que envolve a responsabilidade de educar para a sexualidade.</p>
SUMÁRIO	<p>1 INTRODUÇÃO</p> <p>2 METODOLOGIA</p> <p>2.1 O CORPUS DA PESQUISA</p> <p>2.1.1 IDEOLOGIA DE GÊNERO: composição do cenário</p> <p>2.1.2 Ideologia de gênero: composição do cenário no PNE</p> <p>3 QUEM TEM MEDO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO?</p> <p>3.1 IDEOLOGIA E IDEOLOGIA DE GÊNERO</p>

	3.2 IDEOLOGIA DE GÊNERO: o anúncio de um discurso 3.3 PRIMEIRAS APARIÇÕES DO TERMO IDEOLOGIA DE GÊNERO 3.4 A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DE IDEOLOGIA DE GÊNERO 3.5 GÊNERO E IDEOLOGIA DE GÊNERO: os sujeitos de fala 4 EDUCAÇÃO SEXUAL 4.1 EDUCAÇÃO SEXUAL: o termo em debate 4.2 EDUCAÇÃO SEXUAL: um caminho 5 EDUCAÇÃO SEXUAL E IDEOLOGIA DE GÊNERO 5.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL FRENTE À “ideologia de gênero” 5.2 EM NOME DE DEUS 5.3 EM NOME DA FAMÍLIA 5.4 EM NOME DO ESTADO 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS REFERÊNCIAS
OBJETIVO	Analisar como a emergência do discurso sobre “ideologia de gênero” caracteriza uma reação contrária à efetivação da Educação Sexual no Brasil
PALAVRAS-CHAVE	1. Identidade de gênero na educação. 2. Educação sexual para crianças. 3. Educação sexual para a juventude. 4. Educação sexual para adolescentes. 5. Crianças e sexo. 6. Ideologia e educação. 7. Orientação sexual. 8. Tecnologia [na ficha catalográfica] Ideologia de gênero, Educação Sexual, sexualidade, família, estado [após resumo]
ÁREA DO CONHECIMENTO	Tecnologia e Trabalho [área de concentração]
LOCAL E DATA	Curitiba, 2018
VINCULAÇÃO ACADÊMICA	Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade
CONTEÚDO TESE1	
PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA	Referencial teórico pós-crítico [“pós-estruturalismo, pós-moderno, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo, Multiculturalismo, Pensamento da Diferença, Estudos Culturais, Estudos de Gênero, Estudos Étnicos e Raciais e Estudos Queer” p.25]
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	Michel Foucault; Dagmar Meyer e Marlucy Alves Paraíso
MÉTODO	Pesquisa na internet sobre o termo “ideologia de gênero” e sua notoriedade durante a votação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Análise do discurso foucaultiana como instrumento analítico
SIGNIFICADO DE “IG”	É uma falácia construída para cercear os estudos de gênero, ao gerar pânico em torno do termo “gênero”.
RESULTADOS	Existe um discurso conservador que vem alicerçando um debate a respeito de existir tal “ideologia de gênero” em detrimento do campo de estudos de gênero. Conseguem alavancar um discurso que estimula a proteção

	da criança, privando-a do conteúdo da Educação Sexual, bem como a discussão que envolve a responsabilidade de educar para a sexualidade
<i>INSIGHTS</i>	Utiliza a mesma referência que eu para caracterizar a “IG” como falácia: Reis e Eggert (2016); Possível referência para eu adotar: Rosado-Nunes (2015) que aponta que a formação discursiva realizada pela Igreja Católica faz uma eleição de um “inimigo imaginário” que foi amplamente mediatizado e difundido, o que permite que a igreja reafirme suas doutrinas e reformule suas críticas ao mundo moderno.

PERFIL DIS1	
TÍTULO	A “ideologia de gênero” Através das Narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação
LINK	https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62045
AUTORIA	Karina Veiga Mottin
RESUMO	O objetivo desta dissertação é analisar as narrativas sobre gênero que envolveram a aprovação do Plano Estadual de Educação do Paraná (2015-2025). Os argumentos utilizados pelas/os deputadas e deputados que subiram ao púlpito da Assembleia Legislativa deste estado para defender a retirada da palavra “gênero” deste documento são o objeto de análise desta dissertação. A análise narrativa deste trabalho é desenvolvida sob a perspectiva foucaultiana, pois o objetivo da investigação não se detém na análise linguística ou na descoberta das verdadeiras intenções das/os parlamentares. Ao contrário, os esforços são direcionados para a compreensão de como a repetição desses discursos objetiva criar uma verdade sobre o gênero, que deslegitima este campo de estudos e retira o foco da violência como aspecto central no debate sobre gênero nas escolas. Para tanto, no capítulo 1 é discutida uma possível definição da “ideologia de gênero”, segundo narrativas conservadoras e as falas das/os deputada/os. No capítulo 2, o foco é a relação entre estes discursos e a religião, bem como o uso de argumentos jurídicos para legitimar pautas religiosas. Por fim, no capítulo 3, o intuito é compreender como o conceito de família é entendido nestas narrativas. A anunciada “destruição” dessa instituição, através da implementação da

	<p>suposta “ideologia de gênero”, aciona e difunde o pânico moral, conceito desenvolvido por Gayle Rubin. O papel conferido à escola nesse processo e o apelo à proteção das crianças também são elementos analisados, pois atuam na propagação desse pânico moral. Por fim, ressalta-se a relevância da inclusão das discussões sobre gênero nos espaços formativos da docência e no ambiente escolar como fundamental para o enfrentamento da violência e da desigualdade de gênero.</p>
SUMÁRIO	<p>INTRODUÇÃO</p> <p>1 A “ideologia de gênero” - possíveis definições</p> <p>1.1 Os discursos sob a perspectiva foucaultiana</p> <p>1.2 A repetição da “ideologia de gênero”</p> <p>1.3 O que é “ideologia de gênero”? ou “<i>você quando nasce não é nada, é um gênero</i>”</p> <p>2 A “ideologia de gênero”, a religião e a lei</p> <p>2.1 A laicidade e o uso de estratégias para transformar pautas religiosas em pautas sociais ou “<i>acreditamos que isto supera, isto ultrapassa a questão religiosa</i>”</p> <p>2.2 O argumento jurídico ou “<i>em defesa da Constituição Brasileira, votamos contra a ideologia de gênero</i>”</p> <p>3 A “ideologia de gênero”, a família e o pânico moral</p> <p>3. 1 A família que merece ser defendida ou “<i>entendemos que a família é mãe, pai e filhos</i>”</p> <p>3.2 O pânico moral: a destruição das famílias e as crianças como alvo ou “<i>as escolas como laboratório para desconstrução da nossa família</i>”</p> <p>Considerações Finais</p> <p>Referências</p> <p>Anexos</p>
OBJETIVO	<p>Analisar as narrativas sobre gênero que envolveram a aprovação do Plano Estadual de Educação do Paraná (2015-2025).</p>
PALAVRAS-CHAVE	<p>1. Identidade de Gênero na Educação; 2. Educação e Estado - Paraná; 3. Gênero. [ficha catalográfica]</p>

	“ideologia de gênero” - Plano Estadual de Educação - Religião - Família - Escola - Pânico Moral. [resumo]
ÁREA DO CONHECIMENTO	Educação
LOCAL E DATA	Curitiba, 2019
VINCULAÇÃO ACADÊMICA	Programa de Pós- Graduação em Educação Universidade Federal do Paraná
CONTEÚDO DIS1	
PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA	Pós-Estruturalismo [Michael Peters, p.21]
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	Michel Foucault; Gayle Rubin; Michael Peters.
MÉTODO	Análise narrativa foucaultiana; o objetivo da investigação não se detém na análise linguística ou na descoberta das verdadeiras intenções das/os parlamentares. Ao contrário, os esforços são direcionados para a compreensão de como a repetição desses discursos objetiva criar uma verdade sobre o gênero, que deslegitima este campo de estudos e retira o foco da violência como aspecto central no debate sobre gênero nas escolas.
SIGNIFICADO DE “IG”	É um termo utilizado para gerar pânico moral (p. 99) e transformar pautas religiosas em pautas sociais.
RESULTADOS	<p>No discurso dos deputados/as as palavras “destruição” e “desconstrução” apareceram no centro dos significados da “ideologia de gênero”: desconstrução da identidade e/ou do gênero, destruição da família e da sociedade (p.98).</p> <p>Há também um caráter conspiratório, pois haveria um plano por trás da palavra "gênero". O “plano” seria eliminar as diferenças entre homens e mulheres, em um imaginário mundo “sem gênero” - a aplicação de tal “ideologia” seria fundamental em uma fase final de implantação do comunismo, onde a igualdade total seria alcançada. (p. 98)</p> <p>O caráter religioso também é evidente, a autora defende que os argumentos utilizados pretenderam transformar pautas religiosas em pautas sociais ao acionar principalmente a defesa da legislação para barrar a inserção da pauta de gênero no PEE do Paraná (p. 98-99).</p> <p>As narrativas contra a suposta aplicação da chamada “ideologia de gênero” parecem unir diversos elementos: o preconceito contra a população LGBT, a tentativa de apagamento da diversidade sexual e de gênero e um anti-</p>

	intelectualismo direcionado à legitimação da violência. (p. 99)
<i>INSIGHTS</i>	

APÊNDICE B – TÍTULOS, OBJETIVOS E PALAVRAS-CHAVE DAS TESES E DISSERTAÇÕES COLETADAS

TRABALHOS	TÍTULO	OBJETIVO	PALAVRAS-CHAVE
Tese1	"Não se Abre à Força um Botão de Rosa e, Sobretudo, Com as Mãos Sujas": agruras da Educação Sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à Ideologia de Gênero	Analisar como a emergência do discurso sobre "ideologia de gênero" caracteriza uma reação contrária à efetivação da Educação Sexual no Brasil	"ideologia de gênero", Educação Sexual, sexualidade, família, estado
Tese2	Legisladores do Desejo: uma etnografia das diferenças na educação infantil a partir dos debates da Ideologia de Gênero	Problematizar como as crianças de uma pré-escola, localizada no interior do Estado de São Paulo (região metropolitana de Campinas), vivenciam e experimentam diferentes papéis e performances de gênero, e como manifestam a sexualidade	Gênero. Sexualidade. Educação infantil. "ideologia de gênero". Culturas infantis

Tese3	Estado, Religião e Democracia: reflexões a partir dos debates sobre a “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação.	Investigar as relações entre Estado, religião e democracia a partir da tramitação e aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014. Apresentar a ingerência de segmentos religiosos e conservadores na produção das políticas educacionais do país. Identificar de que forma os agentes envolvidos no conflito (católicos, evangélicos, movimentos feministas e de mulheres) se comportaram diante das políticas educacionais ao longo da história recente. Relacionar a atuação desses agentes com as disputas em torno da elaboração de uma plataforma nacional de educação. Objetivando compreender as estratégias utilizadas, verificar as transformações no campo religioso, político e educacional, e com isso constituir um cenário que pudesse auxiliar na compreensão dos entraves e polêmicas que permearam a tramitação e aprovação do PNE. Identificar os principais argumentos e de que forma contribuíram para o que se considerou como um pânico moral em torno da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira. Contribuir com os estudos referentes à laicidade e à importância desta para o estágio de democracia do país.	Laicidade. Democracia. Políticas Educacionais.
Tese4	Trajetórias de Mulheres que Vivem com o HIV: um estudo a respeito de ideologia de gênero, autoestima e bem-estar subjetivo.	A investigação buscou verificar o tipo de relação que poderia existir entre “ideologia de gênero”, autoestima pessoal, autoestima coletiva e bem-estar subjetivo em mulheres que vivem com HIV/AIDS.	HIV. AIDS. Gênero. Sexismo. Autoestima. Bem-estar subjetivo. Psicologia Positiva.

Dis1	A “Ideologia de Gênero” Através Das Narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação	Analisar as narrativas sobre gênero que envolveram a aprovação do Plano Estadual de Educação do Paraná (2015-2025).	“ideologia de gênero” - Plano Estadual de Educação - Religião - Família - Escola - Pânico Moral
Dis2	Homilias em Casamento Católico: uma interpretação da Ideologia de Gênero	Interpretar as homilias proferidas durante o rito de cerimônia de casamento da Igreja Católica Apostólica Romana como produções ideológicas de gênero.	Homilias, casamento, gênero, ideologia.
Dis3	Por Que Não Falar de Gênero? A polêmica da Ideologia de Gênero e os Planos Municipais e Nacional de Educação	Compreender quais as forças/relações de poder que se colocaram em cena no debate sobre gênero nas políticas educativas contemporâneas, analisando como elas se manifestaram nos processos de elaboração dos Planos Nacional e Municipais de Educação, sobretudo tendo em vista o caso específico dos municípios de Sorocaba (SP) e Apiaí (SP), e também como estes debates se manifestaram na esfera pública, através de análise de notícias, reportagens e postagens de redes sociais.	Gênero; “ideologia de gênero”; educação; políticas públicas
Dis4	“Ideologia de Gênero”? As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional	Investigar o modo de atuação política de grupos religiosos e conservadores no âmbito do Poder Legislativo Federal em torno da percepção que esses grupos têm acerca do que é uma “ideologia de gênero”.	Religião; Política; Gênero; “ideologia de gênero”.
Dis5	“Caça às Bruxas” na Educação Contemporânea: a lei da “ideologia de gênero” e as ameaças à autonomia docente na Paraíba (2017-2018).	Analisar as repercussões midiáticas acerca da aprovação dos projetos de lei da “ideologia de gênero” em três municípios paraibanos - Santa Rita, Patos e Campina Grande -, que proíbem o debate de gênero nas escolas do ensino básico.	Gênero; Ideologia; “ideologia de gênero”; Discurso

Dis6	O Discurso Neoconservador da “Ideologia de Gênero” nas Políticas Educacionais: projetos legislativos apresentados na Câmara dos Deputados do Brasil (2011-2020)	O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender como a narrativa neoconservadora antigênero se materializa nas proposições parlamentares, identificando os significados que estão sendo produzidos a partir dos discursos contidos nos projetos de leis apresentados na Câmara dos Deputados do Brasil no período compreendido entre 2011 a 2020, e seus impactos para o campo das políticas educacionais.	“ideologia de gênero”. Gênero. Neoconservadorismo. Projetos Legislativos. Política Educacional
Dis7	Ideologia de Gênero no Cotidiano Escolar em Escola no Município de Cuiabá, Mato Grosso.	Buscar as possíveis interferências do que vem sendo chamado de “ideologia de gênero” no cotidiano escolar	ideologia~de~gênero, cotidiano escolar, equidade de gênero
Dis8	A Fórmula da “Ideologia de Gênero”: polêmica e discurso	Analisar discursivamente o sintagma “ideologia de gênero” fundamentado na hipótese de ser uma fórmula discursiva por, a partir da sua dispersão nos espaços político, midiático e institucional, atendendo as quatro propriedades constituintes de uma fórmula discursiva na teoria de Krieg-Planque (2010): dispor de um caráter cristalizado; inscrever-se em uma formação discursiva; ter o funcionamento como referente social e; ser dotada de um aspecto polêmico.	Análise do discurso; fórmula discursiva; “ideologia de gênero”; discurso conservador
Dis9	A Construção do Pânico Moral Sobre a Chamada “Ideologia de Gênero na Educação” nos Sites de Movimentos Cristãos (Neo) Conservadores	Investigar como os sites dos movimentos cristãos (neo)conservadores têm contribuído para a construção e disseminação da noção de “ideologia de gênero” no Brasil, para a articulação dessa noção com os debates sobre a educação e as políticas educacionais de gênero e sexualidade no país e, ainda, para a possível produção de um pânico moral	Pânico moral. “ideologia de gênero”. Movimentos cristãos neoconservadores. LGBT. Educação.

		em torno da chamada "Ideologia de Gênero na educação".	
Dis10	"Ideologia de Gênero", o Novo Martelo das Feiticeiras: a cruzada contra gênero empreendida pelo campo católico conservador.	Apresentar o histórico da construção do inimigo imaginário comum a ser combatido – a "ideologia de gênero" – pelo Campo Católico Conservador proporcionando um olhar crítico de como se deram as relações de forças entre o Campo Católico Conservador e avanços nos estudos e políticas que contemplam a categoria gênero.	Campo Católico Conservador. "ideologia de gênero". Ação Prática. Poder Simbólico.
Dis11	A "Ideologia de Gênero" como uma Prática Discursiva Tagarela de Silenciamento: uma análise genealógica do projeto de lei Escola Sem Partido.	Delinear os contornos da emergência do fenômeno discursivo e político de combate à uma pretensa "ideologia de gênero" nas escolas brasileiras, bem como abordar a influência das forças conservadoras e religiosas do Congresso Nacional no processo de "cidadanização" das minorias sexuais, no sentido de identificar quais são as relações de poder/saber que dão sustentação a esse processo	Heterossexualidade compulsória. "ideologia de gênero". Sexo. Gênero. Educação.
Dis12	Os Estudos Feministas Sobre "Ideologia de Gênero" no Brasil: uma análise das produções científicas	Analisar as produções científicas sobre "ideologia de gênero" no Brasil, enquanto agenda dos estudos feministas, tendo como objetivos específicos: (a) apresentar um panorama dos contornos da ofensiva antigênero no Brasil; (b) demonstrar a importância dos estudos feministas nos cenários da ofensiva antigênero; (c) identificar	Feminismo; gênero; sexualidade; estudos de gênero; "ideologia de gênero".

		as principais características das produções científicas de 2 (duas) revistas feministas e 1 (um) dossiê sobre “ideologia de gênero”.	
Dis13	“Ideologia de Gênero” e a Juventude Assembleiana: perspectivas sociológicas	Objetiva se explorar como as/os jovens da Assembleia de Deus Ministério Madureira, em Seropédica (município com a maior taxa de evangélicas/os da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ver Capítulo I, tabela II), vivenciam os discursos construídos sobre a chamada “ideologia de gênero” e quais fatores influenciam seu posicionamento a respeito desta categoria de acusação contra o campo que se dedica aos estudos de gênero.	Pentecostalismo; gênero; juventude
Dis14	“Ideologia de Gênero” na Câmara dos Deputados: disputas, apropriações e ampliação da ofensiva (2011-2021).	Mapear os principais temas, atores e tipos de argumentação utilizados por quem recorre à retórica da “ideologia de gênero” dentro da Câmara dos Deputados do país.	“ideologia de gênero”. Ofensiva antigênero. Câmara dos Deputados. Propostas legislativas. Discursos.
Dis15	Feminismos e Antifeminismos na Política Brasileira: “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação de 2014	Investigar as disputas políticas em torno de ideias e concepções de direitos entre grupos favoráveis e contrários à inclusão da agenda de gênero na política educacional brasileira.	Feminismo(s). Antifeminismo(s). Política educacional. Gênero. Sexualidade.

Dis16	Da “Ideologia de Gênero” à Família Heteronormativa: uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba	Analisar as dez emendas aprovadas feitas ao projeto de lei Nº 005.00129.2015 que deu origem ao Plano Municipal de Educação de Curitiba, bem como um Requerimento de Pedido de Informações Oficiais do Município (código 062.00056.2016) e um Projeto de Emenda À Lei Orgânica (Nº 001.00005.2015), buscando compreender como um discurso bio-religioso serviu de suporte para justificar as ações de retirada dos termos ligados à diversidade dos planos educacionais, fazendo com que uma norma heterossexual, fosse, sempre, reiterada.	“ideologia de gênero”. Planos de Educação. Corpo. Heteronormatividade.
Dis17	Análise da “Ideologia de Gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa – PB (2015-2025)	Analisar as discussões em torno da diversidade de gênero e sexual - a “ideologia de gênero” - no processo de construção e aprovação do Plano Municipal de Educação de João Pessoa	Direitos Humanos. Políticas Educacionais. Diversidade de Gênero e Sexual. Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação
Dis18	Possibilidades para um Trabalho Docente Feminista: professoras mulheres da rede municipal de ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da “ideologia de gênero”	Analisar como professoras mulheres da Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre relacionam seu trabalho docente com os feminismos a partir da discussão sobre a narrativa conservadora da “ideologia de gênero” nas escolas.	Gênero. Estudos de Gênero. Feminismos. Trabalho Docente Feminino. “ideologia de gênero”. Grupo Focal.
Dis19	Homofobia e “Ideologia de Gênero”: o paradoxo da participação no portal e-cidadania	Identificar de que modo os argumentos presentes nas Ideias Legislativas a respeito das temáticas “homofobia” e “ideologia de gênero” se refletem no tensionamento de pautas sociopolíticas.	Portal e-Cidadania. Comunicação Pública. Participação política. Homofobia. “ideologia de gênero”

Dis20	Efeitos da Nova Direita Na Política Educacional: embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos Planos de Educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020).	Compreender os efeitos da nova direita, a partir da relação entre o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e o debate das políticas educacionais no Brasil e na Espanha no período de 2010 a 2020.	Nova direita; estudos de gênero; “ideologia de gênero”; política educacional; Brasil; Espanha.
Dis21	“Queimem a Bruxa!”: o controle de corpos e sexualidades da caça às bruxas à “ideologia de gênero”	Identificar e analisar a persistência histórica das violências produzidas por hierarquias de gênero, sexualidade e raça contra sujeitos marginalizados pela ordem normativa, destacando suas raízes na mentalidade colonial genderizada e racializada veiculada durante o período da caça às bruxas, que exerceu e continua exercendo papel central no controle social do gênero e da sexualidade (p.17). Em vista disso, esta dissertação tem como objetivo investigar similaridades e continuidades entre o contexto da Inquisição e caça às bruxas europeia e o atual cenário brasileiro.	Controle; Corpo; Sexualidade; Caça às Bruxas; Esterilização Involuntária; “ideologia de gênero”; Comunidade LGBTQIA+; Gênero; Raça.
Dis22	O Discurso da “Ideologia de Gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica	Analisar como o discurso da “ideologia de gênero” se materializou nos pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara, abarcando o período de 2003 (primeira aparição do termo) a 2017.	Gênero. Sexualidade. Análise do Discurso. Psicologia Política. Conservadorismo.
Dis23	Concepções de Educadores da Área de Ciências da Natureza Associadas ao Programa Escola Sem Partido e à Ideologia de Gênero	Identificar as concepções de educadores da área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) de uma rede estadual de ensino a respeito do Programa Escola sem Partido e das questões de gênero no que	Questões de Gênero; Carreiras Científicas; Programa Escola sem Partido; Concepções dos Professores; Pedagogia Freireana.

		condiz com a presença de mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas.	
Dis24	O Discurso Midiático da Ideologia de Gênero e Sua Ressonância nos Planos Estadual e Municipais de Educação do Tocantins	Compreender os significados da expressão “ideologia de gênero” a partir dos discursos, motivos e/ou justificativas que se manifestaram em jornais regionais online do Tocantins para a supressão das questões de sexualidade e de gênero dos planos municipais e estadual de educação deste estado federativo.	Gênero. Sexualidade. Política pública de educação. Sistemas políticos. Ideologia política. Religião e Educação.
Dis25	Ensino de Sociologia em Tempos de Guerra à “Ideologia de Gênero” (ou da Ideologia de “Guerra ao Gênero”): caminhos possíveis em meio aos novos campos minados na Educação	Investigar estratégias discursivas de professoras/es de Sociologia acerca do sintagma “ideologia de gênero”, compreendendo-o como um elemento mobilizado a partir dos novos cenários políticos configurados pelas articulações entre discursos (neo)liberais e (neo)conservadores	Ensino de Sociologia; “ideologia de gênero”; Teoria do Discurso e Educação; Neoliberalismo e Neoconservadorismo na Educação
Dis26	A Emergência da “Ideologia de Gênero” no Pleito Eleitoral de 2018: da análise do discurso político às vozes de docentes de ciências humanas da educação básica	Analisar as implicações no ensino de gênero e sexualidade na escola decorrentes da emergência da “ideologia de gênero” no discurso político das eleições de 2018	Discurso político; Ensino de Ciências Humanas. Gênero e Sexualidade. Mídias sociais.

Dis27	Política e Imaginários no Enfrentamento da LGBTIfobia: a abordagem do Canal das Bee sobre o “Kit-Gay” e a “ideologia de gênero” nas eleições presidenciais de 2018	Observar de que maneira o enfrentamento à LGBTIfobia repercute nos vídeos analisados, a fim de investigar como esse fenômeno foi capaz de mobilizar o Canal das Bee no período de disputa pela presidência da república em 2018, marcada por ataques às pessoas LGBTI por parte do vencedor.	LGBTIfobia. Política. Imaginário. Enfrentamento. Eleições. <i>YouTube</i> .
Dis28	O Slogan Ideologia de Gênero: uma abordagem crítico discursiva no campo das políticas públicas de intervenção psicossocial e análise dos processos de subjetivação na educação	Investigar a criação do slogan “ideologia de gênero” contraposto ao termo Epistemologias Feministas e de Gênero a partir da análise crítica do discurso do livro “O Gênero: uma norma política e cultural mundial – ferramenta de discernimento”. Pretendi, também analisar os pressupostos teóricos, abordados exemplarmente nos textos escolhidos, através da análise crítica do discurso, revisados ontologicamente a partir das teorias de gênero; desvelando as estratégias de convencimento ideológico utilizadas pelos discursos produzidos pelos defensores da Ideologia de Gênero e que conseguiram irromper na proibição do uso da palavra “gênero” em documentos oficiais e no Projeto de Lei “Escola sem partido”, e, evidenciando a problemática do poder envolvida no embate, contrariamente ao que se supõe pela superfície dos textos que seja uma questão de moral religiosa.	Epistemologias de gênero; ideologias, intervenções psicossociais em educação, ontologia discursiva, religião cristã
Dis29	Escola Pública do Agreste Alagoano e a Ideologia de Gênero: o que o ensino de língua inglesa tem a ver com isso?	Identificar como a questão do respeito às diferentes posições de gênero é compreendida por alunos, professores e	Língua(gem), Gênero, Sexualidade, Escola Livre

		gestores de uma escola de educação básica do agreste alagoano.	
Dis30	Processos de Construção da Fórmula "Ideologia de Gênero"	Acompanhar, através de um olhar da análise do discurso de base enunciativa, processos de construção do objeto "ideologia de gênero" e de consolidação do termo em questão como fórmula em textos nos quais autores que se denominam "contra a Ideologia de Gênero" buscam definir e apresentar a "ideologia de gênero" a seus leitores.	Gênero. "ideologia de gênero". Análise do discurso. Fórmula.

APÊNDICE C – MÉTODOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES COLETADAS

Nº	MÉTODO
Tese1	Pesquisa na internet sobre o termo “ideologia de gênero” e sua notoriedade durante a votação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Análise do discurso foucaultiana como instrumento analítico
Tese2	Etnografia; aplicação de questionário com análise de narrativas para analisar como as professoras interpretam as diferentes manifestações da sexualidade, relacionando com o contexto político municipal e suas medidas (i)legais para conter ações educativas para a equidade das relações de gênero e sexualidade, denominada pelos setores conservadores por “ideologia de gênero”.
Tese3	Pesquisa qualitativa. Análise documental e análise de discurso. A autora utilizou documentos impressos, como relatorias de reuniões, pareceres das comissões, materiais oficiais do Poder Executivo e Legislativo, além de fontes de comunicação, como páginas da internet, vídeos, áudios e entrevistas com representantes da sociedade civil.
Tese4	A investigação ocorreu mediante dois estudos complementares. O estudo I teve um delineamento transversal, correlacional e se constituiu num desenho ex-pos-facto. Participaram 122 mulheres adultas, que viviam com HIV/AIDS; caracterizadas e avaliadas por meio de questionário sociodemográfico e médico-clínico, escala reduzida de ideologia de gênero, escala de autoestima pessoal, escala de autoestima coletiva e escala de bem-estar subjetivo. Foram realizadas análises estatísticas descritivas, correlações entre as variáveis e regressões lineares. O estudo II buscou compreender a vivência da soropositividade em cinco participantes do estudo I, que apresentaram índices de bem-estar subjetivo extremos; e caracterizar elementos, em suas histórias de vida, que pudessem contribuir para o seu bem-estar subjetivo. Foram utilizadas entrevistas de histórias de vida, semidirigidas. Essas entrevistas foram gravadas, transcritas e categorizadas.

Dis1	Análise narrativa foucaultiana sobre os argumentos utilizados pelos/as deputados/as que subiram ao púlpito da Assembleia Legislativa do Paraná para defender a retirada da palavra gênero do Plano Estadual de Educação do Paraná (2015-2025).
Dis2	Análise das homilias de casamento sob o método da Hermenêutica de Profundidade.
Dis3	Genealogia do Poder de Michel Foucault. A partir desse método, realizou análises em documentos oficiais das políticas públicas, notícias de jornais, postagens de redes sociais, textos, vídeos e falar que trouxessem de alguma forma a questão de gênero em debate, este trabalho buscou compreender os possíveis caminhos pelos quais os preconceitos e confusões implícitas nesses discursos percorreram, localizando quais forças se fizeram presentes nesse processo e explorando o quanto a naturalização e a não-historização de vivências coletivas e individuais podem ter o potencial de minar, mesmo que indiretamente, as subjetividades e as mais diversas formas de existir.
Dis4	A coleta do material desse estudo foi realizada no site da Câmara dos Deputados, em pesquisa por texto integral preenchendo o campo assunto com a palavra-chave “ideologia de gênero”, e selecionando as matérias de produção de Projetos de Leis (PL), Projetos de Decretos Legislativos (PDC), Projetos de Emendas Constitucionais (PEC), Requerimentos (REQ) e Requerimentos de Informação (RIC). A pesquisa documental realizada no site da Câmara Federal abrangeu os anos de 1988 a 2018.
Dis5	Análise do Discurso a partir de Michel Foucault (2014). Utiliza o recorte temporal que compreende os anos 2017 e 2018. Analisa as narrativas dos vereadores proponentes dos projetos de lei sobre “ideologia de gênero” nos municípios Santa Rita, Patos e Campina Grande na Paraíba. As fontes analisadas foram os projetos de lei aprovados nas casas legislativas, as entrevistas realizadas com os vereadores e professores dos municípios, as postagens nas redes sociais de pessoas posicionando-se contra ou a favor da aprovação da lei, as fotografias das

	manifestações de resistências por parte dos professores e os documentos que regem a educação brasileira, o PNE e a BNCC.
Dis6	Pesquisa de natureza bibliográfica e documental, sendo desenvolvida segundo a abordagem qualitativa, a partir dos discursos contidos nos projetos de leis apresentados na Câmara dos Deputados do Brasil no período compreendido entre 2011 a 2020, e seus impactos para o campo das políticas educacionais
Dis7	Inicialmente foi feita uma abordagem histórica a respeito da construção do termo Ideologia de Gênero e como este é utilizado como dispositivo estratégico na educação. Posteriormente explanou em como o cotidiano escolar foi afetado pela normatização do dispositivo sexualidades e gênero no Plano Estadual de Educação do Estado do Mato Grosso.
Dis8	Foi realizado através dos postulados de Maingueneau (2008) sobre as unidades não-tópicas construídas pelo analista e o percurso. A coleta de dados se deu a partir de buscadores online. Assim, partimos da proposição da autora Alice Krieg-Plaquet (2010), em que se objetiva analisar enunciados que se cristalizam no espaço político e circulam na conjuntura social. Para tanto, objetivou-se analisar a propagação da fórmula, observando as significações produzidas em diferentes espaços. Além disso, foi explorado o funcionamento do conservadorismo na produção de subjetividades e na mobilização do pânico moral a partir do sintagma em estudo.

Dis9	<p>Foi desenvolvida uma estratégia metodológica de pesquisa baseada em alguns aspectos da chamada “etnografia virtual”, em diálogo com alguns princípios característicos das pesquisas pós-estruturalistas em Educação.</p> <p>A análise dos sentidos e das formas de mobilização da noção de “ideologia de gênero” nos sites católicos e evangélicos (neo)conservadores brasileiros foi feita através visita sistemática a vários desses sites e da observação cuidadosa e detalhada da forma como alguns dos principais sites encontrados apresentavam e articulavam essa noção através de textos, recursos visuais, imagens e links com outros conteúdos.</p>
Dis10	<p>Método histórico-crítico e a análise sociológica do francês Pierre Bourdieu.</p> <p>A autora inicialmente faz um levantamento histórico sobre como a luta da Igreja Católica Romana contra gênero tem sido compreendida nos estudos que contemplam gênero e religião no Brasil. Em seguida faz o histórico das lutas feministas, a criação e desenvolvimento da categoria analítica de gênero, a articulação das Políticas de Ação Afirmativa que contemplam gênero e sua repercussão nas políticas brasileiras. Em seguida a autora se concentra nas contrarreações da ala conservadora da Igreja desde as lutas políticas, passando pela alcunha da “ideologia de gênero”, a “cruzada transnacional” empreendida pelo setor conservador da Igreja Católica Romana e sua reprodução discursiva no Brasil.</p>
Dis11	<p>Método genealógico foucaultiano dos discursos que permeiam/compõem os projetos de lei apresentados no Congresso Nacional voltados à proibição da chamada “ideologia de gênero” e à instituição do Programa Escola Sem partido nas principais diretrizes educacionais brasileiras. Parte de uma abordagem qualitativa baseada na análise documental.</p>
Dis12	<p>Pesquisa exploratória do tipo bibliográfica. Foram analisados artigos contidos no dossiê sobre “ideologia de gênero” da Revista Psicologia Política e das revistas feministas Cadernos Pagu e Revista de Estudos Feministas</p>

Dis13	<p>Pesquisa de campo para coletar informações para a construção de grupos focais.</p> <p>Foram realizadas 23 visitas de campo, nos domingos durante os cultos de Santa Ceia e Escola Bíblica Dominical da Mocidade.</p> <p>Os grupos focais consistiram na principal técnica de recolha de dados.</p>
Dis14	<p>Corte temporal de 2011 a 2021.</p> <p>Levantamento, por meio do sistema online da Câmara dos Deputados, de todas as menções ao termo “ideologia de gênero” nas propostas legislativas e nos discursos em plenário feitos no período estudado. O levantamento retornou um total de 66 propostas contendo a expressão “ideologia de gênero” em sua ementa ou inteiro teor.</p>
Dis15	<p>Revisão bibliográfica, pesquisa documental e Análise de Conteúdo Crítica (ADC) sobre as ideias e concepções de direitos presentes no discurso dos grupos contrários à inclusão da perspectiva de gênero e da agenda feminista no PNE 2014, principalmente em relação ao gênero e seus nexos com os conceitos de sexualidade e família.</p>
Dis16	<p>As emendas feitas ao projeto de lei que deu origem ao PME de Curitiba foram encontradas em pesquisas realizadas no site da Câmara Municipal de Curitiba. Foram iniciadas as pesquisas no âmbito municipal, utilizando os termos, gênero, ideologia e sexualidade como filtros, até o mês de julho de 2016. A partir dessas palavras-chave foram encontradas 1298 ocorrências. Assim, após examinar todas as ementas das proposições legislativas encontradas, foram descartadas as que apareceram como resultado só por similaridade de palavras e manteve as que tinham o tema de interesse da pesquisa, foram agrupadas por ano, critério de busca e tipo de proposição (p. 51). Nesta pesquisa só foram analisadas dez emendas que foram aprovadas no texto final (p. 56).</p> <p>Para a análise é utilizada a Análise Discursiva embasada em Foucault (p. 58).</p>

Dis17	<p>Pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, onde foram utilizados: leis, diretrizes nacionais, pactos e convenções internacionais, atas, planos, documentos das Conferências Nacional e Municipal de Educação, blogs, sites, vídeos, postagens no facebook e instagram, notas públicas e técnicas, livros em torno da diversidade de gênero e sexual nos planos de educação.</p> <p>Usa a análise de conteúdo de Bardin.</p>
Dis18	<p>Dois grupos focais com oito professoras, pretendeu-se observar aproximações e distanciamentos das perspectivas feministas com seus trabalhos docentes, utilizando como disparador dos debates iniciativas “antigênero” e “antifeministas”, como as do Movimento Escola Sem Partido.</p>
Dis19	<p>A metodologia escolhida para esta pesquisa é a análise lexical, pois permite a construção de sentidos a partir da correlação de palavras presentes no conteúdo das Ideias Legislativas, bem com sua interpretação sob uma perspectiva quali-quantitativa. Para realizar a análise, foi empregado o software IRAMUTEQ.</p>
Dis20	<p>Estudos comparados, para estudar as políticas educacionais tanto durante um período temporal determinado (2010-2020) quando compará-las entre diferentes países (Brasil e Espanha). Para a análise a técnica utilizada foi a de análise documental conforme Cellard (2008). Utiliza ainda a análise de conteúdo de Bardin.</p>
Dis21	<p>Foram analisadas diversas fontes, incluindo notícias de veículos jornalísticos, discursos de autoridades governamentais, documentos oficiais do governo brasileiro, relatórios de organizações não-governamentais e depoimentos de indivíduos que vivenciaram as violências. Essas fontes foram selecionadas por meio de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de comparar as violências presentes no contexto brasileiro com o período da caça às bruxas europeia. A análise será realizada para identificar semelhanças e diferenças entre os casos, destacando os discursos e práticas reproduzidos em cada contexto.</p>

Dis22	<p>Análise Crítica do Discurso (Norman Fairclough e Teun van Dijk) e Psicologia Política.</p> <p>Análise do discurso da “ideologia de gênero” nos pronunciamentos realizados no Plenário da Câmara entre 2003 e 2017. A análise foi dividida em dois momentos: o primeiro foi a “análise discursiva socialmente orientada”, consistindo em uma análise do contexto sociopolítico que circunda este discurso; o segundo momento é a “análise discursiva linguisticamente orientada”, direcionado à análise linguístico-textual da sua enunciação em uma situação política em específico.</p>
Dis23	<p>Caráter qualitativo e é definida como uma pesquisa exploratória. É utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin.</p> <p>Os dados foram constituídos pelo questionário e pela entrevista semiestruturada, para que fossem obtidas informações pessoais e as concepções dos educadores acerca do problema relacionado a esta pesquisa.</p> <p>Por meio da entrevista, buscou-se identificar se os educadores reconhecem a prática do Programa Escola sem Partido nas escolas estaduais onde lecionam, como também as concepções desses educadores a respeito de questões de gênero e da presença de mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas.</p>
Dis24	<p>Pesquisa qualitativa, com inspirações da etnometodologia e etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação, bem como da análise do discurso numa perspectiva teórico-metodológica da abordagem multirreferencial. Traz uma pesquisa bibliográfica para exploração dos conceitos de identidade, diversidade, diferença, gênero, sexualidade, ideologia, ideologia de gênero e plano de educação. A pesquisa documental foi realizada com três jornais regionais online: Jornal do Tocantins, T1 Notícias e JM Notícia. Foram coletados trinta e três etnotextos ao todo, sendo nove do Jornal do Tocantins, cinco do T1 Notícias e dezenove do JM Notícia. Todos esses etnotextos foram lidos a partir da análise do discurso.</p>

Dis25	Pesquisa qualitativa de caráter exploratório e analítico. Utiliza a Teoria Política do Discurso em Laclau e Mouffe (2015). Entrevistas semiestruturadas com docentes em Sociologia em quatro escolas de referência em ensino médio situadas em Recife-PE, tendo como objeto de análise: as práticas e estratégias discursivas de docentes em Sociologia.
Dis26	Abordagem qualitativa, pesquisa de cunho descritiva com técnicas de análise bibliográfica e documental, cujo corpus consiste das materialidades discursivas oriundas do Facebook, Instagram e Twitter, além da realização de entrevistas semiestruturadas. Método Arquegenealógico de Foucault.
Dis27	Análise de dois vídeos publicados no Canal das Bee durante o período eleitoral e que foram intitulados como “Kit-Gay” e “ideologia de gênero”. O recorte nesses vídeos teve o objetivo de compreender como é feita a abordagem dessas temáticas pelo canal, como a relação com a LGBTIfobia foi abordada e o que é possível enxergar a partir das textualidades que ali emergem. Foram realizadas anotações sobre as imagens, os sons e os elementos visuais que aparecem no vídeo, como texto, símbolo, caracteres, entre outros. Foram observadas as falas dos apresentadores (e da Cecília, a produtora), o que eles disseram e como disseram, no sentido de perceber qualquer elemento que pudesse contribuir para a construção de sentido daquele vídeo em relação à LGBTIfobia e o seu enfrentamento.
Dis28	Análise Crítica Fenomenológica do Discurso do livro de Peeters (2012).
Dis29	O corpus da pesquisa são as falas de estudantes e gestores, para a coleta de dados foi feita a análise dialógica destas falas, buscando compreender suas concepções sobre gênero como tema transversal. Dados também foram coletados dos diários de classe das aulas de Língua Inglesa do autor nas quais são abordadas as temáticas de gênero e sexualidade.

Dis30	Análise discursiva de textos produzidos pela FD “contra a ideologia de gênero”, com especial foco no texto de justificação do PL 1.859/2015 e no documento eclesiástico La Ideologia de Género: sus peligros y alcances.
-------	--